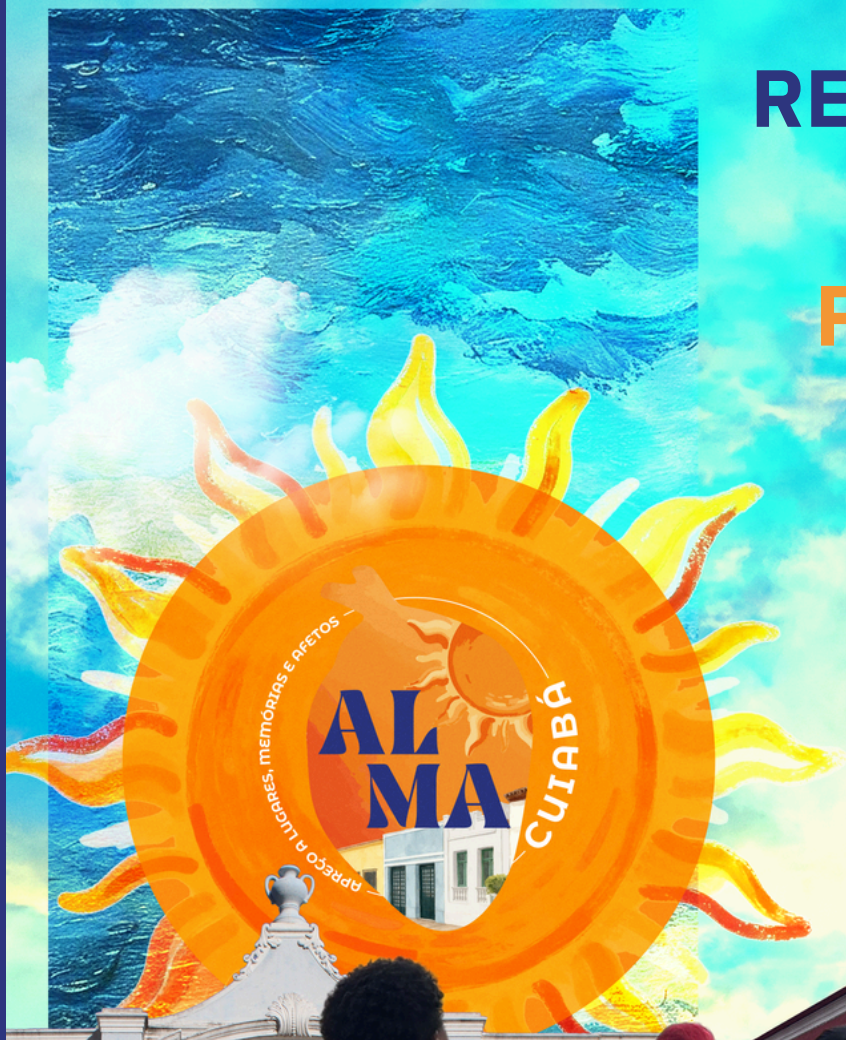
NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA

RELATÓRIO TÉCNICO

PROJETO ALMA CUIABÁ

Experiências no Centro Histórico de Cuiabá





Apoio
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA UFMT
FAPEMAT
Governo de Mato Grosso
CNPq
CAPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELATÓRIO TÉCNICO DO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA

Edital FAPEMAT Nº 03/2025- Pesquisa Centro Histórico de Cuiabá

Projeto "Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá - MT: Memória, Patrimônio e Conservação"

Cuiabá
2026

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral do Projeto

Prof.ª Dr.ª Marcia Alves Soares da Silva
Docente do Departamento de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFMT

Núcleo de Arqueologia
Coordenação do Núcleo

Prof° Dr. Eduardo Cardoso Daflon
Docente do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - UFMT

Pesquisadores

Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski
Docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFMG

Fernando Jorge de Oliveira Silva
Graduando em Licenciatura em História - UFMT

Marcos Vinicíus Oliveira dos Santos
Arqueólogo - UFS

Wilson Júnior Ferreira dos Santos
Historiador; Mestrando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP)

Lista de figuras

Figura 1. Superintendência do Arquivo Público de Mato Grosso..... 25
Figura 2. Caderno de registro da cobrança da Décima Urbana de 1878.....27
Figura 3. Abertura de tradagens usando a cavadeira boca de lobo..... 47
Figura 4. Abertura da quadrícula 2.4SE com a continuação da estrutura de tijolos em evidência na quina NW..... 48
Figura 5. Planta do quintal da Casa IPHAN com as quadrículas que foram escavadas. As tradagens 2.2SE, 4.2SE, 2.4SE E 4.4SE correspondem às quadrículas abertas..... 49
Figura 6. Cerâmicas e louças do nível 1 da Área SE 0.0..... 51
Figura 7. Cerâmicas e louças do nível 2 da Área SE 0.0, com destaque para o vasilhame cerâmico com alto grau de integridade evidenciado neste nível.....52
Figura 8. Cerâmicas e louças do nível 3 da Área SE 0.0..... 53
Figura 9. Cerâmicas e louças do nível 4 da Área SE 0.0..... 53
Figura 10. Cerâmicas e louças do nível 5 da Área SE 0.0..... 54
Figura 11. Cerâmicas e louças do nível 6 da Área SE 0.0..... 54
Figura 12. Cerâmicas e louças do nível 7 da Área SE 0.0..... 55
Figura 13. Faiança.....64
Figura 14. Técnicas decorativas presentes na amostra de cerâmicas artesanais: a) pintada; b) impressa; c) penteada; d) escovada; f) incisa; g, h e i) incisa com rolestes expostos..... 73
Figura 15. Abertura da primeira quadrícula após a quebra do piso..... 77
Figura 16. Abertura da segunda quadrícula após a quebra do piso de azulejos.....78
Figura 17. Escavação das quadrículas após a expansão da área das mesmas..... 79
Figura 18. Amostras escavadas da Casa do Rosário/Casa da Isabel, com o material separado por quadrículas e pelos níveis 1 e 2..... 81
Figura 19. Detalhe de materiais escavados Casa do Rosário/Dona Isabel.....85

Lista de quadros

Quadro 1 - Cadernos de Décima Predial encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso. 28
Quadro 2 - Cadernos de cobrança de Décima Predial Rua de Cima.....32
Quadro 3 - Ruas escolhidas para a análise.....34
Quadro 4 - Coletoria de Rendas.....41
Quadro 5 - Status das Casas Rua do Meio.....41
Quadro 6 - Informações gerais dos Status das Casas Rua do Meio.....42
Quadro 7 - Status das Casas Rua de Baixo.....43
Quadro 8 - Informações gerais dos Status das Casas Rua de Baixo.....44

Lista de gráficos

Gráfico 1. Dados quantitativos (fragmentos) das principais categorias materiais dos sete níveis de escavação da Área SE 0.0 (T=908)..... 56
Gráfico 2. Dados quantitativos (gramas) das principais categorias materiais dos sete níveis de escavação da Área SE 0.0 (T=3.036g).....57
Gráfico 3. Percentuais de fragmentos por nível das principais categorias materiais.... 58
Gráfico 4. Percentuais de peso por nível das principais categorias materiais.....58
Gráfico 5. Dados quantitativos (fragmentos) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1..... 60
Gráfico 6. Dados quantitativos (gramas) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1.....60
Gráfico 7. Dados percentuais (fragmentos) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1..... 62
Gráfico 8. Dados percentuais (gramas) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1.....62
Gráfico 9. Distribuição das categorias de louças por níveis na Área SE 0.0..... 65
Gráfico 10. Gráfico de barras dos tipos de louças com intervalos de produção identificados da Área SE 0.0.....66
Gráfico 11. Distribuição das categorias de louças por níveis na Área SE 0.1..... 66
Gráfico 12. Gráfico de barras dos tipos de louças com intervalos de produção identificados da Área SE 0.1.....67
Gráfico 13. Padrões morfológicos das porcelanas da Casa IPHAN..... 68
Gráfico 14. Padrões morfológicos das faianças finas importadas e nacionais.....70
Gráfico 15. Percentuais dos padrões morfológicos das faianças finas importadas e nacionais.....71
Gráfico 16. Sequência seriada das técnicas decorativas presentes na cerâmica artesanal da Casa IPHAN.....73
Gráfico 17. Distribuição por níveis do total de fragmentos de faianças finas, cerâmicas e vidros da Casa do Rosário/Casa da Isabel.....82
Gráfico 18. Distribuição por níveis do peso em gramas de faianças finas, cerâmicas e vidros da Casa do Rosário/Casa da Isabel..... 82
Gráfico 19. Distribuição percentual por níveis do vidro, cerâmica e faiança fina.....84
Gráfico 20. Quantidade de fragmentos de faianças finas nacionais e importadas nos níveis 1 e 2..... 86
Gráfico 21. Variabilidade morfológica das faianças finas..... 87
Gráfico 22. Padrões de tratamento de superfície das cerâmicas artesanais..... 88

Agradecimentos

A realização do projeto “Geografias do Cuidado e Cartografias Afetivas do Centro Histórico de Cuiabá - MT: Memória, Patrimônio e Conservação” foi possível a partir da participação e da colaboração de muitas pessoas, instituições e coletivos que, de diferentes formas, contribuíram para sua construção e desenvolvimento.

Agradecemos, especialmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), pelo financiamento que possibilitou a realização da pesquisa, a aquisição de equipamentos, o desenvolvimento das atividades de campo, a formação da equipe e a produção e circulação dos conhecimentos construídos ao longo do projeto.

Agradecemos à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), especialmente ao Departamento de Geografia e Departamento de História, pelo apoio institucional e pelas condições que possibilitaram o desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão articuladas ao projeto.

Agradecemos também o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos investimentos na formação e na pesquisa científica contribuíram para o desenvolvimento deste projeto.

Nosso agradecimento se estende a todos os docentes, pesquisadores, técnicos e estudantes que integraram a equipe, contribuindo com seus diferentes conhecimentos, experiências, perspectivas e formas de olhar para o Centro Histórico de Cuiabá. A diversidade de formações e trajetórias foi fundamental para a construção interdisciplinar da pesquisa e para a realização das atividades dos núcleos de Patrimônio, Arqueologia, Geografia Histórica e Geoprocessamento.

Agradecemos também às instituições, pesquisadores e parceiros que estabeleceram interlocuções com o projeto e contribuíram para o desenvolvimento das atividades, compartilhando conhecimentos, experiências, acervos, espaços e possibilidades de colaboração.

Um agradecimento especial é dirigido aos moradores, comerciantes, trabalhadores, frequentadores, artistas, grupos e coletivos culturais do Centro Histórico de Cuiabá que acolheram a equipe, compartilharam suas histórias, memórias, experiências e percepções e contribuíram para que a pesquisa pudesse conhecer o território para além de seus registros documentais e materiais. As narrativas e experiências compartilhadas foram fundamentais

para a construção das Cartografias Afetivas e para a compreensão das diferentes formas de cuidado, pertencimento, permanência e apropriação que constituem esse território.

Agradecemos ainda às escolas, professores, estudantes, instituições e comunidades que participaram das atividades de educação patrimonial, oficinas, caminhadas, encontros e demais ações abertas ao público. Esses momentos foram fundamentais para estabelecer uma relação de diálogo entre a universidade e a sociedade, permitindo que os conhecimentos produzidos pela pesquisa circulassem para além dos espaços acadêmicos.

Por fim, agradecemos a todas e todos que, mesmo não estando diretamente vinculados à equipe, contribuíram para que o projeto acontecesse. Cada encontro, caminhada, conversa, registro, descoberta e troca fez parte da construção desta pesquisa.

Este relatório é, portanto, também um registro de um trabalho coletivo. Para além de documentar resultados, ele reúne parte de uma experiência construída no encontro entre universidade, território e sociedade, reafirmando a perspectiva que orientou nossas ações: conhecer para cuidar.

Sumário

Introdução.....9
1) Literatura cinza e o que se pode conhecer de Cuiabá.....13
1.1) Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (Etapas Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento) - Sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) Cuiabá - Várzea Grande.....14
1.2) Projeto de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas Praças Caetano Albuquerque, Dr. Alberto Novis, Senhor dos Passos, Escadaria do Beco Alto e Largo Feirinha da Mandioca.....18
1.3) Projeto Beco do Candeeiro: patrimonialização da memória de um espaço urbano em Cuiabá, Mato Grosso, através da Arqueologia.....21
1.4) Projeto de mitigação de impactos, preservação e monitoramento arqueológico no casarão de Bem-Bem – Centro Cultural Nhô Nhô de Manduca, Cuiabá-MT.....22
1.5) Balanço das intervenções arqueológicas em Cuiabá.....24
2) Registros escritos.....**25**
2.1) A Décima Urbana.....26
2.2) Documentação da Coletoria.....27
2.3) Cadernos da Décima Urbana.....29
2.4) Cadernos de cobrança de Décima Predial.....33
2.5) Cadernos de Cobrança de Dívida Ativa.....35
2.6) Informações gerais obtidas sobre o Centro Histórico de Cuiabá.....35
2.6.1) A Rua de Cima.....39
2.6.2) Rua do Meio.....41
2.6.3) Rua de Baixo.....44
2.7) Comparativo final da documentação escrita.....46
3) Intervenções arqueológicas na Casa IPHAN e na Casa do Rosário/Casa da Isabel.....**47**
3.1) Casa IPHAN.....47
3.1.1) Faianças, faiança finas e porcelanas.....64
3.1.2) A cerâmica artesanal.....73
3.2) Casa do Rosário/Casa da Isabel.....77
3.2.1) Faianças finas.....85
3.2.2) Cerâmicas artesanais.....88
Considerações finais.....**90**
Referências.....**93**

Introdução

Os estudos e dados na área de Arqueologia ainda são poucos desenvolvidos em Mato Grosso. Menos ainda aquela dedicada aos períodos após o início da colonização portuguesa no século XVI, usualmente chamamos de "históricos". Hoje há apenas algumas dezenas de sítios cadastrados no banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e as informações produzidas sobre eles frequentemente não estão publicadas para uma avaliação mais ampla da comunidade acadêmica (Tedesco & Carvalho 2022, p. 543-544). Mesmo os relatórios de escavações são de difícil acesso on-line, sendo necessárias muitas vezes consultas presenciais (Tedesco & Carvalho 2022, p. 544) ou, no mínimo, o conhecimento prévio do seu número do processo de licenciamento ambiental específico junto ao órgão regulador competente.

Nesse sentido, boa parte dos resultados arqueológicos produzidos no estado de Mato Grosso está confinado no que em geral é referido como "literatura cinzenta". Ou seja, resultados de intervenções que acabam por não agregar no conjunto do conhecimento arqueológico e histórico por não serem sistematicamente mobilizados pela produção acadêmica. Esse é um cenário comum nas pesquisas arqueológicas, a despeito de alguns esforços pontuais para mitigar o problema (Aitchison 2010). Em Mato Grosso, essa configuração é ainda mais dramática, visto que se trata de uma unidade da federação na qual não há cursos de graduação em Arqueologia e que padece de uma ausência quase que completa de políticas de fomento para pesquisa ou de recursos para preservação do patrimônio arqueológico.

Dessa forma, praticamente a totalidade das escavações mato-grossenses realizadas é produto de ações arqueológicas empresariais para resgate de parte dos patrimônios frente à destruição promovida por obras de infraestrutura. Mais uma vez, esse é um quadro bastante geral, tanto no Brasil quanto em outros países (Jacques & Carvalho 2020; Haber 2015; Zorzin 2015; Almansa Sánchez 2015; Parga Dans 2009; Díaz del Río 2000). Entretanto, no contexto mato-grossense isso se torna particularmente complexo porque, nas palavras de Stuchi (2025, p. 76):

> as atividades de intervenção têm se desenvolvido de forma cada vez mais acelerada em um estado da federação, cujas pesquisas arqueológicas ainda são insipientes, seja na geração de conhecimento puro, seja na aplicabilidade desse conhecimento nas ações de gestão dos bens culturais arqueológicos. Tal cenário agrava-se diante de algumas dificuldades, a começar com o desafio de lidar com um território de dimensões continentais, em que

> diversas áreas ainda não foram arqueologicamente pesquisadas, enquanto outras tantas foram objeto apenas de prospecções, cujos resultados geralmente não ultrapassam a identificação e descrição básica de sítios e vestígios.

Destacamos ainda que, nos relativamente raros estudos de contextos históricos em Mato Grosso, houve maior atenção dos especialistas às zonas rurais. Foram pesquisados sobretudo territórios de engenhos, quilombos e de mineração (Tedesco & Carvalho 2022, p. 556-561), com ênfase na promoção de uma arqueologia da escravidão e das populações de origem africana (Symanski 2024; Carvalho 2015; Symanski & Hirooka 2013; Symanski 2007).

As ações do Núcleo de Arqueologia, no âmbito do projeto, portanto, se propuseram a dar uma contribuição ainda não realizada, ao oferecer uma ampliação dos dados oriundos da arqueologia promovida em ambiente urbano de Mato Grosso. O foco foi dado ao Centro Histórico de Cuiabá, local que recebeu o maior número – das poucas – intervenções arqueológicas do estado. Intervenções essas feitas a partir de lógicas de arqueologia empresarial cuja concentração em Cuiabá se explica pelo município possuir um maior dinamismo econômico.

Ademais, é uma localidade que tem bem estabelecido o histórico do seu desenvolvimento urbano graças às várias publicações do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU), particularmente aquelas que estabelecem o perfil socioeconômico do município. Estando esse desenvolvimento bem traçado em publicações disponíveis no site da prefeitura e um panorama geral também está consolidado na historiografia (Siqueira 2002, p. 30-39, 86-87, 126-135, 178-189, 264-267) limitamo-nos aqui basicamente a indicar as linhas gerais desse processo. Ademais, temos uma boa visualização nos mapas desenvolvidos tanto pelo IPDU quanto pelo IPHAN que auxiliam na compreensão do processo de desenvolvimento da capital mato-grossense.

A área correspondente ao atual município de Cuiabá passou a ser explorada na segunda metade do século XVII, inicialmente por expedições de apresamento indígena, intensificando-se no início do século XVIII com a descoberta de ouro. O primeiro núcleo de povoamento foi oficialmente fundado em 1719, na região do rio Coxipó, deslocando-se, por volta de 1722, para as proximidades do córrego da Prainha em função da descoberta de novas jazidas auríferas. Esse deslocamento definiu o principal eixo inicial de ocupação urbana.

A elevação do arraial à condição de vila, em 1727, consolidou juridicamente o núcleo urbano e implicou a ampliação da infraestrutura administrativa, concentrada na área do atual

entorno da Praça da República, então Largo da Matriz. A articulação entre essa zona administrativa e as áreas de mineração estruturou o crescimento da cidade no sentido Leste-Oeste, com um traçado urbano organizado em ruas paralelas ao córrego da Prainha, acompanhando as curvas de nível do terreno, onde se implantaram as primeiras moradias. A cerca de 1,5 km da zona de mineração chamada de Lavras do Sutil, na margem esquerda do rio Cuiabá, foi implantado o Porto Geral, que se tornou um importante vetor de expansão urbana e de integração da cidade ao centro político-econômico do Brasil, por meio da navegação pelas bacias dos rios Paraguai e Prata.

Na segunda metade do século XIX, a Guerra do Paraguai impactou a configuração urbana local, especialmente na área do Porto Geral. Ao final do século XIX, a expansão das atividades extrativistas e agroindustriais consolidou a mancha urbana do Porto Geral e incorporou a região do Coxipó à área urbana. No século XX, transformações mais significativas ocorreram a partir das décadas de 1930 e 1940, com a abertura da Avenida Getúlio Vargas e, posteriormente, com as obras que visavam a modernização da cidade. Ou seja, tomando como referência a área tombada do centro histórico de Cuiabá e suas áreas de entorno, podemos dizer que houve três grandes momentos de expansão do perímetro urbano entre o século XIX e o período da ditadura que iniciou em 1964. Posteriormente a cidade segue se expandindo e transformando de forma muito relacionada às políticas de ocupação do centro-oeste desenvolvidas durante o regime militar (Joanoni Neto & Guimarães Neto, 2019, p. 118).

Interessante notar que todo esse conhecimento está sustentado por pesquisa histórica com fontes escritas. Nesse sentido, a bibliografia que trata sobre o desenvolvimento histórico de Cuiabá deriva sobretudo de profissionais do campo da História, Geografia ou Arquitetura que o pesquisam mobilizando quase que exclusivamente fontes textuais e mapas. Isso se dá mesmo quando tomamos como referência uma historiografia mais específica que pensou sobre as formas de sociabilidades em Cuiabá. Esse é o caso, por exemplo, dos trabalhos seminais de Luiza Volpato (1993) e Carlos Rosa (1996) que mobilizam fontes manuscritas, impressas e jornalísticas. Ambos são textos excelentes e formaram gerações de profissionais da História desde sua escrita. Contudo, lidam com uma cidade vista a partir apenas da mediação da palavra escrita.

Houve recentemente alguma valorização de outras tipologias documentais, tal como fontes fotográficas (Siqueira & outros 2007). Mas, se mantém o quadro de uma ausência de produções que cotejam as fontes textuais e imagéticas com as provenientes da cultura

material. Esse é até o presente o tom da produção de conhecimento sobre Cuiabá e as ações humanas que moldaram a cidade desde os anos mil e setecentos.

Justiça seja feita, boa parte da historiografia sobre Cuiabá sequer poderia considerar de forma sistemática os dados arqueológicos dada a sua efetiva inexistência no momento em que escrevem. Entretanto, é importante ressaltar que desde meados dos anos 1980 já havia um reconhecimento importante do potencial arqueológico cuiabano. Essa compreensão resulta no tombamento federal de uma expressiva área do centro e uma série de proteções para sua área de entorno em 1992, ao que se soma uma série de outras ações de patrimonialização em âmbito estadual e municipal.

Desde então toda a zona tombada é considerada um sítio arqueológico. Entretanto, apenas muito recentemente começou a ter seu potencial explorado a partir das grandes obras de infraestrutura implementadas desde o contexto da Copa do Mundo de 2014. Dessa maneira, o objetivo central das ações realizadas no curso do desenvolvimento das ações do Núcleo no projeto foi oferecer possibilidades de novas perspectivas sobre a história da cidade ao incorporar uma tipologia documental – a arqueológica – que é pouco cotejada com as fontes textuais. Tal contribuição nos permite outras perspectivas sobre as realidades de grupos sociais subalternos que não deixaram tantos registros diretos ou que são apresentados através das lentes de grupos abastados (Funari 2022).

No curso da investigação, houve a promoção de uma arqueologia histórica urbana (Lima, 2022), buscando publicizar os potenciais ainda inexplorados no trato com as fontes materiais escavadas em contextos urbanos históricos. Com isso queremos fomentar a incorporação mais regular e efetiva do uso dos dados arqueológicos em pesquisas. Afinal, já temos um avanço da arqueologia urbana em várias partes do país desde os anos 1980, principalmente em estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul enquanto é nulo em todo Mato Grosso (Tessaro 2024, p. 62, 65-66.)

Assim, a partir da iniciativa do Projeto Alma, no Núcleo de Arqueologia procuramos avaliar de forma interdisciplinar: 1) os novos olhares se podem dar ao estudo de Cuiabá através da chamada “literatura cinzenta”; 2) os novos olhares para registros escritos ainda pouco mobilizados; e 3) como intervenções arqueológicas acadêmicas podem ampliar nosso conhecimento sobre a Cuiabá colonial e imperial. Esses são os três movimentos que aparecem neste relatório, sintetizando os dados coletados e preliminarmente analisados e que fomentarão publicações ao longo dos próximos meses.

1) Literatura cinza e o que se pode conhecer de Cuiabá

Para fins deste texto consideramos em especial os resultados consolidados nos relatórios arrolados nos processos do IPHAN-MT:

1) Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (Etapas Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento) – Sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) Cuiabá – Várzea Grande (n° 01425.000380/2012-04);

2) Projeto de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas Praças Caetano Albuquerque, Dr. Alberto Novis, Senhor dos Passos, Escadaria do Beco Alto e Largo Feirinha da Mandioca (n° 01425.000796/2016-48);

3) Projeto Beco do Candeeiro: patrimonialização da memória de um espaço urbano em Cuiabá, Mato Grosso, através da Arqueologia (n° 01425.000086/2019-61); e

4) Projeto de mitigação de impactos, preservação e monitoramento arqueológico no casarão de Bem-Bem – Centro Cultural Nhô Nhô de Manduca, Cuiabá-MT (n° 01425.000502/2018-40).

1.1) Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (Etapas Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento) - Sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) Cuiabá - Várzea Grande

O "Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (Etapas Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento) - Sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) Cuiabá - Várzea Grande" foi a primeira iniciativa a trazer uma contribuição significativa para a compreensão dos dados arqueológicos de Cuiabá desde o seu tombamento na década de 1990. Foi realizada pela empresa Documento Patrimônio Cultural e Arqueologia e a instituição de salvaguarda do material obtido foi o Instituto Homem Brasileiro (IHB). Como dito anteriormente, essa ação estava em consonância com as obras da Copa do Mundo que promoveriam modificações urbanas, as quais nunca foram finalizadas com a posterior suspensão da implementação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT). Partimos aqui das informações apresentadas no *Relatório de Atendimento 2 – Finalização da etapa de prospecção* de fevereiro de 2013 (doravante referenciado como RA 2013). Esse arquivo pode ser acessado através do documento n° 3893193 do processo IPHAN-MT 01425.000380/2012-04. As páginas de onde retiramos as informações deste relatório serão indicadas entre parênteses.

Apesar dos problemas inerentes a este caso, marcado por uma obra pública que nunca foi finalizada, esses estudos preliminares baseados em prospecções e poços testes resultaram em observações importantes do ponto de vista arqueológico sobre Cuiabá. O que foi favorecido pela ampliação do espaço onde seriam desenvolvidas investigações arqueológicas ao longo dos trabalhos de diagnóstico. Considerando a Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento, os estudos arqueológicos ampliaram-se devidamente e passaram a considerar a Área de Influência Direta (AID) a partir de dados ambientais e de outras variáveis patrimoniais, tais como outros tombamentos na área afetada.

Em suma, traçou-se uma zona de maior cuidado e atenção que deveria ser considerada em procedimentos de resgate antes de poder seguir com a obra. Algo que, com o abandono do projeto, acabou por nunca ser efetivamente realizado. Ainda assim, temos indicativos para pensar o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Durante o momento dos procedimentos de escavação houve a identificação dos Complexos Arqueológicos do Rio Cuiabá, da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito abarcando espaços de desenvolvimento histórico da cidade ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. As áreas delimitadas pelo trabalho arqueológico proposto possuem importantes observações e constituem interesse arqueológico, pois estão imbricadas com o desenvolvimento urbano de Cuiabá.

As descobertas concentram-se em três principais contextos, sendo o primeiro deles o contexto arqueológico de Porto de Areia. Após evidências de superfície indicarem potencial, foram realizadas sondagens que revelaram uma estrutura em sentido oeste-leste seguindo no sentido de zonas com maiores características históricas ao norte do setor que foram identificados como parte da rampa de atracagem do antigo porto (RA, 2013, p. 422-423).

Outro contexto com concentração de achados foi na área tombada e de entorno do centro histórico de Cuiabá. Nessa zona foram realizadas dez sondagens nas quais foram identificados vestígios arqueológicos de diversas tipologias, incluindo vidro, cerâmica, material construtivo, faiança, madeira e metal (RA, 2013, p. 422, 433). Esses materiais estavam associados tanto a aterros recentes, principalmente de cascalho de quartzo, quanto a aterros mais antigos formados por entulhos residenciais provenientes de edificações históricas dos séculos XVIII e XIX (RA, 2013, p. 448). Em alguns pontos, os vestígios apareceram vinculados a estruturas como pisos e calçamentos, o que indica a presença de contextos arqueológicos bem preservados (RA, 2013, p. 448).

Em outros, há a indicação de áreas de descarte, ou lixeiras, caracterizadas pela alta concentração de materiais, especialmente a partir de 80 cm de profundidade. Nesses níveis

mais profundos, associados a sedimento escuro e a restos faunísticos de animais de pequeno porte, observou-se grande diversidade de vestígios – faianças, cerâmicas, vidros, metais e resíduos da construção civil – configurando um expressivo "bolsão arqueológico" (RA 2013, p. 441, 448).

A análise estratigráfica desses materiais contribui para a compreensão do processo de ocupação da paisagem onde se desenvolveu a cidade de Cuiabá. A camada de aterro mais recente, datada provavelmente de meados da década de 1970, relaciona-se ao processo de canalização do Córrego da Prainha, ocorrido no final dos anos 1960. Já as camadas mais profundas distinguem-se pela presença de entulho residencial, sobretudo fragmentos de telhas, indicando uma cronologia mais antiga vinculada às construções dos séculos XVIII e XIX (RA 2013, p. 441, 448). Esses vestígios são fundamentais para a interpretação dos padrões econômicos da sociedade cuiabana no passado, a partir do uso e do descarte de materiais domésticos.

A última área estudada como parte do projeto de implementação do VLT foi a área próxima à ponte sobre o Rio Coxipó. Lá foram feitos 37 poços-teste na área do Rio Coxipó e eles não revelaram novos contextos arqueológicos subsuperfície (RA 2013, p. 240-243). Ainda assim o detalhamento prospectivo nas imediações da ponte revelou a presença de segmentos preservados da estrutura original da ponte, que é um bem tombado (RA 2013, p. 243).

Ao final do relatório são indicados os próximos passos que, como sabemos, nunca foram executados. Esses trariam uma gama de dados da maior relevância para Cuiabá pois ampliariam muito aquilo que foi realizado apenas como testes e prospecções. Definia-se, por exemplo, a escavação da área defronte à Igreja do Rosário e no mínimo a abertura de uma área de escavação de 25 m^2 na região da Prainha (RA 2013, 499-502).

Entretanto, apesar do que o RA 2013 revela, há algumas questões metodológicas relevantes neste caso que derivam de uma falta de diálogo interdisciplinar. Os pontos identificados como de maior interesse das porções da cidade que seriam impactadas pelo VLT no trecho que vai do porto à área tombada do centro de Cuiabá e deste até a região do Coxipó foram apenas aqueles que têm maior concentração de materiais. Sinaliza-se que há um relativo vazio entre essas três zonas e que, portanto, elas poderiam ser áreas onde as obras "poderão ser realizadas as obras de engenharia previstas, sempre acompanhadas por monitoramento arqueológico (...) [e apenas se nas] monitorias seja detectada a presença de vestígios, deverão ser igualmente ali aplicadas medidas cabíveis de resgate." (RA 2013, p. 502)

Tomemos como referência os referidos trabalhos de sondagem na área do centro histórico, lugar em que sondagens foram realizadas numa malha contínua. Como é de conhecimento, a cidade de Cuiabá nasce com dois polos interconectados – o Porto e o Centro – que se ligam a partir da rua da Prainha. Nesse ponto, a ausência de material arqueológico substancial, se lida de forma adequada, também é uma informação relevante. Aqui queremos apenas apontar uma possível lacuna que deriva de um diálogo incipiente com uma historiografia atualizada.

Hércules Florence, inventor e desenhista de origem monegasca que se radicou no Brasil, passou pela cidade de Cuiabá na primeira metade do século XIX e teceu alguns comentários acerca do cotidiano citadino. Sobre o caminho entre o Centro Metropolitano e o Porto, ele observou (Florence 2007 [1875], p. 124) que: "O único passeio que tem a cidade é o meio quarto de légua de extensão que vai ter ao porto. Ali só se veem 15 ou 20 casas, algumas canoas, Guanás, Caburés, negros e mulatos." Nesse sentido, a ausência observada nas prospecções constitui, na verdade, uma informação importante não só da distinção entre as duas áreas de ocupação majoritária, mas também oportunizam uma série de ações para o interior da malha urbana.

Se é verdade que nas Cartas dos Oitocentos o espaço prospectado – que se dá propriamente nas ruas – está esvaziado de material arqueológico, é possível que o interior dos bairros próximos à área central esteja preenchido desta mesma materialidade. Isto se dá pelo fenômeno de formação periférica, que designa um espaço de circulação mais amplo que o obtido a partir do Complexo Arqueológico Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Na medida em que os trabalhos arqueológicos realizados em Cuiabá se ampliarem, será possível esboçar de forma mais adequada essas ocupações, diferenciadas entre si, mas relacionadas e interconectadas. Tal questão reitera a relevância desses levantamentos e a necessidade de apoio para pesquisas continuadas sobre a temática.

Na área do Complexo do Rio Cuiabá, a ausência de material arqueológico é outro sinal relevante a ser considerado. Verone (2001) sustenta que houve uma ocupação Guaná na área da beira do rio Cuiabá, na área hoje pertencente a Várzea Grande, como indicamos na seção anterior. Esta ocupação, que foi contínua ao longo do final da primeira metade do século XIX até o início do XX, demonstraria um potencial arqueológico importante para a margem do rio em questão. Nesse sentido, a ausência de material na área do Porto é salutar para a verificação dessa área de ocupação ou, ainda, da deturpação de possíveis vestígios deixados por ela.

Observa-se, portanto, que a ausência dos estudos históricos específicos sobre Cuiabá no delineamento do projeto, na análise e consecução de seus resultados sinalizam para uma

dificuldade por parte deste relatório em compreender os fenômenos que perpassam a formação de cada Complexo Arqueológico. Se esse diálogo com a historiografia fosse inserido de maneira mais contundente, seria mais fácil aclarar os porquês da ausência da cultura material nos pontos prospectados. A carência de análises interdisciplinares com pesquisas históricas, como veremos, não é parte apenas do projeto do VLT, mas corresponde a uma característica marcante das intervenções arqueológicas realizadas até o momento em Cuiabá.

1.2) Projeto de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas Praças Caetano Albuquerque, Dr. Alberto Novis, Senhor dos Passos, Escadaria do Beco Alto e Largo Feirinha da Mandioca

O Projeto de Diagnóstico, Prospecção, Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas Praças Caetano Albuquerque, Dr. Alberto Novis, Senhor dos Passos, Escadaria do Beco Alto e Largo Feirinha da Mandioca", foi realizado no Centro Histórico de Cuiabá, como parte do desenvolvimento do PAC Cidades Históricas, pela empresa Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda. A instituição de endosso e salvaguarda escolhida foi o Museu de História Natural de Mato Grosso (MHNMT). Partimos aqui das informações apresentadas no relatório final enviado ao IPHAN, em abril de 2018, (doravante referido como RFP 2018). Esse arquivo pode ser acessado através do documento n° 0398139 do processo IPHAN-MT 01425.000.796/2016-48. As páginas de onde retiramos as informações deste relatório serão indicadas entre parênteses.

Voltado à revitalização das praças do Centro Histórico, sua abordagem considerou a Área Diretamente Afetada (as praças), a Área de Influência Direta (AID) (o próprio Centro Histórico) e a Área de Influência Indireta (a cidade de Cuiabá). Apesar dos trabalhos de arqueologia estarem estabelecidos nas quatro praças e na Escadaria do Beco Alto, apenas três desses espaços sofreram intervenções arqueológicas sistemáticas: a Praça Alberto Novis, a Praça da Mandioca e a Escadaria do Beco Alto, sendo as Praças Senhor dos Passos e Caetano Albuquerque formadas por quantidades consideráveis de aterro com camadas estéreis. A Praça Alberto Novis aparece como um espaço importante, dada a maior quantidade de material arqueológico exumado, bem como a realização de datações e descrições estratigráficas elaboradas. Há ainda que se considerar um problema político importante, a ser destrinchado em momento posterior deste texto acerca da Escadaria do Beco Alto.

Uma contribuição metodológica importante está nos métodos de datação. O Projeto Praças é o único projeto realizado no Centro Histórico que faz a datação dos vestígios a partir da análise das louças pelo Número Mínimo de Peças (NMP), utilizando a Fórmula de South e a descrição da estratigrafia arbitrária da lixeira encontrada na Praça Alberto Novis. A data média – período de maior intensidade de descarte – foi de 1804, mais próxima "do limite inicial estabelecido como ocupação do sítio (1800-1880)" (RFP 2018, p. 60). As autoras do relatório destacam que a data mais recuada pode estar ligada a fatores metodológicos, como o recorte da amostragem apenas de objetos que possuam data inicial e final de produção, bem como que a lixeira em questão pudesse estar sendo utilizada, majoritariamente, por grupos escravizados, que adquiriram peças fora de moda e que, portanto, seriam mais baratas.[1] Por outro lado, os resultados também sinalizam que a Escala de Miller não seria muito adequada, de modo que os resultados soam inconclusivos acerca dos personagens que faziam o uso da área de descarte.

A contextualização da Praça Alberto Novis apresentou resultados importantes, exumando uma parcela dos edifícios que existiam no que hoje se configura como a praça. Deste modo, foi possível averiguar sua existência como casarão comercial – no século XIX – e, posteriormente, como sede do Jornal do Partido Social Democrata. Essas informações, cruciais para as conclusões das análises arqueológicas, são consideradas nas conclusões das autoras e serão referenciadas posteriormente. Elas, ainda, estão ligadas à datação realizada, permitindo uma melhor contextualização local da materialidade arqueológica em questão.

Outros achados importantes na área da Praça Alberto Novis dizem respeito aos metais. Cinco moedas, sendo três da segunda metade do século XIX e duas da segunda do século XX. Há ainda uma grande quantidade de materiais tipográficos, relacionados à existência do Jornal do Partido Social Democrata e que constituem um acervo importante a ser relacionado ao crescente campo que se dedica, no Mato Grosso, à análise de jornais, da história da imprensa e da intelectualidade da região. A materialidade arqueológica ainda carece de estudos por parte de historiadores interessados, sendo essa uma oportunidade de se aprofundarem na análise deste tipo de fonte. A materialidade exumada da Praça Alberto Novis aponta, portanto, para uma série de oportunidades analíticas ainda a serem consideradas em trabalhos posteriores.

[1] Isto diz respeito a um fator metodológico do trabalho com a Fórmula de South e as bases bibliográficas de que a fórmula se serve. Neste caso, as bases de dados do *Diagnostic Artifacts in Maryland*, assim como os manuais de louças utilizados para a datação. Na ausência desses referenciais, não é possível identificar as louças em questão e, portanto, não há como datá-las de forma adequada com comparativos.

Outro espaço importante escavado foi a Escadaria do Beco Alto, que possui um Relatório Complementar exclusivamente voltado a si (doravante chamado de RCEBC 2019) enviado ao IPHAN em abril de 2019. Esse registro pode ser acessado através do documento 1142968 do mesmo processo IPHAN-MT 01425.000.796/2016-48. Este espaço sofreu uma série de intervenções não-comunicadas entre a empresa de engenharia que realizaria as obras em questão e a empresa arqueológica que seria responsável pelo licenciamento, análise e redução do impacto ao patrimônio arqueológico. Assim, há um problema inerentemente político no que tange à realização dos trabalhos da Escadaria do Beco Alto, dado que "todas as ações das obras impactaram o patrimônio arqueológico histórico" (RCEBC 2019, p. 30). Isto tanto pelo início das obras antes do aviso à empresa de arqueologia contratada, quanto pela retirada de sedimento e, portanto, da pavimentação original, encontrada há 15-20 cm de profundidade.

No que diz respeito às questões teóricas, a abordagem do Projeto Praças esteve voltada à arqueologia urbana, considerando o urbano de modo amplo. Nesse sentido, não se trataria da arqueologia da cidade, mas sim de uma arqueologia *na* cidade, considerando-a mais como um eixo de interpretação do que como uma finalidade. Nesse caso, a cidade deixa de representar o polo finalizador da análise. Assim, o Projeto Praças tomou o processo de constituição do espaço urbano como sendo seu objeto para dar vazão a outras possibilidades analíticas.

Cabe, entretanto, salientar que o projeto não indica a rigor ser uma proposta de investigação, o que torna o tema em construção difícil de ser elucidado. Assim, se por um lado ele salienta que há um posicionamento que vem defendendo "nesse campo de trabalho, uma pesquisa com problemáticas orientadas" (RFP 2018, p. 21), é difícil encontrá-las ali de forma explícita. Deste modo, podemos sinalizar para o Projeto Praças como uma pesquisa exploratória, como não poderia deixar de sê-lo pelas poucas pesquisas arqueológicas em Cuiabá.

Por outro lado, a sinalização para uma arqueologia voltada às populações subalternizadas no passado é algo que aproxima o Projeto Praças das tendências temáticas da arqueologia pós-processual. Deste modo, aparecem personagens geralmente ocultados pelas tendências de uma História Oficial. Isso é observado por parte dos autores, sobre as ocupações anteriores na cidade de Cuiabá, como dos Bororo e, no caso da cidade em si, a atuação das populações escravizadas. Por outro lado, há poucas citações de trabalhos de historiadores com relação às temáticas em questão, fato que chama atenção para uma desconexão ou um desconhecimento por parte destes trabalhos, que permitiriam uma melhor construção contextual (Rosa, 1996; Barreto, 2022; Viotti, 2019).

Deste modo, se por um lado o Projeto Praças traz à baila esses personagens ocultados pela História Oficial, ele não consegue, entretanto, dar cabo da relação entre materialidade arqueológica e análise diacrônica e sincrônica das fontes. Essa dificuldade teórica e metodológica se alicerça tanto na ausência de trabalhos capazes de preencher as lacunas observadas, quanto num desenho do problema de pesquisa que consiga ser melhor esmiuçado. Por exemplo, é bem sabido pela bibliografia especializada que as praças eram espaços importantes de sociabilidade negra (Viotti, 2019; Barreto, 2022; Dias, 2015), ainda mais com essas praças em estudo pelo projeto pertencerem ao espaço de ocupação negra do XIX (Dias, 2015). Parte das cerâmicas exumadas na Praça Alberto Novis, por exemplo, possuem decorações que são ligadas a grupos afrodiaspóricos (Symanski, 2024). Esse raciocínio é empregado no relatório em questão apenas de modo subentendido, sem se tornar um recurso analítico que guie a análise realizada.

Desse modo, o relatório apenas sinaliza para essa relação entre cerâmica e grupos diaspóricos, sem, contudo, avançar numa reflexão sistemática sobre o processo de produção e distribuição da prática ligada a essa manufatura. Desse modo, a cerâmica torna-se uma expressão de um núcleo cultural, ou, uma forma que é dada à gramática da cultura, ao invés de um objeto a ser agenciado pelos diferentes humanos que o usam. Nesse sentido, há um essencialismo que pode ser prejudicial, dado pela relação rápida entre decoração e grupo étnico, e, em especial, para esses objetos ditos “africanos”, na questão que Scott J. Allen (2016) chamou de afrofato. Assim, essa contribuição importante a ser referenciada também possui questões importantes, na medida em que somente apresenta vestígios, mas encontra problemas na consolidação de seus resultados.

1.3) Projeto Beco do Candeeiro: patrimonialização da memória de um espaço urbano em Cuiabá, Mato Grosso, através da Arqueologia

O “Projeto Beco do Candeeiro: patrimonialização da memória de um espaço urbano em Cuiabá, Mato Grosso, através da Arqueologia”, foi realizado em 2021, em conformidade com as obras do PAC Cidades Históricas, sendo a instituição de endosso e salvaguarda escolhida o Instituto Homem Brasileiro (IHB). Essa iniciativa teve como período de realização o segundo semestre de 2021, sendo que ainda não possui relatório final ou sequer parcial. Neste sentido, os comentários aqui realizados se pautarão na análise do projeto (doravante PBC 2020) que pode ser acessado através do documento 2033930 do processo 01425.000201/2020-31 e demais registros anexados a esse processo e ao protocolo

01425.000086/2019-61. Entretanto, dada a ausência de relatórios ou sequer da própria materialidade na instituição de endosso, as informações aqui trazidas serão necessariamente incompletas.

Este trabalho amparou-se em noções da Arqueologia Histórica, Arqueologia Urbana e da Arqueologia da Arquitetura, tendo como escopo elementos que remetem ao Projeto Praças, desenvolvido anteriormente. Assim, o Projeto Beco do Candeeiro consiste numa abordagem que prima pelo urbano como processo. Deste modo, a concepção de sítio que é argumentada pelo projeto consiste em:

Um imperativo metodológico, mas a concepção mais ampla de registro arqueológico, de artefato enquanto unidade mínima é de que esses espaços são fenômenos deposicionais e não unidades, impera na construção dos percursos investigativos (PBC 2020, p. 25)

Metodologicamente, seu arcabouço se amparou na estratigrafia arbitrária, com sondagens de 1x1m ao longo do Beco do Candeeiro e da travessa que o liga à Avenida Tenente Coronel Duarte. As intervenções a serem realizadas na consecução da obra de revitalização também foram acompanhadas a partir da ótica do monitoramento arqueológico, sendo observado, durante o processo, a presença de um duto de água histórico. Neste processo, foram identificadas ainda 323 peças, "entre louças (faiança fina e porcelana), material cerâmico, ósseo, vítreo e demais categorias de análise" (e-mail enviado ao IPHAN em 19/10/2022 e registrado como documento 3921274 do processo 01425.000086/2019-61). Na medida em que não há relatório ainda disponível, torna-se difícil compreender quais tipos de materiais foram identificados. Além disso, como o material arqueológico não foi repassado para a instituição de endosso, não é possível que façamos uma análise *in loco*. Nos limitaremos, portanto, a essas indicações.

1.4) Projeto de mitigação de impactos, preservação e monitoramento arqueológico no casarão de Bem-Bem – Centro Cultural Nhô Nhô de Manduca, Cuiabá-MT

O "Relatório final de mitigação de impactos, preservação e monitoramento arqueológico no Casarão de Bem-Bem – Centro Cultural Nhô Nhô de Manduca" corresponde ao trabalho arqueológico mais recente realizado no Centro Histórico de Cuiabá. A instituição de endosso e salvaguarda escolhida foi o Instituto Homem Brasileiro (IHB), sendo o projeto realizado no hoje Instituto Ciranda Casa de Bem-Bem, com uma série de informações importantes. As informações aqui apresentadas foram coletadas no relatório final enviado ao IPHAN em setembro de 2022 (de aqui em diante referido como RFCBB 2022). O referido

relatório pode ser acessado através do documento n° 3846978 do processo IPHAN 01425.000502/2018-40. As páginas de onde retiramos as informações deste relatório serão indicadas entre parênteses.

O relatório se divide em capítulos de contextualização histórica e arqueológica, partindo do local mais próximo – a própria Casa de Bem-Bem – para o mais amplo e complexo contexto etnohistórico e arqueológico. No que tange ao contexto histórico realizado pelos autores deste relatório, é salutar observar como o referencial bibliográfico dialoga constantemente com essa construção do micro e do macrocosmo (RFCBB 2022, p. 36-52). É nesse sentido que o item voltado à etnohistória constitui um amplo arcabouço populacional, com indígenas, africanos e colonos vivenciando o espaço da cidade de diferentes formas. Para além disso, a realização deste tópico perpassa tanto a bibliografia histórica, quanto a antropológica, além de diários de viajantes, a exemplo de Hércules Florence – já citado neste texto (RFCBB 2022, p. 23, 39-40). Esse parêntesis aqui realizado sintetiza, portanto, que o Relatório em questão aproxima-se mais de uma interdisciplinaridade, eixo fundamental de raciocínio para o ofício arqueológico. Embora de forma relativamente breve, a seção sustenta de forma analiticamente satisfatória a constituição da urbe cuiabana, bem como da área tombada e do núcleo central a ser analisado: a Casa de Bem-Bem.

Com relação ao contexto do próprio casarão, a análise dos autores é sobretudo voltada ao século XX (RFCBB, p. 28-36). Isto se deve tanto pela realização de entrevistas e pela análise de relatos orais, quanto pela análise de fotografias que compõem o acervo produzido pelo relatório. Neste caso, o aspecto central trata-se da importância histórica do casarão, que recebia os festejos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, tendo relevância ímpar para a história da festa. Para além disso, a sua proximidade com a área de ocupação negra do século XIX, embora não pertença diretamente a ela, sinaliza tanto para a fluidez deste território de ocupação majoritária quanto para a ampliação deste mesmo espaço ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, a visão negociativa do festejo é trazida a partir da análise das fotos de Dona Bem-Bem, elementos que, em conjunto das demais informações, apontam para o papel fundamental do festejo como instrumento político, de conflito e de representação de uma parcela da sociedade cuiabana.

As intervenções arqueológicas realizadas tanto no quintal quanto no interior do casarão exumaram uma grande quantidade de material, tendo sido realizadas duas etapas principais (RFCBB 2022, p. 159). A primeira consistia numa fase emergencial, buscando estabilizar a estrutura em questão, a drenagem de águas e a manutenção do escoramento e da

sobrecobertura do imóvel; a segunda, referiu-se à instalação do piso drenante para o edifício, cuja proposta seria a de abrigar um instituto cultural.

A ausência da estratigrafia bem definida do sítio, com pacotes densos de aterro e com particularidades no que tange ao caráter emergencial da obra, impediram análises aprofundadas para a materialidade em questão (RFCBB 2022, p. 58-59, 66-68, 81). Deste modo, o relatório indica, por exemplo, que para a primeira fase e durante a inserção de postes de iluminação para o edifício, coube

à equipe de arqueologia apenas vistoriar a terra, sedimento, aterro retirado das sondagens e demais etapas de gerência sobre o material, não havendo informação estratigráfica sobre os mesmos. Imperativamente, então, as peças resgatadas tiveram que ser inseridas entre 0-30cm de profundidade, como informado pela equipe que abriu as sondagens (RFCBB 2022, p. 57)

Apesar das dificuldades no que tange a análise da materialidade sem uma melhor contextualização estratigráfica, há algumas correlações importantes que foram feitas a partir da cultura material exumada. No relatório se opta por um caminho da possível interpretação a ser realizada a partir de um certo número de vestígios analisados qualitativamente. É assim, por exemplo, que a análise de vidros é correlacionada com o convívio festivo da festa (RFCBB 2022, p. 132), ou que as peças de bonecas se tornam uma espécie de metáfora para a infância vivida no quintal (RFCBB 2022, p. 145).

Esse tipo de análise está também presente nas cerâmicas (RFCBB 2022, p. 135-141). Deste modo, elas se tornam metáforas para a presença da população africana, dado a presença de decorações incisas duplas e triplas, bem como de signos que remetem ao grupo étnico Macua (Souza e Agostini, 2011). Para afirmar tanto, seria preciso pensar de forma mais aprofundada com relação ao contexto arqueológico, bem como das relações entre contexto e diacronia, observações que se tornam limitadas na medida em que o próprio contexto arqueológico do sítio não pôde ser bem registrado por limitações do sítio em si – o aterro – quanto pelas demandas da obra.

1.5) Balanço das intervenções arqueológicas em Cuiabá

A partir da sistematização das informações obtidas das intervenções arqueológicas anteriores, foi possível observarmos algumas lacunas fundamentais. A maior parte se interliga à dificuldade dos trabalhos arqueológicos realizados sob a ótica do contrato, com uma temporalidade reduzida para a execução dessas atividades. Esses sintomas se expressam numa

ausência da relação mais ampla do contexto arqueológico que deve ser lido tanto no intra-sítio quanto no extra-sítio. Além disso, a própria bibliografia mobilizada dialoga pouco com a História ou a Antropologia. Desse modo, as intervenções até aqui realizadas estão ainda muito pautadas na descrição dos artefatos, relacionando-os basicamente com umas poucas interpretações arqueológicas de mais fôlego realizadas em Mato Grosso, expressas sobretudo nos trabalhos de Symanski.

Esse limitante relativo à análise intra-sítio como baliza teórica é elemento trazido como problema pelos diversos autores dos projetos acima mencionados. Essa inclusive é uma questão que toma como algo também a ser superado. No entanto, nenhum dos trabalhos conseguiu satisfatoriamente correlacionar a diversidade de fontes que marca o papel da Arqueologia Histórica (Orser 1992; Symanski 2024; Souza 2024), ora com peso para a análise da documentação escrita ou iconográfica, ora com maior peso da cultura material.

No tocante ainda à superação do próprio problema da análise intra-sítio como limitante, as perspectivas adotadas pelos projetos em questão não se aprofundam para considerar a presença de agenciamentos de populações indígenas que ocuparam o território de Cuiabá, como sinalizam historiadores (Verone, 2021; Rosa, 1992). Como Souza (2017) observou, essas dificuldades analíticas, longe de se tratarem de problemas menores, correspondem a desafios oriundos das próprias escolhas teóricas que orientaram alguns arqueólogos históricos.

Outro ponto necessário de salientar é que até o presente a única intervenção que temos em um espaço doméstico foi feita na Casa de Bem-Bem. Como destacamos anteriormente, essa intervenção foi marcada por uma série de condicionantes que limitam a capacidade de conhecermos as dinâmicas anteriores ao século XX.

2) Registros escritos

Como destacado anteriormente, não se trata apenas de mobilizar os dados arqueológicos existentes, mas de explorá-los de forma articulada e dialogada entre a História e a Arqueologia. Assim, simultaneamente à pesquisa nos relatórios de escavação empresarial, foi realizada a consulta no Arquivo Público de Mato Grosso (Figura 1) de documentações ainda pouco exploradas que poderiam trazer novos olhares para a transformação do centro histórico de Cuiabá. Essas consultas ocorreram em um período de aproximadamente três meses, com as primeiras buscas sendo iniciadas em setembro de 2025, seguindo até sua

interrupção no fim do mesmo mês, e com o restante do levantamento sendo feito entre o começo de março e o final do mês de abril de 2026.



Figura 1. Superintendência do Arquivo Público de Mato Grosso.

Foi escolhido como objeto de pesquisa a documentação da Coletoria de Rendas de Cuiabá do século XIX, com foco na região da área tombada do centro histórico de Cuiabá. Os documentos escolhidos para análise foram os livros de escrituração do imposto da Décima Predial Urbana, imposto cobrado sobre as moradias durante o século XIX, tendo como recorte espacial as três ruas que compunham a formação inicial do antigo centro da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, a Rua de Cima, atual Rua Pedro Celestino, a Rua do Meio, atual Rua Eng. Ricardo Franco, e a Rua de Baixo, atual Rua 7 de Setembro. Era esperado que por meio dessa documentação e em conjunto com as demais pesquisas do núcleo de arqueologia do projeto ALMA Cuiabá, fosse possível criar um panorama habitacional diacrônico do Centro Histórico da capital.

2.1) A Décima Urbana

Ainda é pouco explorada a Décima Urbana como fonte, com apenas alguns trabalhos acadêmicos se debruçando sobre ela. A análise da documentação do Arquivo Público de Mato Grosso e sua subsequente interpretação foi realizada tendo como principal norteador o artigo de Nádia Mendes de Moura e Diego Fonseca Borsoi (2024), intitulado "As Décimas Urbanas e novas abordagens sobre a história das cidades oitocentista", onde os autores explanam a origem do imposto e seu funcionamento, além de possíveis usos em pesquisas acadêmicas futuras.

O imposto da Décima Urbana foi implantado no Brasil a partir de 1808, com a chegada da família Real portuguesa, incidindo diretamente sobre os prédios urbanos e era cobrado dos responsáveis que habitavam tais edificações. O valor cobrado correspondia a 10% sobre o foro pago ou sobre a mesma porcentagem referente ao rendimento do aluguel cobrado. Caso o imóvel estivesse ocupado pelo proprietário, o valor do imposto seria decidido com base na estimativa do valor do aluguel de modo a estimar quanto o imóvel poderia render se estivesse alugado. A cobrança também não era aplicada a todos os prédios, sendo que, de maneira geral, estavam isentos os edifícios do governo, as Santas Casas de Misericórdia, os hospitais, orfanatos, templos e igrejas.

Por mais que fosse ditado por Alvará o que deveria ser listado nos cadernos de lançamento, a forma de registro, segundo a análise dos autores, tendia a variar de junta administrativa para junta administrativa. Segundo Moura e Borsoi (2024, p. 6):

> Normalmente estão listados o endereço do imóvel, nome do/a proprietário/a e do/a morador/a (caso dos imóveis alugados ou cedidos), valor anual do aluguel e valor do imposto cobrado, ocupação do bem sinalizando se estava desabitado ou não e, em alguns casos, sua largura (quantidade de lanços), bem como sua altura (quantidade de pavimentos). A partir dessas informações é possível constatar a localização do imóvel e o número de pavimentos, se a edificação estava ocupada, por quem estava ocupada e, em alguns casos, a atividade exercida pelo dono ou morador, identificando também se era leigo ou religioso ou se possuía patente militar. No caso das mulheres, aquelas de maior distinção na sociedade estavam identificadas como "Dona". No caso de proprietários negros, por vezes, encontra-se menções a categorias étnico-raciais. Pelo valor do imposto cobrado, é possível mapear zonas mais valorizadas no núcleo urbano. Em cidades e vilas maiores, essa mancha é mais visível, o que não ocorria em lugares menores, onde pessoas mais abastadas viviam lado a lado com pessoas mais pobres.

Assim, as Décimas Urbanas tem potencial muito grande, podendo fornecer dados abrangentes e que por si só já podem criar uma boa imagem da composição, seja do centro histórico de Cuiabá, ou de qualquer outra região do perímetro urbano da cidade.

2.2) Documentação da Coletoria

Os registros escritos da Coletoria de Rendas de Cuiabá são extensos e abrangem diferentes tipos de cobranças, como impostos sobre produtos de lavoura, redes e pesca, olarias, impostos sobre escravizados, além de escriturações de atas de reuniões, folhas de pagamentos de funcionários, entre outros mais. Foram analisados um total de 357 documentos da coletoria de Cuiabá, distribuídos por 72 caixas, abrangendo um período que vai desde a década de 1830 até 1916. Esse sendo, é claro, apenas o número de registros encontrados e analisados, podendo não corresponder ao número total de registros da coletoria.

Desses 357 documentos, ao todo 39 livros detinham informações sobre a Décima Urbana (Figura 2), sendo que 13 possuíam informações relevantes para a pesquisa do projeto e apenas 3 não possuíam indicação de número de casa nas páginas da cobrança. Infelizmente alguns deles se encontravam em estado degradado de conservação, algo muito comum nos cadernos mais antigos.

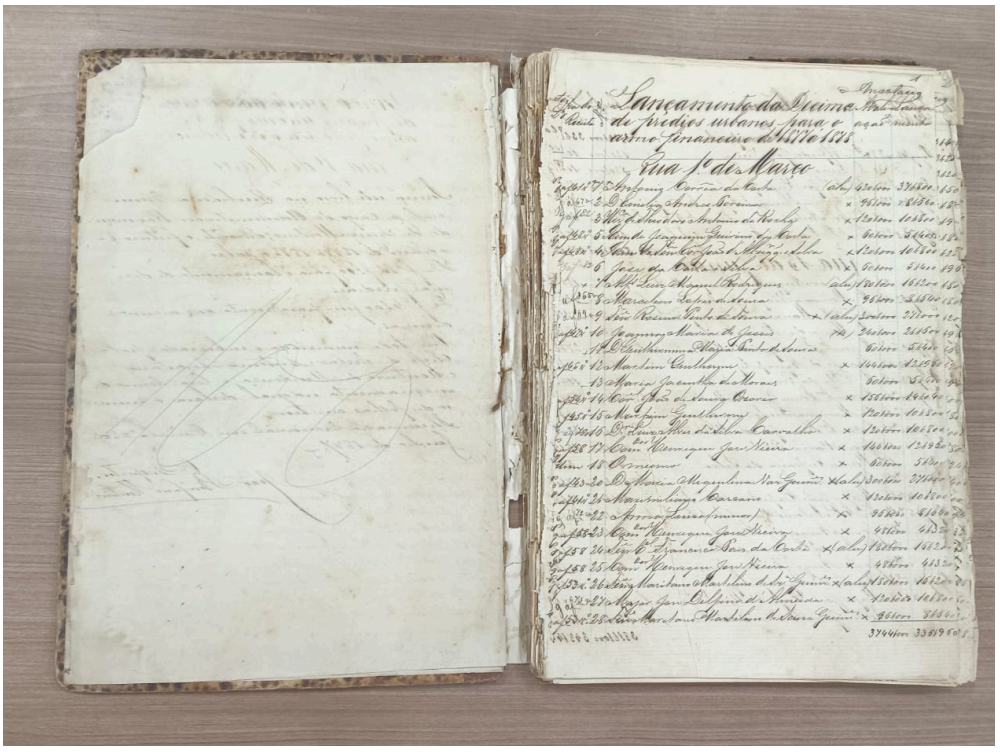


Figura 2. Caderno de registro da cobrança da Décima Urbana de 1878.

Em alguns casos, a condição precária dos livros exigia que fossem manuseados com mais cuidado, em outros, dificultava o processo de análise por conta de partes das páginas estarem faltando e nos casos mais extremos, os documentos não eram mais que um punhado de retalhos de papel dentro de um envelope. Destacamos a atenção e solicitude de funcionários do Arquivo Público no acesso aos documentos, no entanto, muitos deles não podem ser manuseados por recomendação dos mesmos, limitando o acesso a algumas informações que poderiam ampliar os materiais sobre o tema em análise. De forma geral, os cadernos de imposto da coletoria possuem informações sobre todo o perímetro urbano da capital, indo desde a região do Porto e do arsenal de guerra, até o centro da cidade e o outro lado do córrego da prainha. Até o momento, nenhum mapa ou planta da cidade foi usado durante a análise e as localizações aqui descritas podem ser apontadas puramente pelos nomes das ruas presentes nos documentos, o que nos leva para o conteúdo propriamente dito dos cadernos.

2.3) Cadernos da Décima Urbana

Embora alguns registros da Coletoria de Cuiabá possam remeter até o início da década de 1830, os cadernos de Décima Urbana mais antigos encontrados são do ano de 1839-1840 e os mais recentes sendo de 1899. Por ser um imposto cobrado anualmente, cada caderno é referente a um ano específico, embora haja instâncias em que os anos fiscais não correspondem aos anos do calendário. Desta forma, um livro pode ser referente ao ano de, por exemplo 1846-1847, sendo que nesse caso, o ano fiscal começa no meio de 1846 e termina no meio de 1847. Poucos são os casos onde isso acontece.

A seguir, a lista de todos os cadernos de Décima Predial encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso:

Quadro 1 - Cadernos de Décima Predial encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso

Número do Documento	Caixa	Ano	Tipo de Imposto	Obs.
7	242	1839-1840	Décima Predial	Sem observações

1	245	1846-1847	Décima Predial	Sem observações
5		1846-1847	Décima Predial	Sem observações
1	246	1847-1848	Décima Predial e Aguardente	Sem observações
5	250	1854	Impostos Diversos e Décimas Prediais	Sem observações
1	253	1858	Décima Predial	Documento Dilacerado
6	254	1859	Décima Predial	Documento Dilacerado
5	256	1860	Dívida Ativa	Sem observações
2	257	1861	Décima Predial	Documento Dilacerado
7	-	1862	Décima Predial	Sem observações
5	259	1863	Décima Predial	Sem observações
3	261	1854	Décima Predial	Documento Dilacerado
7	-	1865	Décima Predial	Documento Dilacerado
2	262	1869	Dívida Ativa	Sem observações
1	263	1868	Décima Predial	Documento Dilacerado
3	264	1869	Décima Predial	Sem observações

1	266	1871	Impostos Diversos e Décimas Prediais	Sem observações
2	-	1871	Impostos Diversos e Décimas Prediais	Sem observações
5	-	1871	Décima Predial	Sem observações
4	267	1872	Décima Predial e Aguardente	Sem observações
5	269	1874	Décima Predial	Sem observações
3	272	1876	Décima Predial e Aguardente	Sem observações
1	273	1876	Dívida Ativa	Sem observações
2	279	1877-1878	Dívida Ativa	Sem observações
3	279	1877-1878	Décima Predial	Sem observações
8	281	1878-1879	Décima Predial	Sem observações
1	282	1878-1879	Dívida Ativa	Sem observações
4	284	1878-1879	Dívida Ativa	Sem observações
4	287	1880-1881	Dívida Ativa	Sem observações
1	289	1882	Dívida Ativa	Sem observações

3	290	1882	Dívida Ativa	Sem observações
2	293	1884	Relação dos devedores de Décima	Sem observações
7	-	1884	Dívida Ativa	Sem observações
2	295	1885	Dívida Ativa	Sem observações
4	301	1887	Dívida Ativa	Sem observações
1	302	1887-1888	Décima Predial	Sem observações
1	308	1892	Impostos Diversos e Décimas Prediais	Sem observações
2	309	1893	Impostos Diversos e Décimas Prediais	Sem observações
4	310	1899	Impostos Diversos e Décimas Prediais	Sem observações

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

A lista acima mostra todos os cadernos referentes à cobrança das Décimas. Aqueles marcados como Décima Predial, correspondem exclusivamente à cobrança do imposto daquele ano, os marcados como Dívida Ativa, correspondem aos cadernos de registro dos devedores de impostos até o ano de abertura do livro e os marcados como Impostos Diversos e Décimas Prediais, são os cadernos que possuem a escrituração de mais de um tipo de imposto além da Décima.

Sobre os cadernos, todos eles, independentemente do conteúdo, possuem em seu início uma ata de abertura, assinada pelos funcionários da coletoria, contendo uma declaração de como aquele livro será usado e quais páginas serão usadas para quais registros e, no seu final, uma outra ata, dessa vez de fechamento, discriminado quantas páginas o caderno possui e indo novamente assinada por um funcionário. O método de registro das Décimas nos cadernos segue, em linhas gerais, o que é estabelecido por lei, embora possam haver pequenas variações de acordo com o funcionário que esteja fazendo o registro. A forma de anotação também muda de cadernos de Dívida Ativa para caderno de Décima Predial normal.

2.4) Cadernos de cobrança de Décima Predial

Os cadernos de cobrança de Décima Predial são organizados, na maioria dos casos, da seguinte forma: as cobranças são divididas por ruas, abaixo do nome da rua, vão em lista, primeiro o número das casas, seguido pelo nome do dono/a do imóvel, seguido, geralmente entre parênteses, do status da casa, em seguida do valor anual do aluguel da casa, e por último, o valor correspondente da Décima.

Quadro 2 - Cadernos de cobrança de Décima Predial Rua de Cima

Rua de Cima			
Número da casa	*Nome do Morador*	*Avaliação Anual*	*Décima Predial*
N°1	*André Gaudie Ley……(Alugado)*	*96#000*	*8#640*
N°2	*Anna Lima… (Em Obras)*	*Isento*	*Isento*
N°3	*Felix de M. Rodr. … (Arruinado)*	*Isento*	*Isento*

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

Essa mesma organização é feita para todas as ruas da cidade. Vale também comentar o fato de que é possível ter uma boa noção geográfica de alguns pontos da cidade apenas pelo nome das ruas, pois:

1. Em alguns casos, as ruas são nomeadas de acordo com pontos de referência ou localidades próximas, como Rua do Porto Geral, ou Travessa do Arsenal de Guerra, ou Travessa da Cadeia, ou Largo do Rosário.

2. As cobranças são registradas por ordem de proximidade das ruas, então se, por exemplo, nas primeiras cinco páginas tivermos em sequência a Rua do Porto Geral, Travessa do Arsenal de Guerra, Travessa da Cadeia, é muito provável que elas estejam próximas umas das outras. Essa mesma lógica é aplicada nas três ruas selecionadas para a análise da pesquisa, a Rua de Cima, Rua do Meio, e Rua de Baixo, que quase sempre são registradas em sequência, ou em uma ordem muito próxima.

Depois que todas as cobranças são registradas nesse formato de lista, organizadas por ruas, elas são escritas por extenso no final do livro, geralmente por agrupadas por nome de morador, seguindo a seguinte ordem de escrita:

> Recebido de Antônio Corrêa da Costa sessenta e sete mil seiscentos e oitenta reis de Décima de suas casas a saber, três da rua do meio sendo úma 7#200 reis e 10#800 reis outra alugada e 8#640; quatro no Porto Geral, sendo três alugadas a 10#800 reis cada úma e outra 8#640 reis... Cn°17 67#680.

Esses registros feitos por extenso se provam muito úteis, pois mostram que outras residências aquela pessoa possuía, se ela possuísse mais de uma, o que ajuda a identificar o nível de riqueza da pessoa. Sobre os registros como um todo, algumas coisas que podem ser notadas são:

1. Número dos prédios: não seguem necessariamente uma ordem direta, com algumas ruas tendo, por exemplo, números que não seguem uma sequência como: 1, 2, 3, 5, 7, 9, 10. Isso não é uma constante. Algumas ruas tem números de casas que seguem uma ordem direta, outros a saltam de dois em dois e algumas ruas possuem endereços sem número nenhum.

2. Método de escrita: é muito comum que os funcionários da coletoria usem, com extrema frequência, abreviaturas, que quando somadas à péssima grafia, tornam o trabalho de identificar as palavras e nomes dos moradores muito difícil.

3. Status dos prédios: em certos casos, o funcionário da coletoria registra no livro se o imóvel está alugado, arruinado, em obras, se é um sobrado, se é apenas um quarto alugado,

entre outros. Caso o imóvel não for considerado adequado para uso, ele será isento da cobrança e esse dado também será registrado na folha.

É importante também dizer que um livro de Décima Predial de, por exemplo, 1868, só possui cobranças referentes ao ano de 1868 e assim por diante. Isso não se aplica, no entanto, aos livros de cobrança da Décima Predial Atrasada.

2.5) Cadernos de Cobrança de Dívida Ativa

Os cadernos de Dívida Ativa não seguem a regra citada acima. Um livro de 1870, pode ter dívidas de todos anos até 1870, e não somente daquele ano. A maioria dos livros também é organizado por rua, com alguns deles possuindo dívidas de várias cidades diferentes, não só de Cuiabá. Esses livros oferecem uma boa chance de preencher lacunas na documentação, com algumas dívidas cobrindo anos em que não se tem a informação da cobrança normal. Algumas dívidas se estendem por vários anos, tendo seu valor alterado ao longo do tempo, tanto para mais quanto para menos.

De forma geral, não são os registros mais confiáveis, por muitas vezes a dívida registrada ali entra em conflito com as informações encontradas em outros livros. Por exemplo: a casa n°5 está no nome de uma pessoa no caderno de cobrança da Décima Predial de 1870, mas aparece no nome de outra no caderno de Dívida Ativa de 1870.

2.6) Informações gerais obtidas sobre o Centro Histórico de Cuiabá

Como já citado anteriormente no relatório, são muitas as informações que podem ser retiradas da documentação. A seguir está a lista de documentos onde as três ruas escolhidas para a análise aparecem e que possuíam informação relevante para a pesquisa:

Quadro 3 - Ruas escolhidas para a análise

Livro	Tipo de Imposto	Fonte Para Qual Rua
Doc. 6; Caixa N°2 (1841-1842)	Produtores de Aguardente	Rua de Cima
Doc 1; Caixa N° 245	Décima Predial	Rua de

(1846-1847)		Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 1; Caixa N° 246 (1847-1848)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 1 Caixa N° 247 (1846-1848)	Décima Predial	Rua do Meio
Doc. 5; Caixa N° 250 (1854)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 1; Caixa N° 257 (1861)	Produtores de Aguardente	Rua de Cima
Doc. 2; Caixa N° 257 (1861)	Décima Predial	Rua de Cima
Doc. 7; Caixa N° 257 (1862)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio
Doc. 2; Caixa N° 259 (1863)	Produtores de Aguardente	Rua de Cima
Doc. 5; Caixa N° 259 (1863)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio
Doc. 3; Caixa N° 261 (1864)	Décima Predial	Rua de Cima
Doc. 7; Caixa N° 261 (1865)	Décima Predial	Rua de Cima
Doc. 2; Caixa N° 262 (1866)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 1; Caixa N° 263 (1868)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua

		de Baixo
Doc. 3; Caixa N° 264 (1869)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 3; Caixa N° 262 (1869)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua de Cima
Doc 1; Caixa N° 266 (1871)	Décima Predial	Rua de Cima
Doc. 1; Caixa N° 266 (1871)	Décima Predial	Rua de Baixo
Doc. 4; Caixa N° 267 (1872)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 3; Caixa N° 269 (1874)	Produtores de Aguardente	Rua de Cima
Doc. 5; Caixa N° 269 (1874)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 3; Caixa N° 270 (1875)	Produtores de Aguardente	Rua de Cima
Doc. 3; Caixa N° 272 (1876)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 1; Caixa N° 273 (1876)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 3; Caixa N° 279 (1877-1878)	Décima Predial	Rua de Cima Rua

		do Meio Rua de Baixo
Doc. 8; Caixa N° 281 (1878-1879)	Décima Predial	Rua de Cima Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 1; Caixa N° 282 (1878-1879)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua de Cima
Doc. 4; Caixa N° 287 (1880-1881)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua de Cima
Doc. 7; Caixa N° 293 (1884)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 4; Caixa N° 301 (1887)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua do Meio Rua de Baixo
Doc. 1; Caixa N° 302 (1887)	Dívida Ativa de Décima Predial	Rua do Meio
Doc. 1; Caixa N° 308 (1892)	Décima Predial	Rua de Cima

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

A informação contida na primeira coluna é referente ao número do documento analisado e a qual caixa ele pertence; a segunda faz referência ao tipo de imposto cobrado; e a terceira diz respeito para qual rua aquele livro serviu de fonte. É importante dizer que foram analisados mais registros para a Rua de Cima, pois toda a pesquisa para essa rua foi realizada ainda em 2025 e, naquele momento, nos foi permitido analisar alguns documentos que se encontravam em estado precário de conservação. No total, foram analisados 26 livros como fontes de informação para a Rua de Cima, 19 livros para a Rua do Meio e 16 livros para a Rua de Baixo. Através desses livros da Décima Predial é possível estabelecer um recorte temporal bem amplo, mais especificamente de quase 60 anos de habitação do Centro Histórico (1841-1899). Infelizmente, como já dito antes, nem todos os livros estão em boas condições ou possuem todos os dados necessários. Em alguns faltam o registro de certas ruas; em outros,

falta a página inteira de registro. Outros tantos, tão danificados, se tornam impossíveis de serem usados como fontes. Isso acaba por reduzir ainda mais a janela de tempo capaz de ser analisada.

Felizmente, é possível estabelecer um período, mais especificamente de 1860 até 1880, exatamente 20 anos, onde a documentação é muito mais abundante, os livros são muito mais preservados, possuem descrições mais detalhadas e a grafia é muito mais legível. No geral, foi possível conseguir informações sobre o nome dos moradores do centro histórico, seus títulos e patentes, além do status de habitação e conservação dos imóveis do Centro Histórico de Cuiabá, especificamente das três principais ruas. Mais uma vez é importante dizer que esse é apenas um recorte e que de nenhuma forma essas fontes foram completamente exploradas. Assim, o presente relatório – focado nas três ruas principais do centro – demonstrou a potencialidade de fazer uma análise completa de toda Cuiabá oitocentista através dessa documentação.

Algo que também é digno de nota é a grande lacuna na documentação entre os anos 1880 e 1890, onde os registros com números especificados se tornam escassos, praticamente inexistentes, assim como os livros de cobrança de Décima Predial, se fazendo presente apenas os livros de Dívida Ativa de Décima Predial, como demonstrado na tabela no início desse relatório. Após os anos 1890 também houve uma queda significativa no número de ruas registradas no caderno de cobrança de impostos, sendo esses próprios cadernos, que antes na sua maioria eram destinados apenas para o registro das Décimas, usados também para o registro de outros impostos variados.

2.6.1) A Rua de Cima

Logradouro

A rua que hoje é chamada de Pedro Celestino, passou por muitos nomes. Segundo a documentação, seus logradouros foram:

- 1837 - 1853 = Rua de Cima
- 1854 – 1871 = Rua Augusta
- 1872 – 1892 = Rua 11 de Julho

Ao longo do relatório,continuaremos referindo a ela por seu primeiro nome, Rua de Cima, mesmo em momentos em que ela não era assim chamando, simplesmente por motivos

de clareza. Se necessário for para alguma explicação, especificaremos a data e o nome da rua na época.

O número de endereços da rua variou durante os anos, indo de 59 endereços em 1846-1847, para 50 endereços em 1861, 52 endereços de 1862 até 1872, abaixando novamente para 45 em 1874, subindo para 46 em 1876 e permanecendo assim até 1878-1879, quando os registros dos números das casas nos livros se tornam difíceis de serem encontraados. Em 1892, a rua consta então com 53 endereços registrados no livro, com muitos deles sendo repetidos como, por exemplo, duas casas n° 4 e duas n° 5. Houve também, durante toda a história dessa rua e sempre no mesmo endereço, o n° 39, uma Santa da Casa de Misericórdia.

Status das Casas

No período de 1841 até 1899, havia 129 casas Alugadas na rua, 36 endereços Arruinados, 33 em obras, 1 Comércio e 19 Residências Próprias. O ano em que mais se teve casas Alugadas foi em 1892 com 17/53 casas. Também em 1892 foi o ano em que mais pessoas eram donas de suas casas e moravam nelas, com 12/53 Residências próprias. O ano em que mais se teve residências Em Obras e Arruinadas foi 1871, com 4/56 endereços Arruinados e 8/56 Em Obras, totalizando 12/56 endereços inapropriados para habitação, segundo as métricas da Coletoria de Rendas.

No geral temos:

Quadro 4 - Coletoria de Rendas

Anos onde é possível dizer o número de endereços totais	**1846-1874**	**1861**	**1862**	**1863**	**1864**	**1869**
Totais	**59**	**50**	**52**	**52**	**52**	**52**
Alugados	1	6	10	6	7	13
Arruinados	2	2	2	2	2	4
Em Obras	-	2	2	3	-	3
Comércios	-	-	-	-	-	-
Residência Própria	-	-	-	-	-	-

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

Anos onde é possível dizer o número de endereços totais	**1871**	**1872**	**1874**	**1876**	**1877-1878**	**1878-1879**	**1892**
Totais	**56**	**52**	**45**	**46**	**46**	**46**	**53**
Alugados	1	13	13	11	7	11	17
Arruinados	2	4	3	3	1	1	1
Em Obras	-	3	-	3	4	2	-
Comércios	-	-	1	-	-	-	-
Residência Própria	-	-	-	-	-	-	12

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

Moradores e seus Títulos

Ao todo, 166 pessoas diferentes foram donas de propriedades nessa rua de 1841-1899. Dessas 166, houveram 26 com patentes militares, sendo 6 Capitães (1861-1869), 1 Capitão-Mor (1846-1848), 4 Tenentes (1861-1879), 5 Tenentes Coronéis (1836-1879), 2 Coronéis (1864-1869) 5 Alferes (1874-1879) e 5 Majores (18//-18//). 15 pessoas possuíam títulos eclesiásticos, sendo 7 Padres (1842-1872), 4 Reverendos (1864-1872), 3 Cônegos (1865-1892) e 1 Protonotário (1876-1878). Houve 1 Desembargador (1871-1879) e 1 Barão. Vale lembrar que essas pessoas não conviveram todas ao mesmo tempo umas com as outras e que a maioria delas subiu em sua determinada posição, o que faz com que a maioria desses títulos pertençam a um mesmo grupo de algumas pessoas e não a várias pessoas diferentes, cada uma com sua patente distinta que por acaso veio a morar nessa rua.

2.6.2) Rua do Meio

Logradouro

A rua que hoje é chamada de Engenheiro Ricardo Franco, também passou por muitos nomes. Segundo a documentação, seus logradouros foram:

- 1836 - 1849 = Rua do Meio
- 1850 – 1871 = Rua do Comércio
- 1872 – 1899 = Rua 27 de Dezembro

Manteremos a referência à rua como Rua do Meio. Se necessário for para alguma explicação, especificaremos a data e o nome da rua na época.

O número de endereços da rua variou durante os anos, indo de 57 endereços de 1862 até 1874, para 56 em 1876, então 55 de 1877-1879. Em 1899 a rua consta então com 47 endereços registrados no livro, nenhum deles possuindo especificação de status.

Status das Casas

No período de 1841 até 1899, havia 221 casas Alugadas na rua, 10 endereços Arruinados e 11 em obras. O ano em que mais se teve casas Alugadas foi em 1878-1879 com 34/55 casas. Existiram poucos endereços Arruinados ou em Obras nessa rua. A única data com uma concentração forte de endereços Em Obras é em 1862 e 1863, com 4 e 5 endereços em obras, respectivamente. Os endereços Arruinados também são muito espalhados durante o tempo, com não mais que 3 de uma única vez. Não há registro de status nas Décimas de 1899.

No geral temos:

Quadro 5 - Status das Casas Rua do Meio

Anos onde é possível dizer o número de endereços totais	**1862**	**1863**	**1869**	**1872**	**1874**	**1876**	**1877-1878**
Totais	**57**	**57**	**57**	**57**	**57**	**56**	**55**
Alugados	21	24	28	16	31	33	33
Arruinados	-	-	3	3	1	2	1
Em Obras	4	5	1	-	-	-	-
Comércios	-	-	-	-	-	-	-
Residência Própria	-	-	-	-	-	-	-

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

Quadro 6 - Informações gerais dos Status das Casas Rua do Meio

Anos onde é possível dizer o número de endereços totais	**1878-1879**	**1892**
Totais	**55**	**47**
Alugados	34	
Arruinados		
Em Obras	1	
Comércios		
Residência Própria		

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

Moradores e seus Títulos

Ao todo, 191 pessoas diferentes foram donas de propriedades nessa rua de 1846-1899. Dessas 191, houveram 45 com patentes militares, sendo 13 Capitães (1848-1879), 1 Capitão-Mor (1846-1848), 14 Tenentes (1858-1879), 3 Tenentes Coronéis (1861-1884), 1 Brigadeiro (1874-1879) 9 Alferes (1857-1878) e 4 Majores (1848-1869). 4 pessoas possuíam títulos eclesiásticos, sendo 2 Padres (1846-1862), 2 Reverendos (1863-1869). Houveram 2 Comendadores (1862-1869) e 1 Barão (1876-1879). Vale lembrar que essas pessoas não conviveram todas ao mesmo tempo umas com as outras e que a maioria delas subiu em sua determinada posição, o que faz com que a maioria desses títulos pertençam a um mesmo grupo de algumas pessoas e não a várias pessoas diferentes, cada uma com sua patente distinta que por acaso veio a morar nessa rua.

2.6.3) Rua de Baixo

Logradouro

A rua que hoje é chamada de Rua 7 de Setembro, passou por muitos nomes. Segundo a documentação, seus logradouros foram:

- 1836 - 1849 = Rua de Baixo;
- 1850 – 1859 = Rua 1° de Dezembro;
- 1860 – 1870 = Rua Direita;
- 1871 – 1899 = Rua 1° de Março;

Como nos outros casos, continuaremos nos referindo a ela por seu primeiro nome: Rua de Baixo.O número de endereços da rua variou durante os anos, indo de 40 endereços de 1869 até 1872, para 34 de 1874 - 1876, então 33 em 1877-1878 e 31 em 1878-1879. Em 1899 a rua consta então com 33 endereços registrados no livro, nenhum deles possuindo especificação de status.

Status das Casas

No período de 1841 até 1899, havia 58 casas Alugadas na rua, 7 endereços Arruinados e 11 em obras. O ano em que mais se teve casas Alugadas foi em 1869 com 21/40 casas, após isso o máximo de casas alugadas foi de apenas 8 em 1871, seguindo baixo no resto dos anos. Também haviam poucos endereços Arruinados ou Em Obras nessa rua, com o máximo sendo 6/40 Em Obras no ano de 1871 e 4/40 Arruinados em 1872. Não há registro de status nas Décimas de 1899.

No geral temos:

Quadro 7 - Status das Casas Rua de Baixo

Anos onde é possível dizer o número de endereços totais	1869	1871	1872	1874	1876	1877-1878	1878-1879

Totais	**40**	**40**	**40**	**34**	**34**	**33**	**31**
Alugados	21	8	-	4	7	6	7
Arruinados	-	-	1	4	2	-	-
Em Obras	1	6	4	-	-	-	-
Comércios	-	-	-	-	-	-	-
Residência Própria	-	-	-	-	-	-	-

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

Quadro 8 - Informações gerais dos Status das Casas Rua de Baixo

Anos onde é possível dizer o número de endereços totais	**1892**
Totais	**33**
Alugados	-
Arruinados	-
Em Obras	-
Comércios	-
Residência Própria	-

Dados sistematizados por Fernando Jorge de Oliveira Silva.

Moradores e seus Títulos

Ao todo, 119 pessoas diferentes foram donas de propriedades nessa rua de 1846-1899. Dessas 119, houveram 20 com patentes militares, sendo 3 Capitães (1864-1887), 1 Capitão-Mor (1846-1848), 4 Tenentes (1872-1879), 5 Tenentes Coronéis (1848-1878), 2 Coronéis (1869-1878) 2 Alferes (1869-1878) e 3 Majores (1849-1878). 7 pessoas possuíam títulos eclesiásticos, sendo 4 Padres (1846-1853), 2 Reverendos (1852-1863) e 1 Cônego (1869-1871). Houve 1 Comendador (1846-1879) e 2 Barões (1872-1876). Vale lembrar que essas pessoas não conviveram todas ao mesmo tempo umas com as outras e que a maioria delas subiu em sua determinada posição, o que faz com que a maioria desses títulos

pertençam a um mesmo grupo de algumas pessoas e não a várias pessoas diferentes, cada uma com sua patente distinta que por acaso veio a morar nessa rua.

2.7) Comparativo final da documentação escrita

Baseado na análise da documentação levantada pode-se ver que o Centro Histórico de Cuiabá, mais especificamente a área das suas três ruas mais antigas, foi um ambiente com mudanças estruturais e espaciais frequentes, havendo pelo menos de uma a quatro casas sob reforma ou arruinadas durante cada cobrança. A mudança no número de endereços, embora acontecesse pelo menos de dois a quatro anos, um tempo relativamente longo, foi constante durante toda a história desse espaço. Nota-se também que durante todo o tempo de existência da região, foram poucas as pessoas que realmente moravam em suas próprias casas, com a maioria esmagadora das residências sendo alugadas.

Sobre o aspecto socioeconômico, essa análise confirma o fato das residências daquela região serem de propriedade majoritariamente de grupos da elite, principalmente militares e membros do clero. Sobre esse aspecto, vale ressaltar também que de todos os 439 donos de edifícios da região, 9 deles possuíam pelo menos uma casa nas três ruas e 28 em pelo menos duas ruas.

Outro dado interessante é que 6 nomes de donos de propriedade aparecem também como donos de engenho na região de Chapada dos Guimarães (Symanski, 2024) sobre a região, sendo eles: Antônio Correa da Costa; Francisco Vieira de Azevedo; Maria da Conceição Toledo; Manoel José Moreira da Silva e Rosa Cardoso de Lima. No entanto, não há no momento uma forma de confirmar essa suposição, com seu único pilar sustentador sendo o fato dos nomes serem idênticos e de terem vivido na mesma época que esses donos de propriedade do centro histórico. Outro dado relevante é o da presença de ditos Barões em todas as três ruas, todos com residências alugadas. Sendo eles o Barão de Diamantino (1876-1879), Barão de Casalvasco (1892) e o Barão de Aguapuhy (1876).

Reiteramos que ainda há muito potencial nessa documentação e que ela pode ser explorada de mais formas no futuro para a melhor compreensão das dinâmicas do Centro Histórico de Cuiabá no século XIX. Passaremos agora ao relato das intervenções arqueológicas realizados no âmbito deste projeto

3) Intervenções arqueológicas na Casa IPHAN e na Casa do Rosário/Casa da Isabel

3.1) Casa IPHAN

O trabalho de campo na Casa IPHAN foi iniciado no dia 19 de novembro de 2025. As escavações foram realizadas no quintal da casa, na área com solo exposto. Trata-se de uma quadra de 6,40m no sentido sul, sendo delimitada por um muro, por 17,70m no sentido leste. Entre os 12m e os 17,70m no sentido leste o quintal apresenta um nível inferior, rebaixado cerca de 56cm em relação ao nível do patamar maior. A área com solo exposto começa aos 2,50m da parede da casa.

O ponto zero (PT0) foi implantado a um metro ao sul e um metro a leste da quina NW. A área do pátio foi dividida em duas quadras de escavação, a primeira denominada de 0.0SE, estendendo-se do PT0 até os 10 metros no sentido leste e até os 6,40m no sentido sul. A segunda quadra, denominada 0.1SE estendeu-se a partir dos 10 metros no sentido leste, avançando até o final do terreno, aos 17,70 metros. Dentro de cada quadra, repetiu-se o sistema de codificação das quadrículas por coordenadas cardeais.

Foram abertas seis tradagens com cavadeira boca de lobo a intervalos de dois metros (Figura 3), codificadas pelo sistema de coordenadas cardeais com T0S, T2S E T4S, seguidas pelas T0.2SE, T2.2SE e T4.2SE. As T2.6SE e 4.6SE, embora demarcadas, não foram aprofundadas, por apresentarem obstruções relacionadas a estruturas construtivas de tijolos já nos primeiros 10cm. A T0S foi aprofundada até os 50cm, apresentando somente material recente e obstrução construtiva aos 50cm. A T2S foi aprofundada até os 70cm, apresentando somente material recente. A T4S foi aprofundada até os 50cm, também apresentando obstrução. A T0.2SE foi aprofundada até os 70cm, apresentando material recente. A T2.2SE foi aprofundada até os 50cm, sendo obstruída por tijolos. A T4.2SE foi aprofundada até os 30cm, sendo obstruída por pedras grandes. A T4.2SE apresentou material cerâmico artesanal, o que justificou a abertura de duas quadrículas de 1 x 1m, codificadas como q.2.2SE e q.3.2SE.



Figura 3. Abertura de tradagens usando a cavadeira boca de lobo.

As quadrículas foram escavadas por níveis arbitrários de 10cm de espessura, exceto pelo primeiro nível, aprofundado de 0-20cm.

Na quadrícula q.2.2SE foi evidenciada, já aos 10cm de profundidade, uma estrutura circular de tijolos, consistindo em uma fonte ou cisterna, que se estendeu até os 56cm de profundidade. Essa estrutura estava preenchida por sedimentos. Optamos por não escavar o seu interior, por se tratar de uma intervenção do século XX. Deste modo, somente o terço sul da quadrícula foi aprofundado. Nesta quadrícula foram evidenciados louças e vidros do século e pequenos fragmentos cerâmicos, com alguns típicos do século XIX, conforme será discutido em outro item, e um fragmento de porcelana chinesa.

A quadrícula 3.2SE apresentou, aos 30cm, uma deposição estruturada de grandes pedras, conformando uma canaleta, a qual se estendeu até os 60cm de profundidade. Essa estrutura foi fotografada e retirada, porém o sedimento argiloso, abaixo dela, apresentou pouco material. Esta quadrícula foi aprofundada até os 80cm, sendo os 15cm finais estéreis. A estratigrafia consistiu em uma camada superior, húmica escura, com 35 cm de espessura e cultura material do século XX, e uma camada inferior areno-argilosa, também com 35cm de

espessura, e com material predominante do século XX. A camada estéril, a partir dos 70cm, foi composta por uma camada argilosa cinza-clara.

A quadrícula 2.4SE apresentou, em sua quina NW, a continuidade da estrutura circular de tijolos (Figura 4). Na camada húmica, entre 20 e 30 cm, foi evidenciado um vasilhame cerâmico com alto grau de integridade, depositado com a abertura para cima, situado a 50cm de distância no sentido sul da parede da estrutura circular. A estratigrafia desta quadrícula espelha aquela da quadrícula 3.2SE. No entorno da vasilha inteiriça foi evidenciado material relacionado a meados do século XX. Essa quadrícula foi aprofundada até os 80cm de profundidade.



Figura 4. Abertura da quadrícula 2.4SE com a continuação da estrutura de tijolos em evidência na quina NW.

As quadrículas 2.4SE e 3.4SE apresentaram material até os 70cm, com um comportamento estratigráfico similar ao da quadrícula 3.2SE.

Na quadra 0.1SE foram demarcadas as seguintes quadrículas para escavação: 0.4SE, 1.4SE e 2.4SE. Nas duas primeiras foram evidenciados, aos 11cm de profundidade, um calçamento do século XX, o que impediu o aprofundamento da 0.4SE. Já a 1.4SE foi escavada até os 40cm de profundidade. O nível 1 desta quadrícula foi dividido em 1A, entre 0 e 10cm. A parte aprofundada lateral ao calçamento apresentou uma dispersão de carvões com uma mancha de material orgânico. Apresentou cultura material até o nível 4 (50cm). A partir dos 60cm apresentou uma camada amarela argilosa estéril. A quadrícula 2.4SE da quadra

0.1SE foi também aprofundada até os 60cm de profundidade, apresentando um comportamento estratigráfico similar ao da 1.4SE

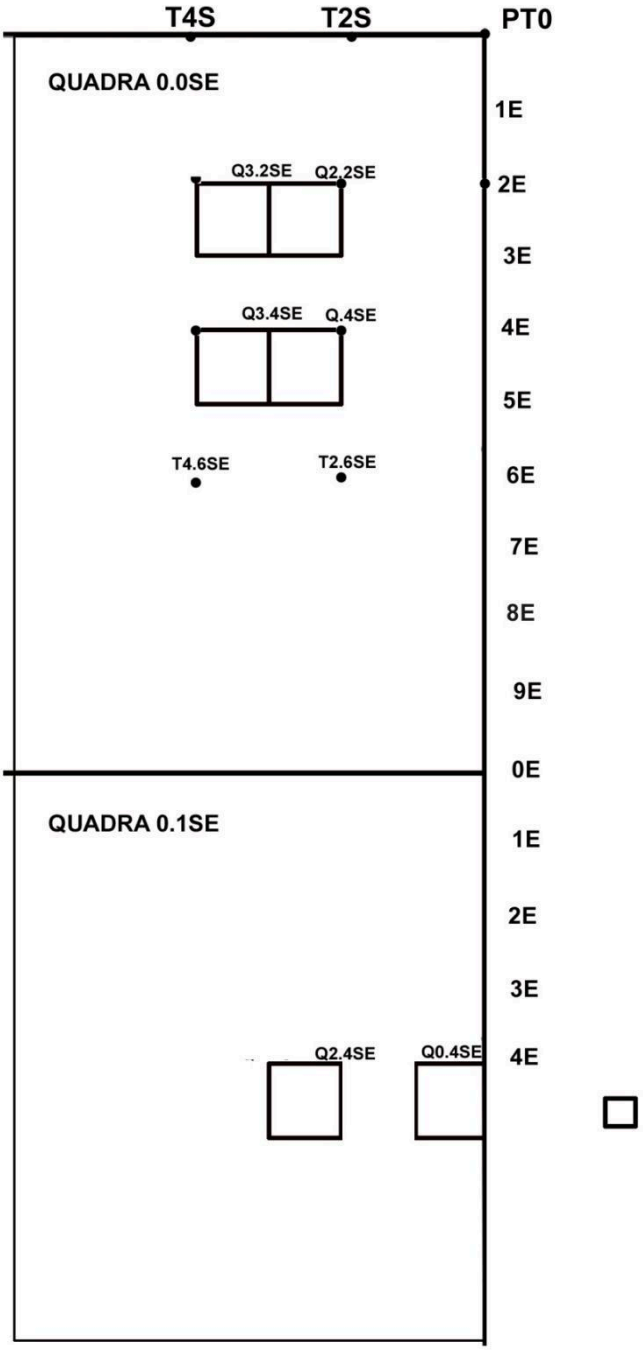


Figura 5. Planta do quintal da Casa IPHAN com as quadrículas que foram escavadas. As tradagens 2.2SE, 4.2SE, 2.4SE E 4.4SE correspondem às quadrículas abertas.

A primeira etapa da análise consistiu em caracterizar a significância quantitativa bruta e percentual das quatro principais categorias materiais exumadas do sítio Casa IPHAN, de acordo com a profundidade da escavação. A quantificação das categorias materiais foi feita pelos fragmentos e pelo peso em gramas. A importância de usar ambas mensurações consiste no fato de que tanto o peso quanto o padrão de fragmentação podem variar de acordo com a categoria material. As cerâmicas artesanais, por exemplo, tendem a ter maiores dimensões do que as peças de outras categorias materiais, ao passo que itens de vidro podem se fragmentar em um número muito grande de peças. Deste modo, a análise de ambas variáveis fornecem informações complementares, relacionadas tanto ao padrão de fragmentação quanto ao volume de cada categoria.

Cabe ainda destacar que a análise considerou o conjunto das amostras das quatro quadrículas abertas na Área SE 0.0 como uma unidade analítica, e o conjunto das amostras das duas quadrículas abertas na Área SE 0.1 como outra unidade. Essa escolha foi feita pelo fato de se tratarem de unidades deposicionais distintas, não somente espacialmente afastadas, mas que também apresentaram comportamentos deposicionais diferenciados, relacionados, inclusive, com cronologias distintas, embora compatíveis para determinados níveis. As diferenças de ordem cronológica entre essas unidades ficarão evidente com a análise das louças e cerâmicas que será detalhada mais adiante.

É necessário, antes de apresentar os dados, caracterizar as categorias materiais cerâmicas presentes na amostra. Para este caso, o material cerâmico refere-se, exclusivamente, aos vasilhames cerâmicos utilitários, produzidos artesanalmente por comunidades tradicionais, de ascendência indígena, africana e/ou afroindígena. No repertório morfológico típico dessa categoria destacam-se as peças destinadas ao processamento, preparo e consumo de alimentos, além da estocagem de gêneros alimentícios e água. As panelas, em uma diversidade de morfologias, tendem a ser o tipo mais frequente.

A faiança consiste em uma louça industrializada ou semi-industrializada, caracterizada pela pasta macia e a adição de um esmalte de estanho, cozida a baixas temperaturas, que começou a ser produzida no continente europeu no século XV, se desenvolvendo sobremaneira a partir do século XVII em diferentes centros oleiros localizados em países como Portugal, Espanha, Holanda e Itália, sendo continuamente exportada para suas colônias (Casimiro 2013). A faiança fina é uma louça com a pasta permeável, opaca, de textura granular e quebra irregular que, para se tornar impermeável a líquidos, deve ser coberta com um esmalte. Sua temperatura de queima varia entre 600°C e 1150°C (Worthy 1982, 334). Surgiu na segunda metade do século XVIII e continua sendo produzida até a atualidade. Já a

porcelana é uma louça branca, vitrificada e translúcida, descoberta na China durante a dinastia Tang (618-906 d.C.) (Brancante 1981, 156), cuja alta temperatura de queima, entre 1300°C e 1450°C elimina o limite entre a pasta e o esmalte (Worthy 1982, 337).

As Figuras 6 a 12 apresentam fotos do conteúdo material referente às cerâmicas e louças presentes entre os níveis 1 e 7 da Área SE 0.0.



Figura 6. Cerâmicas e louças do nível 1 da Área SE 0.0.



Figura 7. Cerâmicas e louças do nível 2 da Área SE 0.0, com destaque para o vasilhame cerâmico com alto grau de integridade evidenciado neste nível.



Figura 8. Cerâmicas e louças do nível 3 da Área SE 0.0.



Figura 9. Cerâmicas e louças do nível 4 da Área SE 0.0.



Figura 10. Cerâmicas e louças do nível 5 da Área SE 0.0.



Figura 11. Cerâmicas e louças do nível 6 da Área SE 0.0.



Figura 12. Cerâmicas e louças do nível 7 da Área SE 0.0.

Os Gráficos 1 e 2 apresentam os dados brutos por número de fragmentos e peso. Observa-se, no Gráfico 1, uma significativamente maior densidade de fragmentos do nível 1, referente ao período de ocupação mais recente da casa, bem como uma gradual diminuição na quantidade de fragmentos até o nível de base (nível 7). Cabe destacar que o nível 1 compreende os primeiros 20cm escavados, enquanto os demais níveis foram de 10cm, o que explica, em parte, a maior densidade material nesse nível. Observa-se, em adição, a forte dominação dos fragmentos de vidro, os quais declinam gradualmente entre os níveis, sendo ultrapassados em popularidade pelas cerâmicas a partir do nível 3. É interessante observar que todas as categorias apresentam um declínio quantitativo gradual entre o nível 1 e o nível 7, que pode relacionar-se a uma maior intensidade de uso do sítio nos períodos mais recentes.

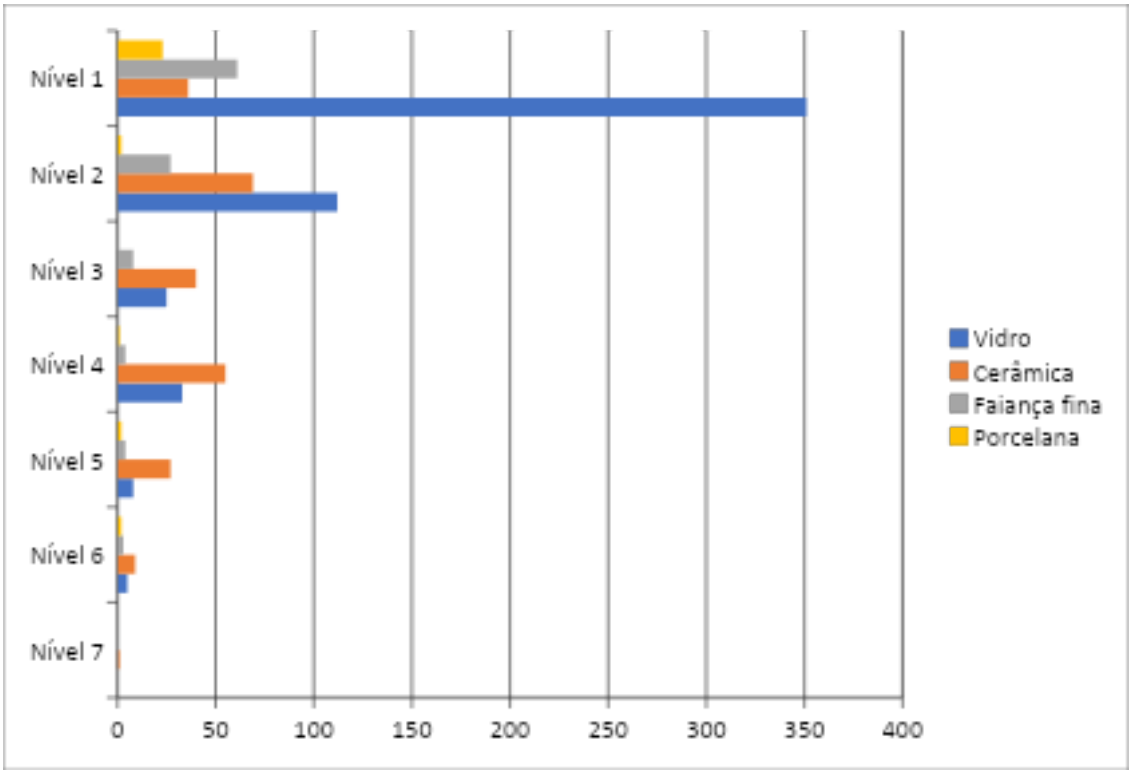


Gráfico 1. Dados quantitativos (fragmentos) das principais categorias materiais dos sete níveis de escavação da Área SE 0.0 (T=908).

Na análise das categorias por peso, observa-se a repetição de algumas tendências, sobretudo o declínio gradual dos vidros e faianças finas entre os níveis superiores e inferiores. As cerâmicas, por outro lado, apresentam flutuações mais marcantes, e passam a ser a categoria material dominante a partir do nível 2, enquanto que nos fragmentos elas passam a dominar a partir do nível 3. Isto se deve, conforme discutido acima, ao volume significativamente maior dessas peças em relação às peças das demais categorias. A categoria cerâmica inclui itens como panelas de dimensões variadas, potes de estocagem, e peças de serviço e consumo.

Em termos gerais, essas peças, sobretudo os potes e as panelas, tendem a ter dimensões bem maiores do que as peças de serviço e consumo de faiança fina e porcelana, como pratos, tigelas, xícaras e pires, e do que as garrafas de bebidas, que compõem a grande maioria dos itens de vidro da amostra. Verifica-se, portanto, que as cerâmicas compuseram uma importante parte do universo material dessa unidade doméstica durante todo o período arqueologicamente documentado. Cabe informar que na análise do peso foi excluído um vasilhame cerâmico íntegro evidenciado no nível 2, por se tratar de um contexto deposicional

específico vinculado a um comportamento de descarte diferenciado. Esse vasilhame pesa 611 gramas, de modo que sua adição tornaria a distribuição material do nível 2 uma anomalia.

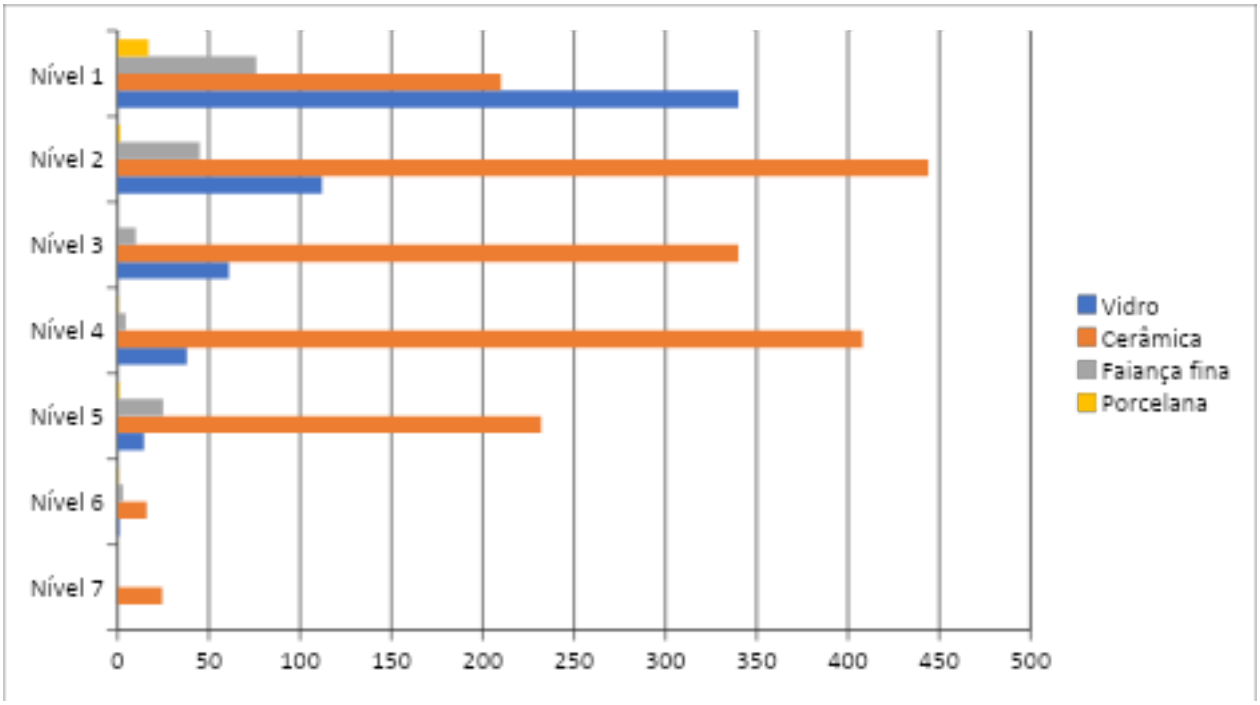


Gráfico 2. Dados quantitativos (gramas) das principais categorias materiais dos sete níveis de escavação da Área SE 0.0 (T=3.036g).

A próxima etapa da análise consistiu em analisar percentualmente o conteúdo material de cada nível, visando verificar a significância relativa das quatro categorias materiais através do tempo (Gráficos 3 e 4). Algumas tendências já sinalizadas pelos dados brutos ficam ainda mais claras com essa análise. Primeiramente, verifica-se que os itens de vidro gradualmente declinam através do tempo, tanto em termos de fragmentos quanto no peso. Esse desenho da gradual diminuição do vidro entre os níveis demonstra que, apesar do processo intenso de revolvimento do solo que levou à alteração de padrões deposicionais originais, esse registro apresenta mesmo assim uma coerência deposicional, demonstrando que os níveis inferiores foram menos impactados pelos processos de revolvimento pós-deposicionais que impactaram o sítio ao longo do tempo.

O declínio do vidro através do tempo é acompanhado pela ascendência dos vasilhames cerâmicos, que dominam dramaticamente o universo material quando considerado o seu peso relativo, representando pelo menos ¾ das amostras de todos os níveis, com exceção do nível 1 (Gráfico 4).

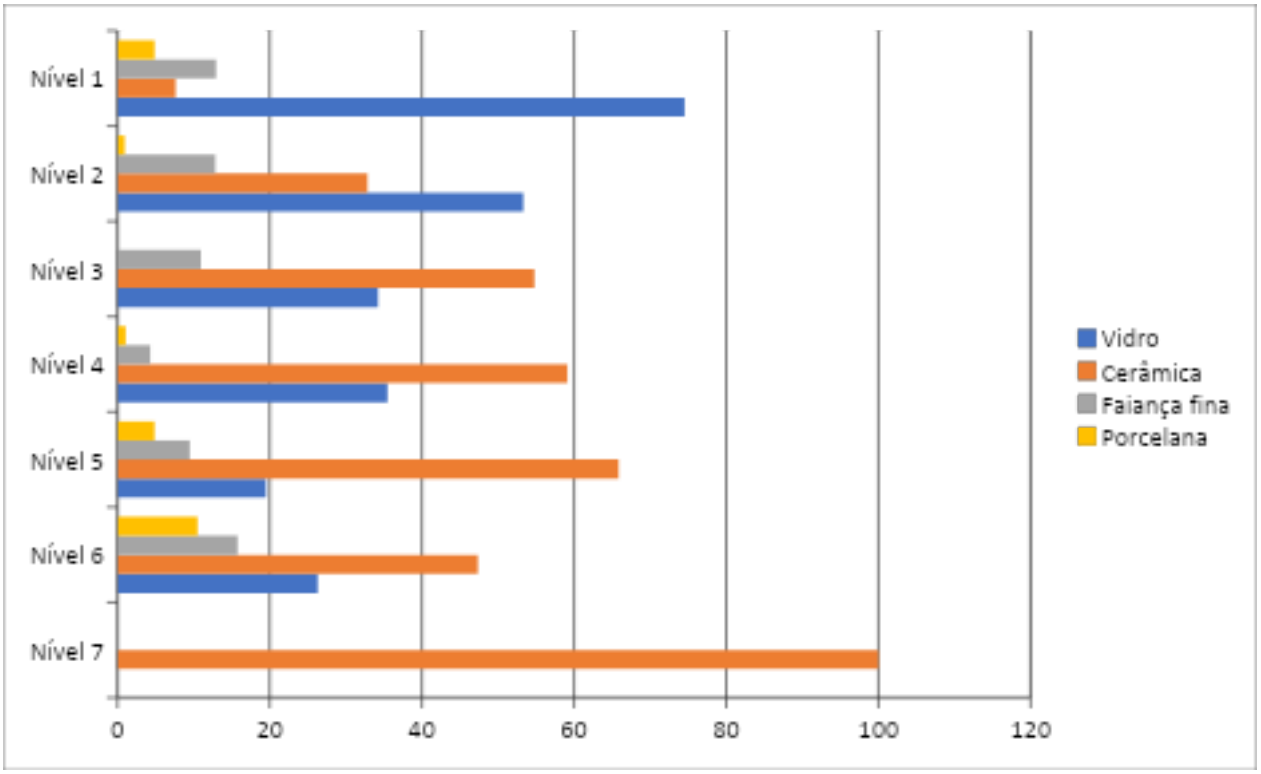


Gráfico 3. Percentuais de fragmentos por nível das principais categorias materiais.

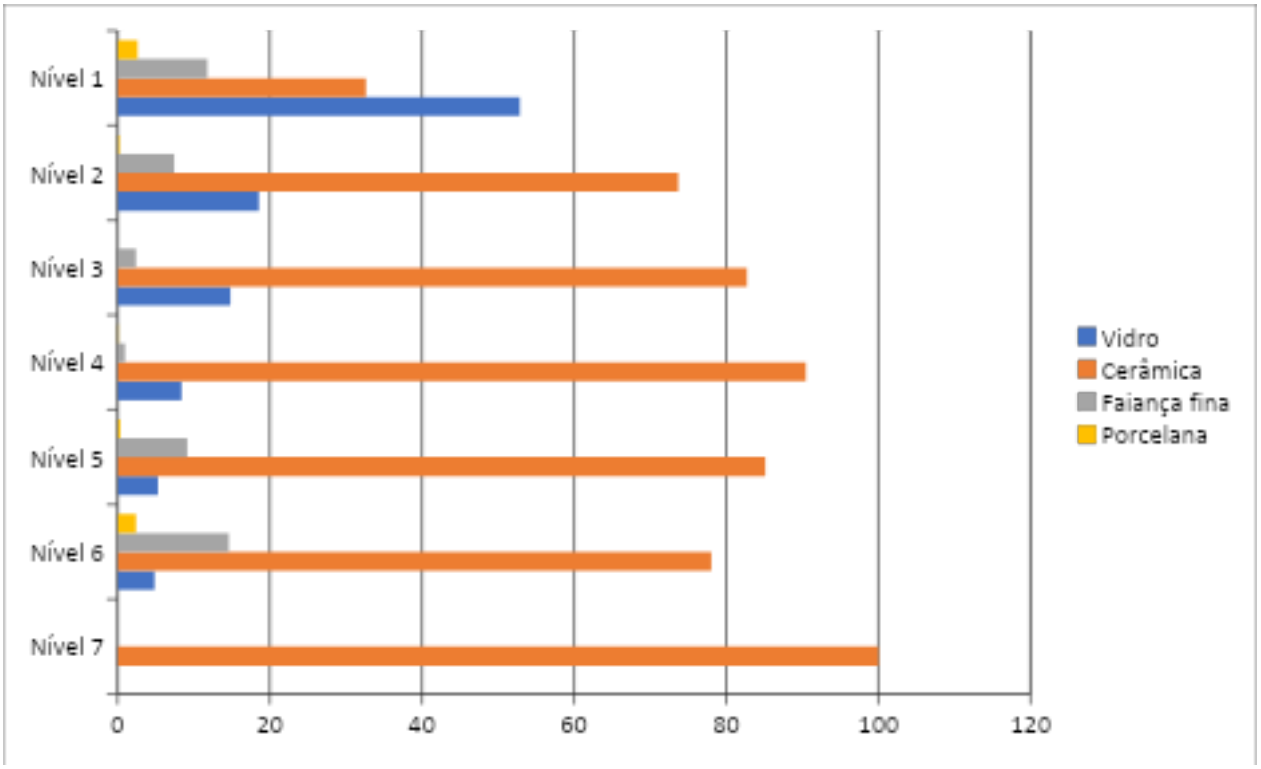


Gráfico 4. Percentuais de peso por nível das principais categorias materiais.

Vasilhames cerâmicos, assim, foram itens muito significativos no cotidiano doméstico dos ocupantes da Casa IPHAN, tanto no século XIX quanto na primeira metade do XX. A

predominância desses vasilhames indica uma forte interação desses grupos com o mercado produtivo local, pois é bastante provável que muitos desses vasilhames proviessem de tradicionais núcleos de produção cerâmica da baixada de Cuiabá, a exemplo da comunidade ceramista de São Gonçalo. A maior dependência desse item localmente produzido remete a padrões domésticos mais influenciados pela cultura local, com influência indígena e africana, do que a valores europeizantes que emanavam da corte. Ao mesmo tempo parecem sugerir uma condição socioeconômica mais compatível com segmentos baixos da sociedade urbana local, sobretudo para a segunda metade do século XIX e começo do XX.

As faianças finas, por outro lado, apresentam flutuações sutis, não ultrapassando 16% da totalidade material em termos de fragmentos, e 15% em termos de peso. As porcelanas tendem a acompanhar a curva das faianças finas. Tratam-se, em geral, de louças de maior valor econômico, porém de baixo peso quantitativo na amostra. Cabe ainda destacar que a faiança fina apresenta uma nítida curva de popularidade, atingindo a proporção mínima no nível 4 tanto em termos de fragmentos quanto de peso. Para o caso do peso, essa curva é totalmente inversa àquela da cerâmica, exceto para o nível 7, que apresentou somente um fragmento cerâmico. Essa distribuição inversa aponta para algumas possibilidades, sendo a primeira a de que faianças finas competiram funcionalmente com cerâmicas artesanais, havendo períodos, como o referente ao nível 4, em que a escassez de faiança fina foi compensada pela maior presença de vasilhames cerâmicos. De qualquer forma, os dados indicam que as louças industrializadas (faianças finas e porcelanas) tiveram sempre uma presença menos significativa frente às cerâmicas utilitárias de produção local, o que denota um conservadorismo no comportamento material dos grupos domésticos que ocuparam a Casa IPHAN através do tempo.

Para o caso das quadrículas da Área 0.1 SE, foram adotados os mesmos procedimentos metodológicos e analíticos. O nível 1, a exemplo da Área 0.0 SE, foi rebaixado entre 0 e 20cm, e os demais níveis a intervalos de 10cm. A profundidade do depósito revelou-se menor, alcançando os 60cm de profundidade no nível 5. Os Gráficos 5 e 6 apresentam os dados brutos nos cinco níveis por número de fragmentos e peso em gramas.

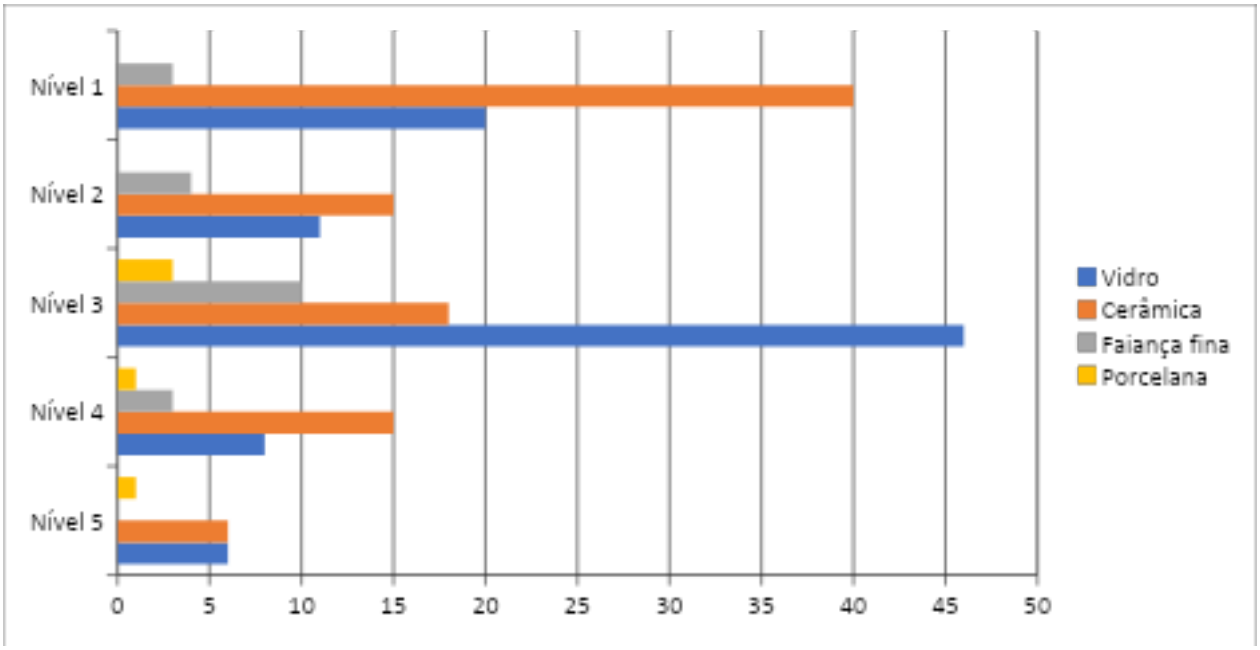


Gráfico 5. Dados quantitativos (fragmentos) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1.

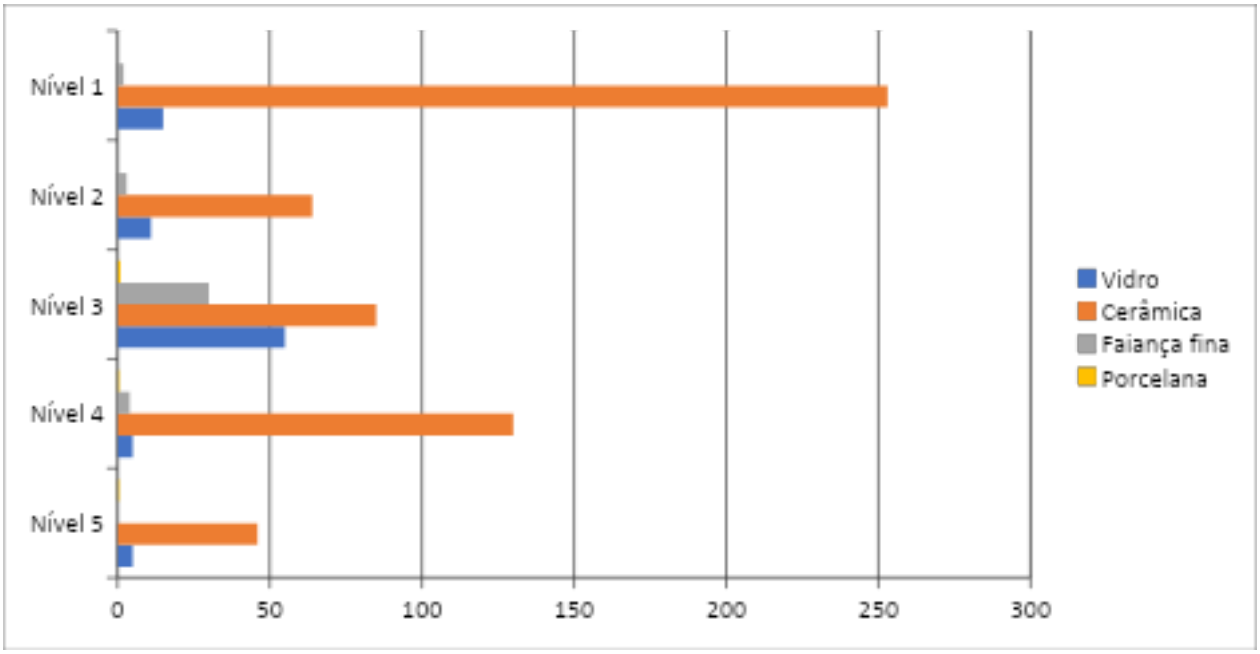


Gráfico 6. Dados quantitativos (gramas) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1.

Ao se comparar os dados quantitativos brutos da Área SE 0.1 com a SE 0.0 (Gráficos 1 e 2) observa-se fortes disparidades. Primeiramente, a cerâmica apresenta-se como a categoria fortemente dominante do nível 1, tanto em termos de fragmentos como de peso,

enquanto na SE 0.0 os vidros são a categoria dominante. Há, contudo, em ambos os casos, uma gradual diminuição na densidade material entre os níveis superiores e inferiores. A forte popularidade dos fragmentos de vidro no nível 3 (Gráfico 5), embora tenha uma certa correspondência quantitativa com o padrão verificado no nível 1 da Área SE 0.0, não se sustenta quando a análise é feita por peso, conforme o contraste entre os gráficos das figuras 6 e 2 torna evidente. Isso indica que o padrão de fragmentação da amostra de vidros do nível 3 da Área SE 0.1 é bem maior que o verificado no nível 1 da Área SE 0.0. Com relação à cerâmica, o padrão nítido na distribuição vertical dos fragmentos denota um declínio gradual do nível superior para o inferior, um padrão que é, contudo, menos consistente quando a análise se dá por peso (Gráfico 6). A análise dos dados percentuais pode ajudar no entendimento das similaridades e diferenças entre as duas áreas.

Os dados percentuais, respectivamente de fragmentos e gramas, são apresentados nos Gráficos 7 e 8. Verifica-se, em primeiro lugar, que as cerâmicas se mantêm como a categoria dominante em ambos os casos, sendo, porém, bem mais pronunciadas com relação ao peso do que ao número de fragmentos, a exemplo do que foi verificado na Área SE 0.0. Esta é seguida pelos vidros, que por sua vez, apresentam-se bem mais pronunciados em termos de fragmentos do que de peso.

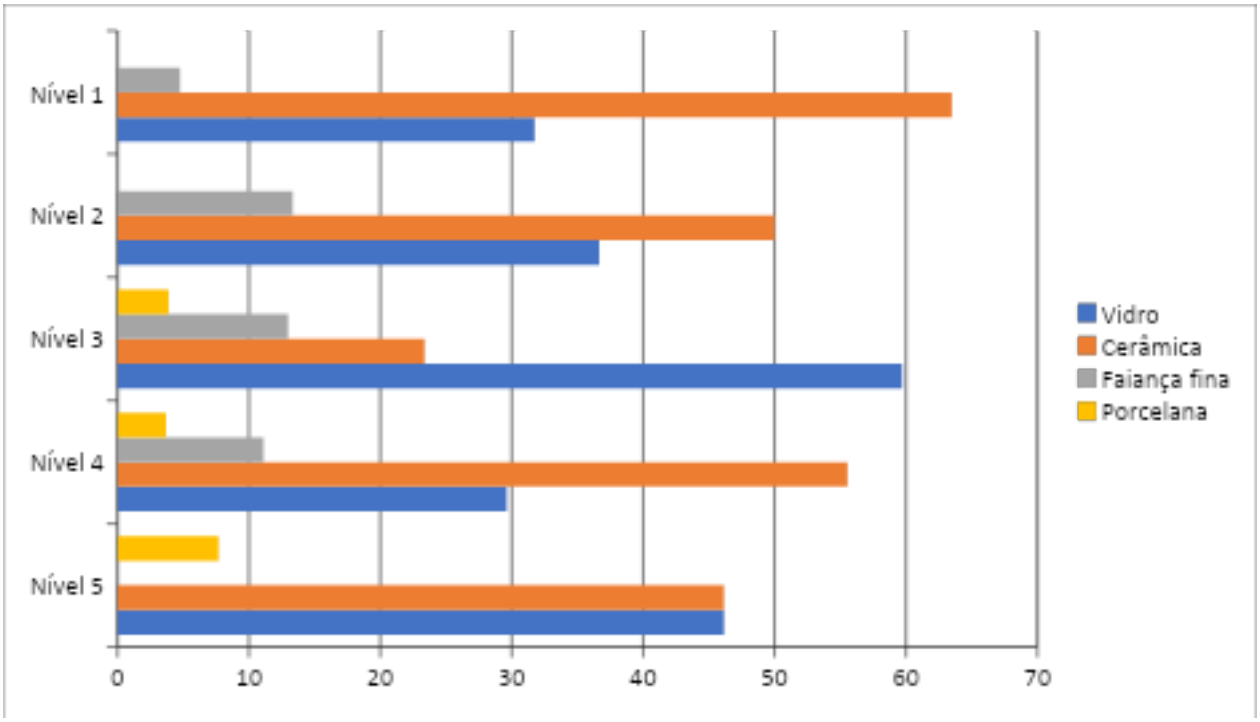


Gráfico 7. Dados percentuais (fragmentos) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1.

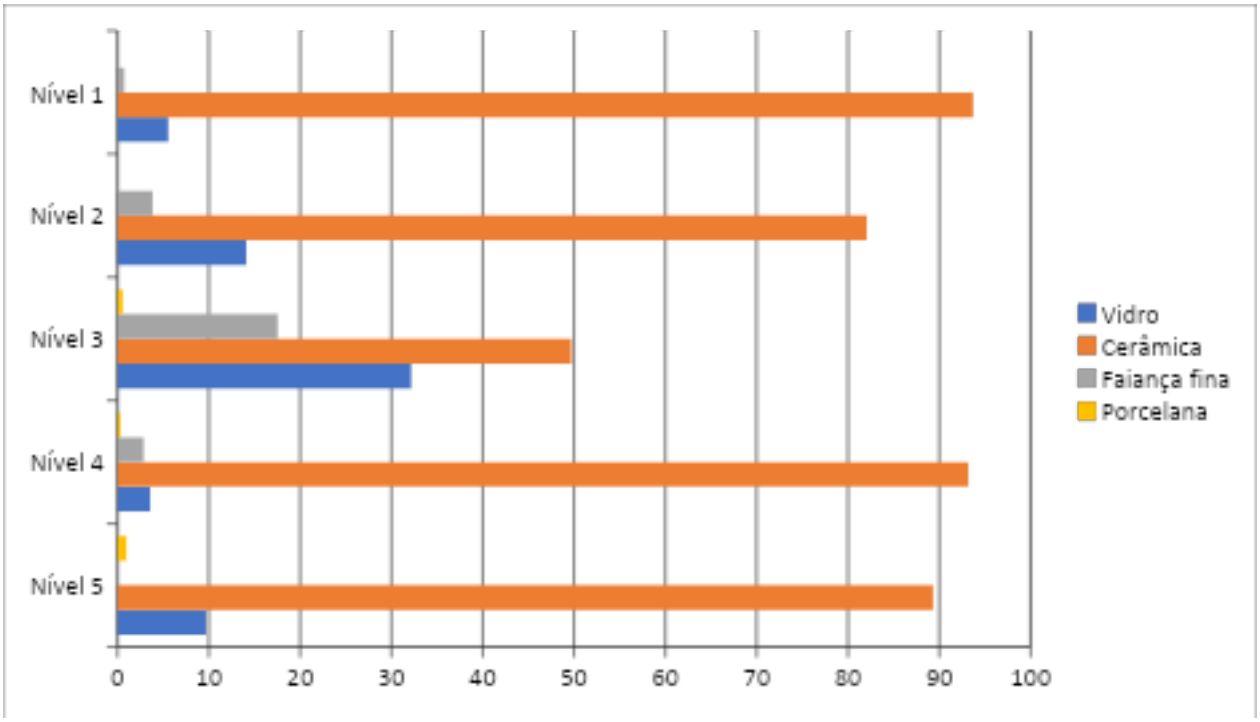


Gráfico 8. Dados percentuais (gramas) das principais categorias materiais dos cinco níveis de escavação da Área SE 0.1.

Ao se comparar os percentuais de fragmentos da Área SE 0.1 com a Área SE 0.0 verifica-se algumas correspondências distribucionais bem marcadas (Gráficos 7 e 3) e 11).

Primeiramente, o desenho da proporção de categorias materiais do nível 3 da Área SE 0.1 é marcantemente similar àquele do nível 2 da Área SE 0.0. Isto pode sugerir uma contemporaneidade deposicional entre esses níveis. Uma situação similar ocorre com o nível 4 da Área SE 0.1, cujo padrão distribucional se coloca em um meio termo entre os níveis 4 e 5 da Área SE 0.0. Essas tendências ficam um pouco menos consistentes, em ambos os casos, quando se comparam os pesos.

A principal tendência, proeminente em ambas as áreas, diz respeito à marcante predominância das cerâmicas, a qual destaca-se, sobretudo, quando a variável peso é considerada. No caso da Área SE 0.1, ela apresenta-se sempre acima de 80%, exceto no nível 3, quando declina para 50% em detrimento do aumento das louças e vidros. Na quadra 0.0SE as cerâmicas, por sua vez, sempre perfazem acima de 70%, exceto no nível superior (32%). A considerar somente a distribuição por níveis entre as duas quadras, as cerâmicas apresentam-se quase em uma distribuição inversa, declinando em uma quando aumentam na outra. O mesmo padrão invertido ocorre com as louças. Fatores cronológicos e deposicionais podem ter sido operantes para justificar essas disparidades, não devendo ser desconsiderada a hipótese de tratarem-se de duas unidades sociais distintas. A considerar o fator cronológico, uma possibilidade é que o processo deposicional na 0.1SE possa ter iniciado e acabado mais tardiamente do que na Área SE 0.0.

Em termos gerais, a predominância das cerâmicas na Área SE 0.1 demonstra aquilo que já foi aventado para a Área SE 0.0, relacionado ao conservadorismo desses grupos domésticos e à ênfase na escolha de itens domésticos de produção local em detrimento dos industrializados mesmo nos períodos tardios de ocupação do sítio.

3.1.1) Faianças, faiança finas e porcelanas

A amostra de louças, categoria que inclui faianças, faianças finas e porcelanas, da Área 0.0 SE totalizou 139 fragmentos, distribuídos entre os níveis 1 e 6 (Gráfico 9). A presença de louças de fabricação nacional no nível mais profundo (nível 6), aponta para o processo de revolvimento do solo, dado que as louças da categoria faiança fina somente começaram a ser produzidas no Brasil no ano de 1913. Essas louças nacionais estão em dissonância com a categoria da faiança portuguesa, que diz respeito às louças de esmalte de estanho com pasta de alta porosidade, que são características do período colonial, e com a porcelana chinesa do estilo Imori, produzida entre 1700 e 1760.



Figura 13. Faiança.

Nesse contexto, tanto as faianças portuguesas (em número de cinco fragmentos) quanto as porcelanas chinesas no estilo Imori (em número de dois fragmentos) estavam presentes nos níveis 5 e 6. Estamos, assim, perante uma situação de uso do solo que desordenou parcialmente os componentes cronológicos, porém não o suficiente para caracterizar uma inversão estratigráfica, dada a ocorrência dos tipos mais antigos de louças da amostra nos níveis inferiores. Assim, apesar do revolvimento do solo, o processo deposicional

apresenta uma certa coerência cronológica entre os níveis, conforme já indicado pela análise distributiva vertical das principais categorias materiais realizada acima. Uma estratégia analítica válida para contextos revolvidos de longa ocupação temporal é separar a amostra pelos tipos de louças referentes a diferentes períodos de produção, desconsiderando os seus níveis deposicionais.

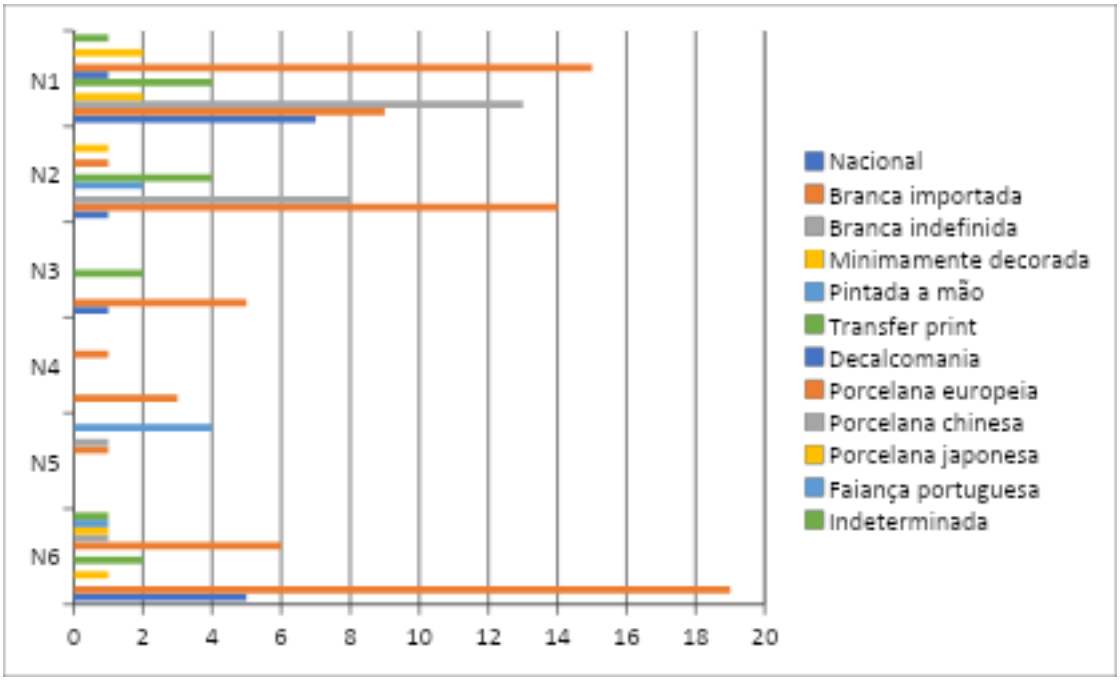


Gráfico 9. Distribuição das categorias de louças por níveis na Área SE 0.0.

Dentre as louças com períodos de produção mais recuados da amostra da Área SE 0.0, destacam-se, como exposto acima, as faianças portuguesas e as porcelanas chinesas do estilo Imori. A presença dessas peças na amostra sugere uma ocupação inicial desse contexto em meados do século XVIII. Uma forma de caracterizar o intervalo de ocupação de um sítio histórico é através de um gráfico de barras sobre uma linha de tempo, no qual as barras representam o período de produção daqueles tipos de louças com períodos de produção bem definidos (South, 1972) (Gráfico 10). A distribuição dos tipos de louças identificáveis indica uma ocupação que se estende, provavelmente de modo contínuo, entre meados do século XVIII e meados do XX.

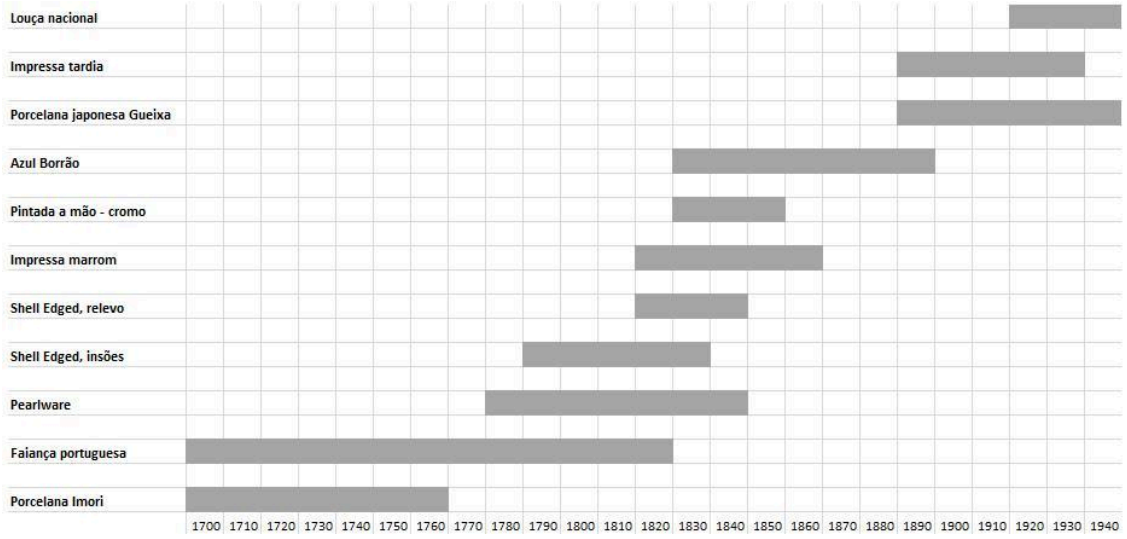


Gráfico 10. Gráfico de barras dos tipos de louças com intervalos de produção identificados da Área SE 0.0.

Para o caso da Área SE 0.1 foram recuperados somente 18 fragmentos de louças, verificando-se também tratar-se de uma área com solo revolvido, dada a presença de um fragmento de faiança portuguesa colonial no nível 1, enquanto louças nacionais ocorrem nos níveis 3 e 4 com uma diversidade de louças oitocentistas (Gráfico 11).

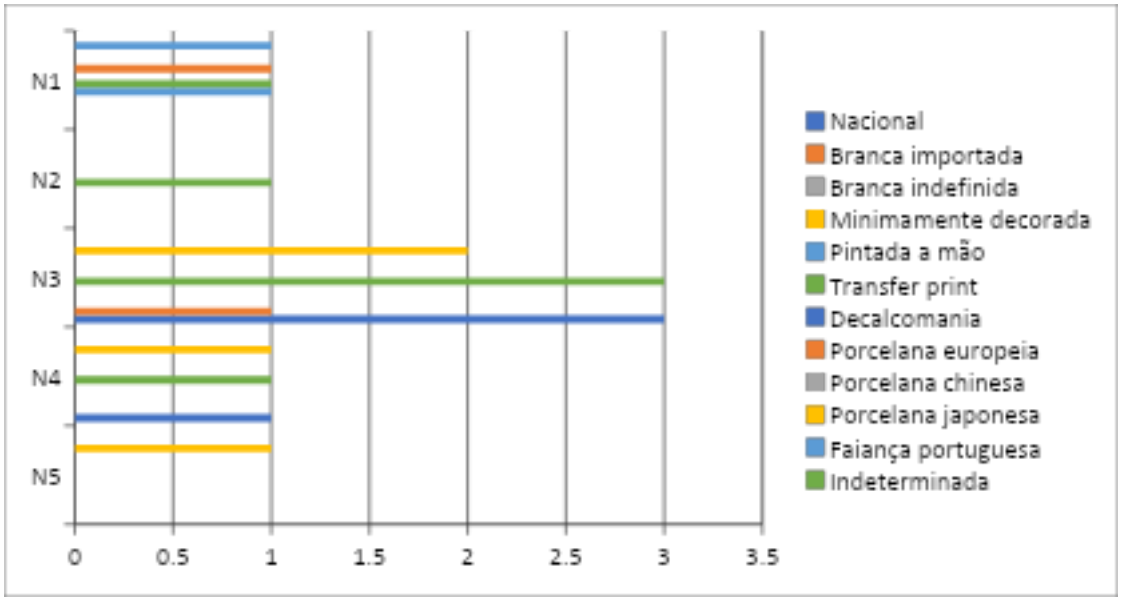


Gráfico 11. Distribuição das categorias de louças por níveis na Área SE 0.1.

Por sua vez, o gráfico de barras da Área SE 0.1 apresentou uma distribuição mais restrita, com um possível hiato deposicional no último quarto do século XIX (Gráfico 12).

Este possível hiato, antes do que refletir uma realidade comportamental, pode dever-se ao tamanho mais reduzido da amostra, considerando que ela diz respeito a somente uma quadrícula. Cabe destacar que, em termos gerais, a distribuição cronológica estabelecida corresponde àquela definida para a Área SE 0.0.

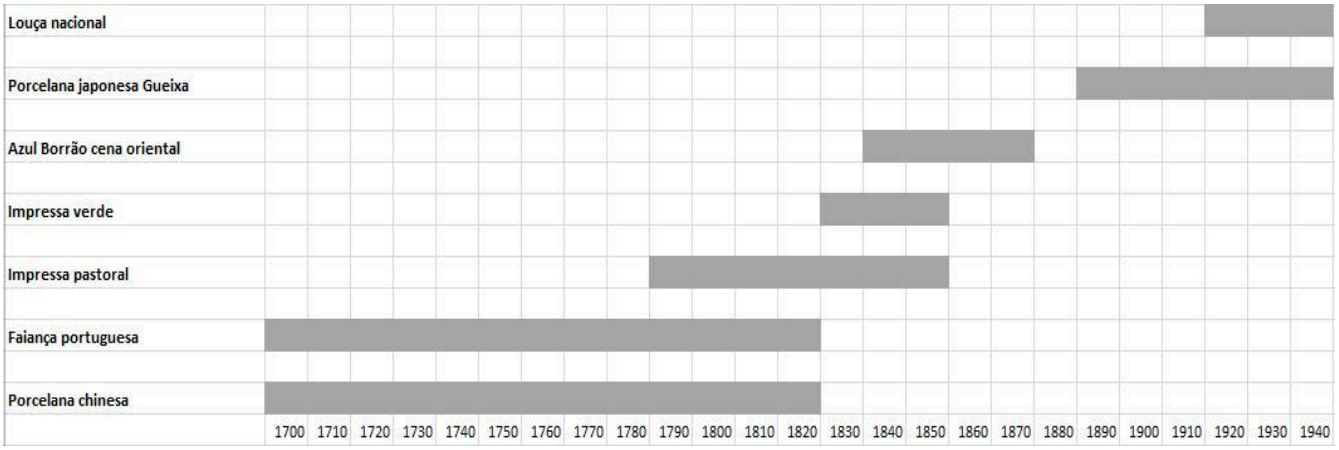


Gráfico 12. Gráfico de barras dos tipos de louças com intervalos de produção identificados da Área SE 0.1.

A amostra de louças das duas áreas totalizou 157 fragmentos, sendo que 19 fragmentos são de porcelana (europeia, chinesa, japonesa e não identificada) e seis fragmentos são de faiança portuguesa. As porcelanas representam, assim, cerca de 12% das louças da amostra. Em termos gerais elas consistem na categoria de louça de maior valor econômico. A amostra de porcelanas é constituída por xícaras e/ou chávenas, pires, prato, e peças não identificadas. Quando consideramos a popularidade desses tipos, as xícaras/chávenas se destacam, compondo mais da metade dessa amostra (Gráfico 13). Isso demonstra que as porcelanas foram escolhidas sobretudo para o consumo do chá, dado que, quando adicionados os pires, a amostra de peças vinculadas ao consumo dessa bebida passa a representar 63% dessa categoria de louça. As porcelanas japonesas e europeias apresentam-se nas mesmas proporções, representadas por sete peças cada. É ainda interessante observar que os dois pires da amostra são de porcelana europeia, enquanto que as porcelanas japonesas são, em sua totalidade, xícaras/chávenas.

Verifica-se, portanto, que os ocupantes da Casa IPHAN, ao longo do século XIX e início do XX, preocuparam-se com a aquisição de louças de maior qualidade e valor vinculadas ao consumo do chá. Essa situação corresponde àquela verificada por Lima (1999, p. 218) nas unidades domésticas do Rio de Janeiro oitocentista, em que as porcelanas, que constituem a porção mais nobre das amostras de louças, correspondem majoritariamente a peças de chá, o que demonstra a importância social que estava sendo atribuída ao consumo dessa bebida pela sociedade carioca, embora também sejam frequentes os conjuntos mais simples, minimamente decorados e pintados à mão, utilizados na esfera íntima familiar. Do mesmo modo que ocorreu com as louças de jantar daqueles contextos, as de chá da segunda metade do século XIX também eram brancas e de melhor qualidade e, o que Lima atribui a estratégias de gênero adotadas pelas mulheres visando uma maior visibilidade e importância na sociedade, dado o fato de o consumo social do chá ter operado, entre os segmentos médios e altos da sociedade carioca oitocentista, na esfera feminina, a exemplo do que ocorria na Europa (Lima 1997).

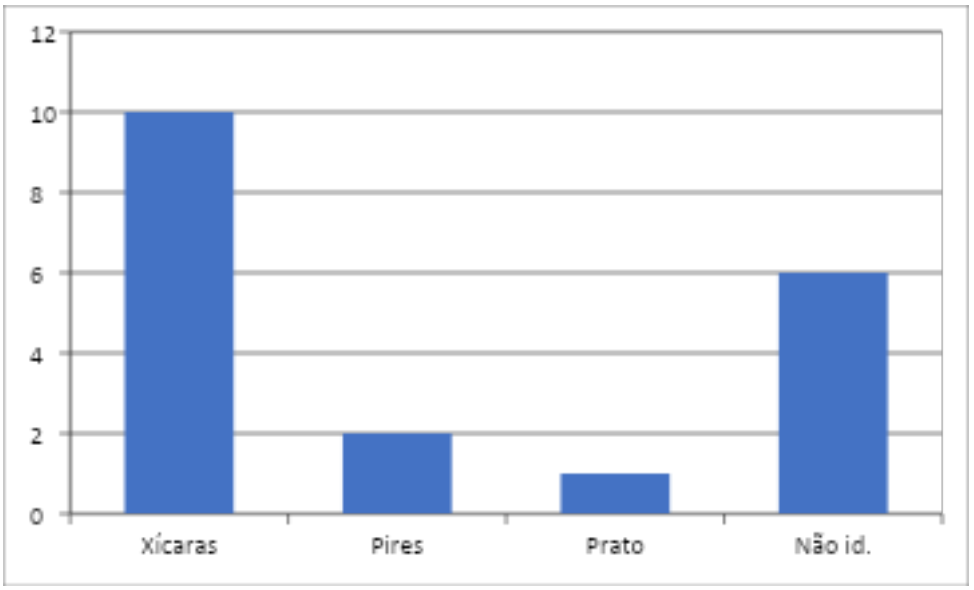


Gráfico 13. Padrões morfológicos das porcelanas da Casa IPHAN.

Para o caso da Casa IPHAN, cabe destacar, contudo, que o repertório morfológico das porcelanas se apresenta muito restrito quando comparado com todo o aparato comum nos serviços da prática burguesa do consumo social de chá, que contava, além das xícaras e pires, com bules, açucareiros, cremeiras, dentre outras peças. No caso da Casa IPHAN, uma característica é a desproporção elevada de xícaras frente aos pires e a ausência de peças de

servir. Os pires, por originalmente atuarem apenas como suporte das xícaras, mantêm uma função utilitária supérflua, servindo basicamente para demonstrar um certo nível de civilidade durante o ato de beber chá. A desproporção em favor das xícaras demonstra que os ocupantes da Casa IPHAN, embora tivessem se preocupado em adquirir peças de porcelana de maior valor, não levaram em conta as regras sociais empregadas pelos segmentos altos da sociedade brasileira no uso desses itens.

Nesse sentido, é ainda importante destacar que as xícaras mais populares nessa amostra são as de porcelana japonesa, características do final do século XIX e primeira metade do XX. Essas porcelanas foram massivamente produzidas no Japão para exportação e eram consideradas de baixo valor (Kovels, 2016). A ausência de pires nesse conjunto sugere não somente a simplicidade no possível consumo do chá, mas também que essas peças poderiam ter sido utilizadas para o consumo de outras bebidas quentes, como café ou chocolate, em formas de sociabilidade bastante distintas daquelas vinculadas com os estratos sociais superiores do sul-sudeste neste período. Elas seriam, assim, com as práticas vinculadas com o aparato material doméstico de baixo valor econômico presente na amostra, mais especificamente, as cerâmicas utilitárias de produção local, que, conforme discutido acima, remetem ao conservadorismo e a ênfase no consumo de bens materiais produzidos localmente.

Cabe, agora, analisar mais detalhadamente a variabilidade morfológica das faianças finas presentes na amostra. Para este caso, a estratégia analítica empregada foi o uso do NMP (número mínimo de peças). O NMP consiste em um processo de redução da amostra com base nos atributos tecnológicos, morfológicos e decorativos que permitem inferir o número mínimo de peças íntegras que os fragmentos representam.

Para o caso em questão, foram contempladas na análise o universo do número mínimo de 44 peças, divididas entre as faianças finas importadas, em sua grande maioria anteriores a 1920, e as faianças finas de produção nacional, posteriores a 1913 (Gráficos 14 e 15). As louças não passíveis de enquadrar nesses dois grupos foram excluídas dessa análise.

Em termos gerais a amostra apresenta especificidades que indicam um baixo investimento monetário, com um repertório morfológico bastante restrito e a ausência de peças de servir identificadas (embora possam estar representadas na categoria das peças não identificadas). Destacam-se, em ambos os períodos, os pratos, com xícaras e pires compondo porções mais reduzidas de ambas as amostras. As canecas, por sua vez, vinculam-se somente à produção nacional.

Outro aspecto que chama a atenção é a ausência de tigelas, que são itens comuns no aparato doméstico destinado ao consumo de alimentos. Verifica-se que, diferentemente da categoria das porcelanas, no caso das faianças finas fortemente predominaram as louças de consumo destinadas às refeições principais, representadas exclusivamente pelos pratos, com poucas mudanças entre os séculos XIX (louças importadas) e XX (louças nacionais). Esse padrão remete, novamente, ao conservadorismo, já denotado pela presença marcante e contínua dos vasilhames cerâmicos de produção local presentes na amostra.

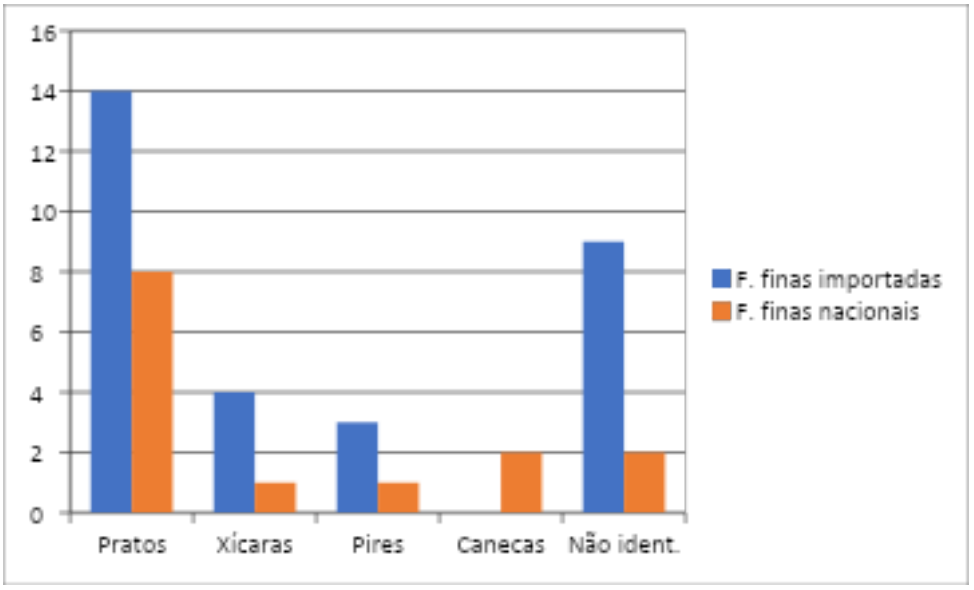


Gráfico 14. Padrões morfológicos das faianças finas importadas e nacionais.

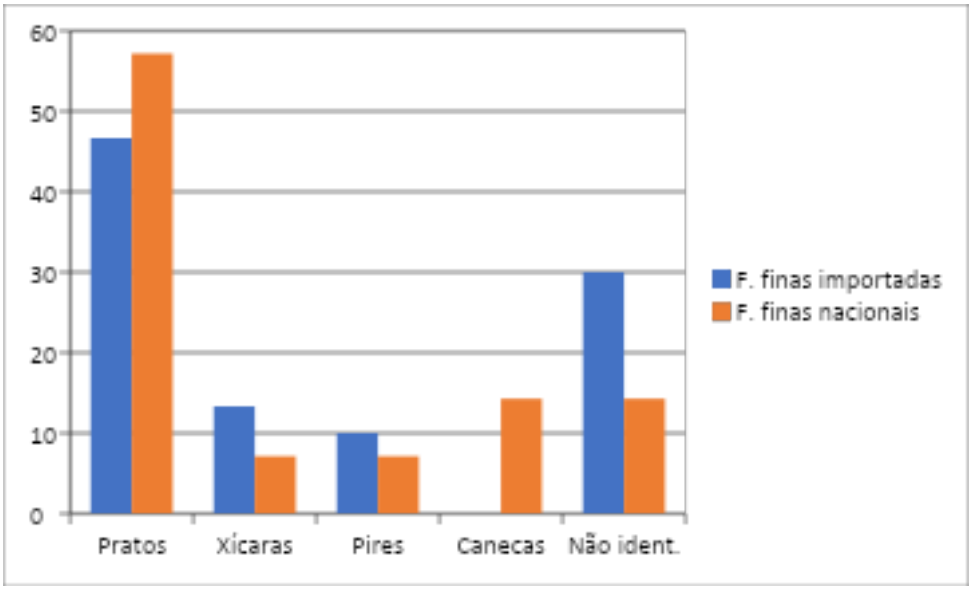


Gráfico 15. Percentuais dos padrões morfológicos das faianças finas importadas e nacionais.

Em termos gerais, a análise da amostra de louças da Casa IPHAN revelou as seguintes informações sobre a dinâmica comportamental dos ocupantes desse sítio. Primeiramente, verificou-se que representam um amplo espectro cronológico, que remete a cerca de 200 anos de ocupação, com a presença de louças típicas de meados do século XVIII até louças nacionais de meados do século XX. É provável que as louças mais recuadas, representadas por duas peças de porcelana chinesa Imori e seis peças de faiança portuguesa tenham tido um artigo grau de retenção no contexto sistêmico, referente a um prolongado período de uso, havendo a possibilidade de terem sido descartadas várias décadas após a sua aquisição. O alto grau de revolvimento dos depósitos arqueológicos, contudo, não permite verificar essa hipótese.

Outro aspecto que se destaca é a baixa diversidade morfológica, expressa por um repertório bastante restrito de formas e pela ausência de peças de servir identificáveis. Isso indica que os ocupantes da unidade doméstica serviam-se dos alimentos diretamente das panelas cerâmicas ou utilizavam como peças de servir vasilhames cerâmicos de produção local. Tratam-se de práticas relacionadas ao universo da alimentação vinculadas com grupos de baixo poder aquisitivo, mas que também demonstram um forte conservadorismo e baixa adesão aos ideais de consumo e às práticas vinculadas ao universo social dos segmentos de maior poder aquisitivo. Sob uma perspectiva diacrônica, observa-se poucas mudanças nessas práticas entre os séculos XIX e a primeira metade do XX, conforme demonstra o forte predomínio dos pratos sobre as formas de louças e o uso contínuo dos vasilhames cerâmicos.

3.1.2) A cerâmica artesanal

A análise dos vasilhames cerâmicos artesanais adiciona outros elementos para a compreensão das práticas cotidianas dos grupos que ocuparam a Casa IPHAN. Cabe, primeiramente, destacar que o alto grau de fragmentação da amostra impediu a análise dos padrões morfológicos. Nesse sentido, contemplaremos, nesta análise, a questão da variabilidade das técnicas decorativas empregadas nesses vasilhames.

Conforme discutido acima, as cerâmicas artesanais consistiram na categoria material mais popular da amostra, tanto em termos de número de fragmentos quanto de peso, tendo sido populares durante todo o período de ocupação da Casa IPHAN. Na Área SE 0.0 foram recuperados 238 fragmentos, enquanto que na Área 0.1 SE foram recuperados 127 fragmentos. Os fragmentos cerâmicos sem decoração são fortemente predominantes na amostra, consistindo em 90,33% da Área SE 0.0 e 86,40% da Área SE 0.1. Esta forte predominância, contudo, não deve ser superestimada, pelo fato de que as cerâmicas artesanais históricas da região tendem a ser decoradas somente na porção superior dos vasilhames, de modo que a maior parte não apresenta decoração (Symanski 2024).

Para se analisar a questão da variabilidade decorativa dessa categoria e possíveis tendências cronológicas, foi empregado o método da seriação para as amostras dos diferentes níveis das duas áreas. Conforme já discutido, apesar de se observar o revolvimento das camadas arqueológicas, a distribuição material apresenta um certo grau de coerência entre os níveis, o que permite algumas aproximações de natureza cronológica considerando a sobreposição dos materiais. O método da seriação consiste em uma caracterização quantitativa de atributos presentes nos artefatos em diferentes níveis e/ou camadas estratigráficas de um contexto arqueológico, com o fim de se obter datações relativas dos tipos de artefatos caracterizados. Para o caso da Casa IPHAN, essa análise é empregada considerando a frequência das técnicas decorativas presentes nas cerâmicas artesanais.

Foram identificadas na amostra as seguintes técnicas decorativas: incisa, incisa com roletes expostos, penteada, impressa, pintada e escovada (Figura 15). O Gráfico 16 apresenta a seriação dessas técnicas decorativas distribuídas pelos níveis das duas áreas, considerando os percentuais nas quais elas se apresentam.

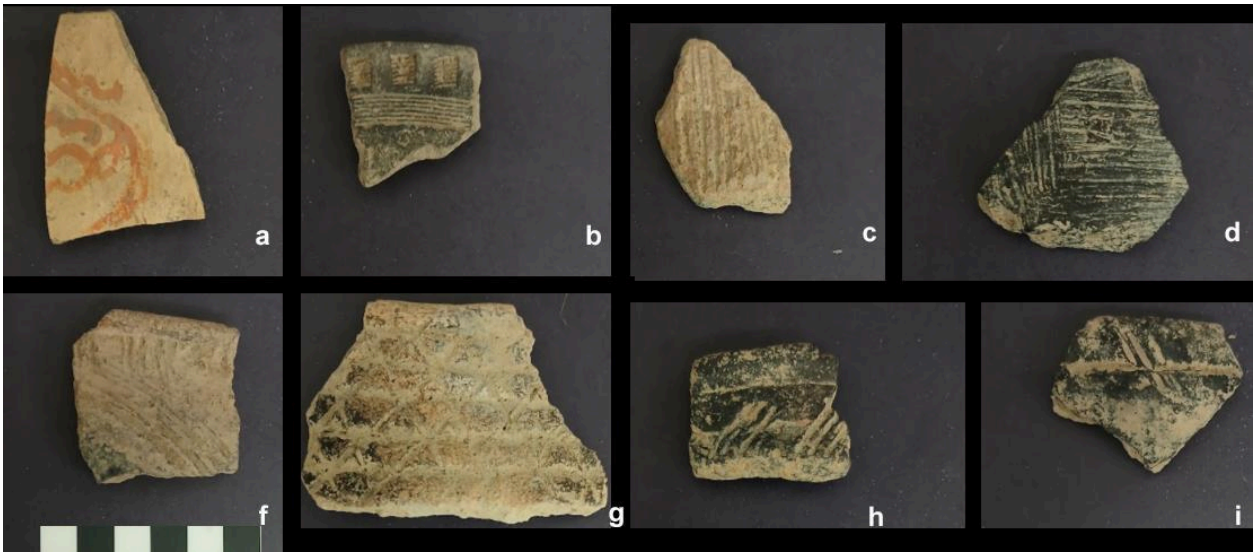


Figura 14. Técnicas decorativas presentes na amostra de cerâmicas artesanais: a) pintada; b) impressa; c) penteada; d) escovada; f) incisa; g, h e i) incisa com rolestes expostos.

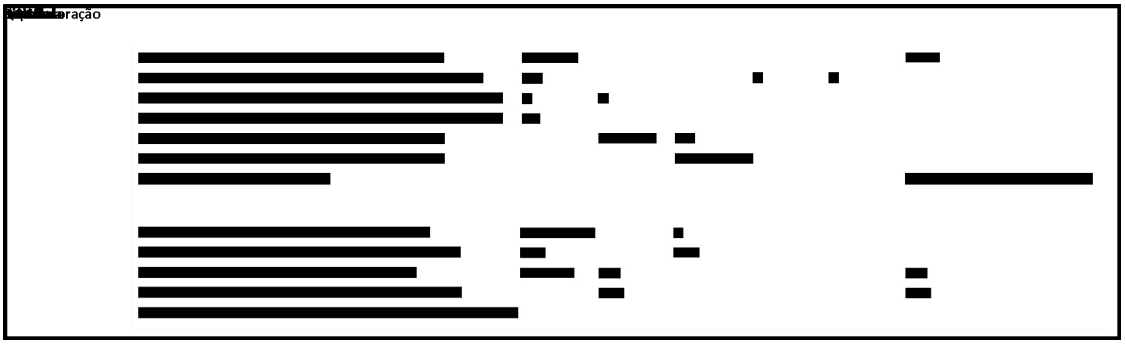


Gráfico 16. Sequência seriada das técnicas decorativas presentes na cerâmica artesanal da Casa IPHAN**.**

Verifica-se, primeiramente, a forte predominância dos fragmentos sem decoração, conforme discutido acima. Os fragmentos com decoração somente incisa consistem no segundo tipo mais popular, presentes em sete dos doze contextos analisados. Cerâmicas incisas com roletes expostos, penteadas e escovadas também são amplamente distribuídas, estando, cada categoria, presente em quatro dos doze contextos. Por outro lado, vasilhames com decoração impressa e pintada ocorrem somente em um contexto, no nível 2 da Área 0.0 SE. Tratam-se, assim, de tipos tardios, somente incorporados no século XX.

Com relação à cronologia há uma certa discrepância entre as duas áreas, bem expressa pelo caso das cerâmicas com decoração penteada. Essas apresentam-se exclusivamente nos níveis inferiores da Área 0.0 SE e superiores da Área 0.1 SE. Já a distribuição das incisas apresenta uma melhor coerência, pois está ausente dos níveis inferiores das duas áreas,

sugerindo que esse tipo de decoração não foi empregado nos momentos iniciais de ocupação do sítio, com uma possível emergência durante a segunda metade do século XIX.

A cerâmica incisa com roletes exposto, por outro lado, consiste em um estilo decorativo que foi mais popular nos contextos dos engenhos de Chapada dos Guimarães referentes ao final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Observa-se, nesse sentido, que ela emerge nos níveis inferiores de ambas as áreas (nível 4 da SE 0.1 e nível 5 da SE 0.0). Cabe lembrar que é justamente o nível 5 da área SE 0.0 que apresentou as louças com datações mais recuadas da amostra (faianças portuguesas e porcelana Imori), referentes a meados do século XVIII. Assim, essas cerâmicas também parecem corresponder, para o caso da Casa IPHAN, aos períodos iniciais de ocupação desse sítio, estendendo-se entre o final do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

Cabe destacar que essas cerâmicas são populares em um contexto regional bastante caracterizado pela escravidão africana. No período em questão, dois componentes africanos dominavam fortemente o cenário demográfico da escravidão em Mato Grosso: os africanos denominados Mina e Benguela. A categorização Mina era uma designação genérica empregada para os escravizados da África Ocidental embarcados para o Brasil no Golfo de Benin, então conhecido como a Costa da Mina (Kiddy, 1999, 235; Nishida, 2003, 31). Benguela, por outro lado, referia-se a uma região da África Central mais geograficamente circunscrita: o Planalto de Benguela, no sul de Angola (Cândido 2006, p. v). Este território sustentou uma das maiores populações da África Central, devido à boa qualidade dos solos e condições climáticas propícias para a agricultura (Miller 1988, p. 17). Para o caso de Chapada dos Guimarães, as cerâmicas incisas com roletes expostos relacionam-se a padrões decorativos mais fortemente vinculados às populações do Planalto de Benguela, denominadas, no século XIX, como ovimbundo (Symanski 2024).

A influência africana nas cerâmicas da Casa IPHAN vai além dos padrões presentes na cerâmica incisa com roletes expostos, sendo também observada nos padrões decorativos da cerâmica incisa. Um padrão recorrente consiste nas linhas incisas curtas duplas, triplas ou quádruplas (Figura 15 h e i). Estes signos são também comuns em vasilhames cerâmicos e cachimbos encontrados em contextos afrodiaspóricos de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia, neste último caso vinculado a cachimbos (Souza e Agostini 2012; Symanski 2024). Para o caso de Chapada dos Guimarães, trata-se de um padrão onipresente nos contextos datados entre o final do século XVIII e meados do XIX (Symanski 2024).

Ao discutir a presença do padrão das três linhas paralelas em cerâmicas e cachimbos da Bahia e do Centro-Oeste, Souza e Agostini (2012) o relacionam às populações Yorubá da

África Central, grupos que, no Brasil, foram agrupados na nação Mina. Segundo os autores, este signo seria uma evidência da constituição de identidades diaspóricas mais amplas, que uniria etnicidades africanas ocidentais diversificadas nos contextos afrodiaspóricos do Brasil. Cabe, contudo, ser destacado que tanto os traços duplos quanto os triplos foram também comuns nas escarificações de grupos da África Central, bem como em vasilhames cerâmicos de grupos Bakongo do final do século XIX (Symanski 2024, p, 157-158), estando presentes em abrigos da província do Zaire e de Mbanza Congo, a antiga capital do Reino do Congo. Esses signos são também empregados nas *firmas* dos sacerdotes de Palo Alto, religião de matriz congolesa praticada em Cuba.

Em Mbanza Congo, os especialistas religiosos consultados por Martínez-Ruiz (2013, 93) definiram esse sinal como referente a rios e nascentes, bem como indicador de uma direção ao redor do caminho. Tratam-se, assim, de signos do sistema de comunicação gráfico dos Bakongo, vinculado às crenças religiosas e à filosofia moral desse povo ainda na atualidade. Por ter sido um signo comum a grupos diversificados de africanos, tanto da África Ocidental quanto Central, ele pode ter operado na formação de identidades mais inclusivas entre esses grupos, sendo ativamente empregado na constituição de novas identidades africanas nos contextos afrodiaspóricos.

As cerâmicas da Casa IPHAN, apesar de quantitativamente limitadas, trazem informações extremamente relevantes relacionadas aos padrões de consumo e concepções estéticas dos moradores da região central de Cuiabá entre o final do século XVIII e começo do XX.

Primeiramente, revelam que a cerâmica de produção consistiu em um equipamento doméstico importante ao longo de todo esse período, atrelando as práticas sociais desses grupos a um conservadorismo material que pode estar vinculado à constituição de uma identidade cuiabana, tão atrelada às tradições locais quanto às inovações que articulavam o modo de vida desses grupos às influências da corte e da modernidade oitocentista, expressa pelas louças impressas e porcelanas de maior valor econômico no século XIX.

A análise das louças revela, contudo, que esses itens foram apropriados conforme matizes locais, sendo utilizados lado a lado com as cerâmicas locais. Nos séculos XVIII e XIX essa cerâmica apresentou, dentre outros elementos, evidentes influências africanas, de grupos da África Ocidental e Central. Porém, antes do que serem indicadores da presença de escravizados, ou libertos africanos nesse contexto, essas cerâmicas são mais reveladoras das redes de comércio local, tendo provavelmente sido produzidas por comunidades ceramistas locais, constituídas por agentes africanos e indígenas.

O fato desses itens terem transitado nos espaços domésticos dos segmentos livres pode relacionar-se ao fato do trabalho doméstico ter sido realizado, no caso das pessoas com posses, por escravizados africanos, que se identificavam com essa estética e, em muitos casos, podiam compreender essa linguagem dos signos expressas em parte significativa desses vasilhames.

3.2) Casa do Rosário/Casa da Isabel

Trata-se de uma casa térrea, provavelmente do século XIX, situada ao lado da Igreja do Rosário, implantada na meia encosta de um morro. A casa mantém um quintal em um patamar mais elevado, que foi sujeito a uma forte movimentação de terra, envolvendo nivelamento e aterramento, tratando-se de um ponto de deposição de refugo pouco provável em período anterior ao século XX.

As escavações foram concentradas no interior da casa, que estava passando por reformas arquitetônicas vinculadas ao projeto Canteiro-Modelo em parceria com o IPHAN. O piso cerâmico atual foi retirado para permitir acessar os níveis de ocupação anteriores. Inicialmente foram abertas duas quadrículas de $1m^2$, a primeira situada no segundo recinto da casa, provável copa (Figura 16), e a segunda no corredor que dá acesso à cozinha (Figura 17). Essas quadrículas foram denominadas, respectivamente, q.1 e q.2. O critério de seleção dessas quadrículas levou em conta o fato de serem referentes, no período anterior à ampliação da casa, ao quintal, de modo que poderiam fornecer possíveis amostras da cultura material de períodos de ocupação mais recuados, que teriam sido selados pelo piso referente à ampliação. Com o aumento da área de escavação a q1 foi recodificada para q. B3.



Figura 15. Abertura da primeira quadrícula após a quebra do piso.

A quadrícula B3 foi aberta na área da copa. Para tanto, o piso de azulejos brancos foi removido. Esse piso era sustentado por uma camada de argamassa. Abaixo desta camada, aos 2cm de profundidade, foi evidenciado um piso anterior, de tijolo lajota, de 1cm de espessura. Abaixo deste segundo piso apresentou-se uma camada de aterro, argilosa, de cerca de 10cm de espessura. Imediatamente abaixo dessa camada de aterro, entre 13 e 15cm de profundidade, apresentou-se uma camada argilosa tendo como principal componente fragmentos de telhas, além de fragmentos de ardósia e seixos de quartzo. Abaixo desse nível de telhas começaram a ser evidenciados artefatos em uma delgada camada argilosa que se mistura com a piçarra, como pequenos fragmentos de vidro verde-oliva, cerâmica artesanal de coloração preta, louças brancas e vidro azul, indicando uma deposição concentrada no começo do século XX. Aos 30cm de profundidade foi alcançada a cama estéril, consistindo em um sedimento argiloso de decomposição da rocha matriz.

A quadrícula 2, aberta no corredor, foi rebaixada até os 40cm de profundidade. Apresentou, junto à camada superior de aterro, louça branca brasileira, provavelmente da Fábrica Santa Catharina. Apresentou, basicamente, entulho decorrente de intervenções no espaço interno da casa, de modo que optamos por não expandir a escavação nessa área.



Figura 16. Abertura da segunda quadrícula após a quebra do piso de azulejos.

A presença de uma delgada camada arqueológica na q. B3 nos levou a expandir essa área de escavação (Figura 18). Foi inicialmente aberta a q. B2, a qual apresentou exatamente o mesmo processo deposicional descrito para a q. B3. Para este caso, resolvemos evidenciar a camada de telhas, para verificar se sua configuração revelava ser esta camada produto de um processo deposicional de refugo doméstico e se os fragmentos de telhas foram utilizados como embasamento para o aterro superior. A distribuição desses fragmentos sugere uma deposição estruturada, com a intencionalidade de formar a base do aterro imediatamente acima. Dentre as telhas, há escassos materiais associados, sendo uma pequena peça de cerâmica (cadinho ou lamparina), a que mais se destacou.

A expansão dessa área de escavação se deu com a abertura de oito outras quadrículas, adotando-se o sistema alfanumérico. Na coluna 1 as quadrículas foram de 90cm por 1m, enquanto que as demais foram de 1m^2. Abaixo da linha B optamos por abrir outra linha de quadrículas, denominadas linha A, neste caso as quadrículas foram de 50cm por 1m. Esta área de escavação totalizou, assim, 12,5m^2.

Todas as quadrículas das linhas B e C apresentaram o mesmo perfil estratigráfico descrito acima. As quadrículas C1 e C2, por sua vez, apresentaram, logo abaixo da camada superficial vermelha (nível 0-15), uma mancha de carvão, acompanhada de louças brasileiras, sendo uma com marca nacional indefinida e a inscrição “São Paulo”. Na quadrícula C2 foi evidenciada outra mancha de carvão aos 15cm de profundidade. O rebaixamento da mancha (15-20cm) revelou fragmentos de cerâmicas, louças brasileiras e fragmentos de vidro. A mancha de carvão do nível superior não manteve uma conexão direta com a do nível inferior, demonstrando tratarem-se de eventos deposicionais distintos. Ambas as manchas sugerem que o atual espaço da copa consistiu em uma ampliação referente às primeiras décadas do século XX, tendo sido, durante as primeiras décadas daquele século, um espaço do quintal adjacente à casa utilizado para um descarte eventual.



Figura 17. Escavação das quadrículas após a expansão da área das mesmas.

A materialidade recuperada da Casa do Rosário/Casa da Isabel referente às escavações arqueológicas, portanto, diz respeito às primeiras décadas do século XX. Essa materialidade, em termos gerais, difere cronologicamente daquela evidenciada nas paredes de adobe mais

antigas da edificação, a qual foi recuperada durante o processo de restauração arquitetônica acompanhada pelo arqueólogo e membro do projeto, Marcos Vinícius Oliveira dos Santos.

Os procedimentos metodológicos empregados para analisar a cultura material recuperada das escavações na Casa do Rosário/Casa da Isabel foram os mesmos utilizados na Casa IPHAN. Deste modo, A primeira consistiu em caracterizar a significância quantitativa bruta e percentual das principais categorias materiais exumadas de acordo com os dois níveis definidos da área de escavação: Nível 1 (0-15cm) e Nível 2 (15-20cm). A quantificação das categorias materiais foi feita pelos fragmentos e pelo peso em gramas. O primeiro aspecto a destacar é que não foram encontrados fragmentos de porcelanas na área de escavação. Deste modo, as categorias materiais consideradas nesta análise foram os vidros, cerâmicas e faiança fina.

A totalização dos artefatos não apresentou diferenças significativas entre os níveis 1 e 2, constituindo, basicamente, o total de 47 fragmentos no nível 1 e 50 no nível 2 (Gráficos 17 e 18). Já com relação ao peso as diferenças foram mais marcantes, sendo 351 gramas no nível 1 e 224 gramas no nível 2 (Gráfico 18). Neste caso, a diferença mais significativa diz respeito ao maior volume dos fragmentos cerâmicos presentes no nível 1, que será discutido mais abaixo.



Figura 18. Amostras escavadas da Casa do Rosário/Casa da Isabel, com o material separado por quadrículas e pelos níveis 1 e 2.

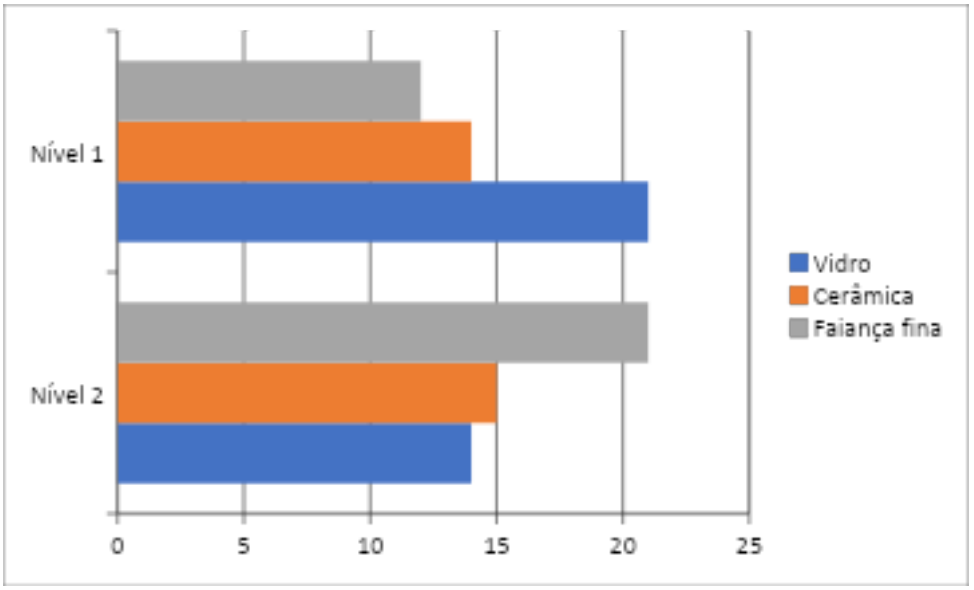


Gráfico 17. Distribuição por níveis do total de fragmentos de faianças finas, cerâmicas e vidros da Casa do Rosário/Casa da Isabel.

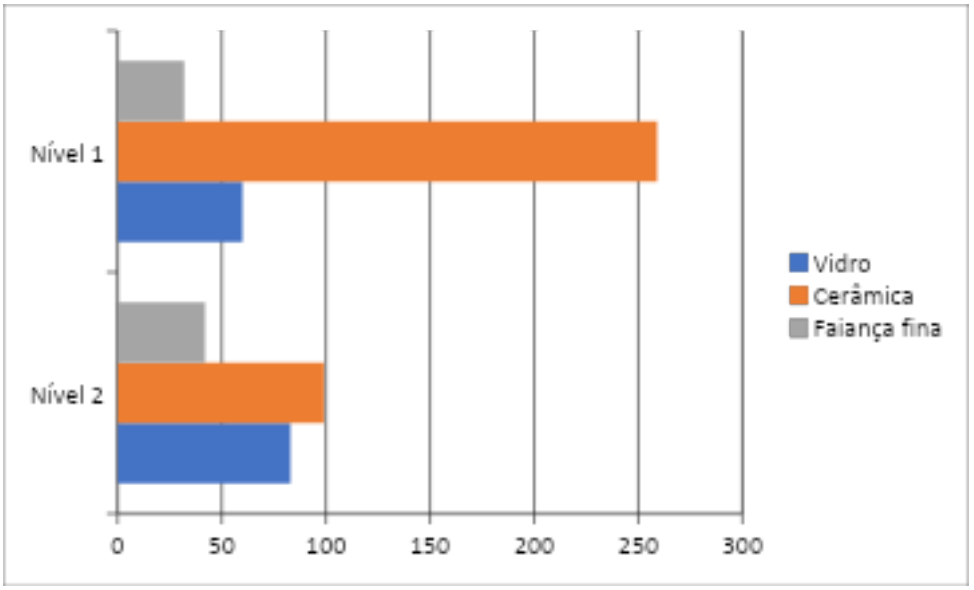


Gráfico 18. Distribuição por níveis do peso em gramas de faianças finas, cerâmicas e vidros da Casa do Rosário/Casa da Isabel.

Observa-se ainda, com relação às categorias materiais, que ocorre um certo declínio na popularidade da faiança fina entre os níveis 2 e 1, ao mesmo tempo que aumenta a quantidade de vidros. Cabe lembrar que há poucas diferenças de ordem cronológica entre os dois níveis, sendo ambos referentes a processos deposicionais que se sucederam nas primeiras décadas do século XX, como será melhor detalhado abaixo. É interessante, contudo, observar que a maior popularidade do vidro no nível 1 se assemelha àquela da distribuição de fragmentos de vidro

da Casa IPHAN para os níveis mais superficiais (1 e 2), sugerindo, primeiramente, uma contemporaneidade entre os processos deposicionais mais recentes das duas casas, bem como uma maior acessibilidade a itens de vidro neste período.

A distribuição das três categorias, contudo, apresenta uma configuração bastante distinta quando é considerada a variável peso (Gráfico 18). Para este caso nota-se uma forte projeção dos vasilhames cerâmicos no nível 1, ao mesmo tempo que eles também sutilmente dominam no nível 2. As faianças finas, por sua vez, mantêm-se em valores próximos enquanto que os vidros, inversamente ao que ocorre com os fragmentos, declinam em popularidade.

É bastante interessante considerar essa dinâmica deposicional, sobretudo em relação aos vidros. A relação entre quantidade/peso relaciona-se ao grau maior ou menor de fragmentação em uma amostra, a qual diz respeito aos fatores deposicionais e pós-deposicionais que podem ter impactado a integridade do material, incluindo revolvimento do solo, pisoteamento, exposição às intempéries etc.

Nesse sentido, os fragmentos de vidro do nível 2 apresentam um maior grau de integridade. Esses dados, contudo, diferem significativamente daqueles relacionados às cerâmicas, que apresentam uma distribuição inversa, com aquelas do nível 1 apresentando um grau de integridade significativamente maior do que as do nível 2, uma situação similar, embora mais sutil, também ocorre com as faianças finas, cujo grau de integridade do nível 2 é inferior ao nível 1.

Já com as cerâmicas ocorre o inverso, com o grau de integridade sendo sensivelmente maior no nível 1 do que no 2. Essa maior integralidade das cerâmicas no nível 1 diz respeito, de fato, a uma anomalia da amostra, que concerne à presença de um único grande fragmento presente no nível 1, referente ao único fragmento de cerâmica produzida em torno da amostra (ver Gráfico 3, canto inferior esquerdo). A tendenciosidade causada pelo grande peso de um único fragmento cerâmico compromete a acurácia da análise por peso da amostra. Deste modo, analisamos os dados percentuais somente dos fragmentos (Gráfico 19).

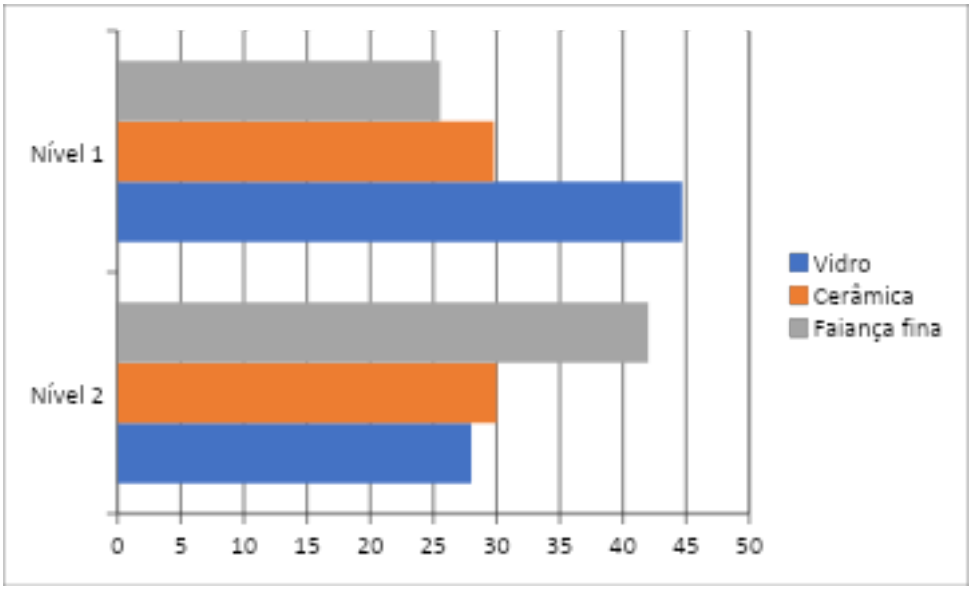


Gráfico 19. Distribuição percentual por níveis do vidro, cerâmica e faiança fina.

Observa-se, primeiramente, neste gráfico (Gráfico 19), que a configuração pouco modifica-se frente ao gráfico dos dados brutos de fragmentos (Gráfico 17), o que ocorre devido ao número total próximo de fragmentos em cada nível (respectivamente 47, nível 1, e 50, nível 2). Uma constatação evidente vai dizer respeito à mesma representatividade da categoria cerâmica, demonstrando, conforme já discutido para o caso da Casa IPHAN, que esta categoria material continuou muito significativa no cotidiano doméstico de Cuaibá durante as primeiras décadas do século XX, apesar da maior disponibilidade de itens industrializados, como representado pelos vidros.

3.2.1) Faianças finas

Do mesmo modo que verificado na Casa IPHAN também, estão presentes no contexto deposicional do século XX da Casa do Rosário/Casa da Isabel, faianças finas oitocentistas. Essas vão dizer, no nível, a uma peça não identificada no padrão Azul Borrão, que trata-se de um padrão mais intensamente produzido entre 1835 e 1901, e uma alça de urinol branca no esmalte *pearlware*, que diz respeito a um esmalte azulado aplicado nas louças inglesas entre 1780 e 1850.



Figura 19. Detalhe de materiais escavados Casa do Rosário/Dona Isabel

Com relação à peça em Azul Borrão pode tratar-se de uma peça tardia, que teve um alto grau de retenção no contexto sistêmico, tendo sido descartada nas primeiras décadas do século XX. Já o caso da alça de urinol, consideravelmente mais antiga, sua presença pode dizer respeito à dinâmica de uso do solo, provavelmente referindo a uma peça que foi descartada ainda no século XIX e que alcançou esse contexto no processo do aterramento da área. Com relação ao nível 2, o processo deposicional referente ao século XX é bem evidenciado pelas faianças finas, representadas, com uma única exceção, por louças nacionais, que incluem uma marca do fabricante Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, de São Paulo, datada entre 1918 e 1937. Dentre os 18 fragmentos presentes neste nível (Gráfico 20), somente 1 é de uma peça importada, impressa em azul, que pode ser referente ao século XIX. A exemplo do nível superior, esta peça, não identificada, pode ter consistido em uma retenção mantida pelos ocupantes da casa por um longo período de tempo.

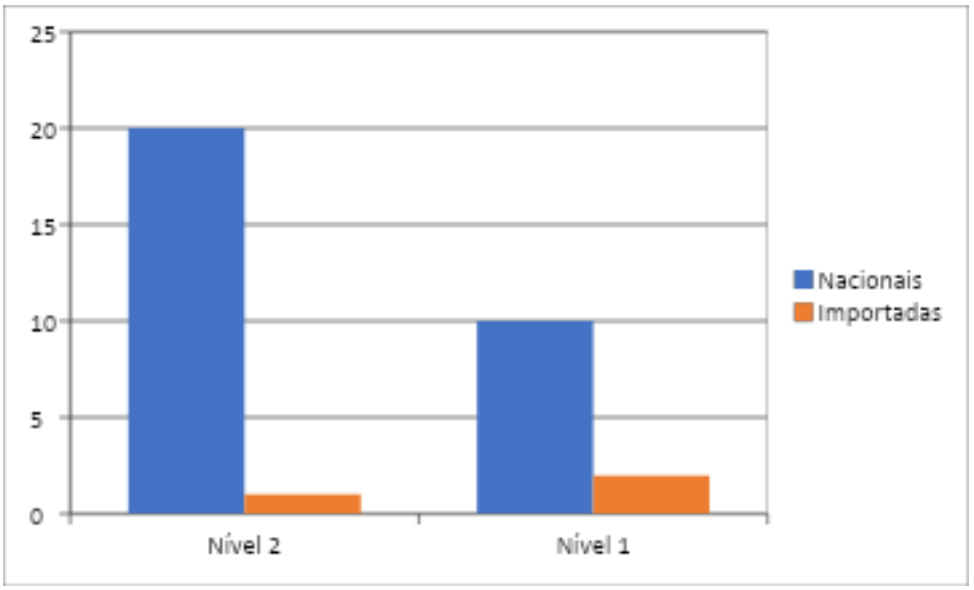


Gráfico 20. Quantidade de fragmentos de faianças finas nacionais e importadas nos níveis 1 e 2.

O número reduzido da amostra de faianças finas torna supérfluo a apresentação dos dados em termos percentuais. Do mesmo modo, a afinidade cronológica entre os níveis 2 e 1 viabiliza analisar a variabilidade morfológica dessas peças como um único conjunto (Gráfico 21).

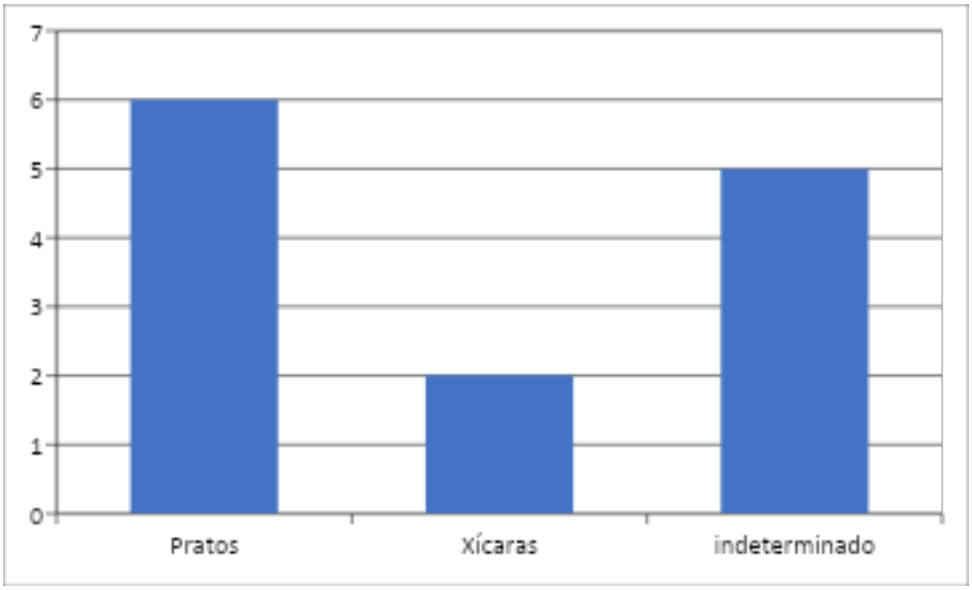


Gráfico 21. Variabilidade morfológica das faianças finas.

Observa-se, nesta amostra, primeiramente, uma baixa variabilidade morfológica, com a predominância dos pratos e a presença de duas xícaras. As peças indeterminadas são aquelas que não tiveram a forma identificada devido às dimensões reduzidas dos fragmentos. Essa baixa diversidade morfológica é mesmo inferior àquela verificada na Casa IPHAN, cuja amostra de louças nacionais incluiu, além das xícaras e pratos, também pires e canecas.

Assim, embora em ambos os casos estejamos diante de grupos domésticos que apresentaram restrições de acesso às louças nesse período, fator provavelmente relacionado a baixas condições socioeconômicas, as restrições dos ocupantes da Casa do Rosário/Casa da Isabel foram ainda mais marcantes, sugerindo tratar-se de um grupo de baixo poder aquisitivo. A ausência de pires nessa amostra sugere que as xícaras tiveram padrões de uso diversos daqueles demandados pelas normas de etiqueta dos segmentos de maior poder aquisitivo, podendo ter sido utilizadas para o consumo de uma diversidade de bebidas em ocasiões informais pelos membros do grupo doméstico.

3.2.2) Cerâmicas artesanais

As cerâmicas artesanais da área de escavação estão representadas por 29 fragmentos, sendo 28 artesanais, de produção local, e uma torneada. Diferentemente da Casa IPHAN, essa amostra de cerâmicas não apresenta peças decoradas, com exceção de alguns exemplares escovados, sendo que esta categoria consiste mais em um padrão de tratamento de superfície do que propriamente de um padrão decorativo. Como no caso das faianças finas, optamos,

novamente, em analisar a amostra em sua totalidade antes do que dividida por níveis (Gráfico 22). O fragmento torneado foi excluído desta análise.

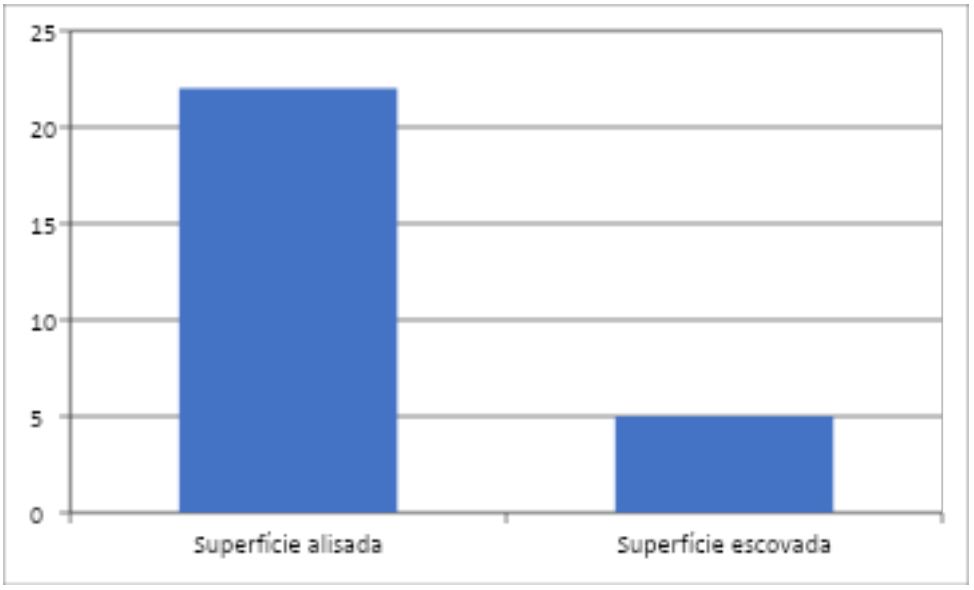


Gráfico 22. Padrões de tratamento de superfície das cerâmicas artesanais.

A exemplo das louças, a baixa diversidade das cerâmicas também é marcante, diferenciando-se bastante da amostra da Casa IPHAN no quesito decoração. Cabe destacar que na Casa IPHAN, a maior parte das amostras cerâmicas também se apresenta alisada e sem decoração (ver Gráfico 16), e as escovadas também encontram-se distribuídas, geralmente em baixas proporções, em todo o espectro de ocupação. Contudo, se analisarmos o nível superior da variabilidade decorativa cerâmica da Casa IPHAN (Gráfico 16), observamos uma compatibilidade bastante interessante, que diz respeito a uma menor variabilidade decorativa do nível 1 da Quadra 0.0SE, composta, em sua maioria, por cerâmicas sem decoração, seguidas por incisas e escovadas.

Tal questão indica que nos contextos do começo do século XX a decoração dos vasilhames cerâmicos estava bem mais restrita do que o verificado nos contextos oitocentistas, predominando as cerâmicas sem decoração e escovadas, e, em alguns casos, incisas. Um padrão similar foi verificado para os contextos rurais de Chapada dos Guimarães (Symanski 2024), de gradual simplificação e abandono das decorações nos vasilhames cerâmicos, que foi explicado pelo declínio da influência africana direta sobre a produção oleira na região. Para o caso dos contextos domésticos do centro de Cuiabá, exemplificados pelas amostras da Casa IPHAN e Casa do Rosário/Casa da Isabel, essa dinâmica similar também pode estar relacionada com um processo de maior uniformização cultural das

comunidades oleiras nas décadas finais do século XIX e no começo do século XX, em que a diversidade étnica-cultural, marcada pela pluralidade de origens africanas e indígenas, foi dando espaço a uma população mestiça, de modo que signos e elementos que expressavam diferenças culturais no passado foram, gradualmente, deixando de ser reproduzidos por oleiras que se identificavam cada vez mais como um grupo culturalmente coeso.

Considerações finais

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Arqueologia ao longo do projeto permitiram ampliar de maneira significativa o conhecimento sobre os processos de ocupação, transformação e constituição material do Centro Histórico de Cuiabá. Partindo do reconhecimento de que a produção arqueológica histórica em Mato Grosso ainda é relativamente reduzida e que parcela importante dos resultados existentes permanece restrita à chamada literatura cinzenta, o núcleo concentrou esforços tanto na sistematização de pesquisas arqueológicas anteriormente realizadas quanto na produção e análise de novos dados.

A análise dos trabalhos arqueológicos anteriormente realizados no Centro Histórico evidenciou a existência de um conjunto relevante de informações sobre diferentes contextos da cidade, mas também revelou limitações relacionadas à dispersão dos dados, ao acesso aos materiais e, sobretudo, à dificuldade de articulação entre cultura material, documentação escrita e outras fontes históricas. Essa constatação orientou uma das principais escolhas metodológicas do núcleo: não tratar os vestígios arqueológicos de forma isolada, mas buscar sua interpretação em diálogo com a documentação histórica e com outras pesquisas desenvolvidas sobre o território.

Nesse sentido, a pesquisa documental realizada no Arquivo Público de Mato Grosso constituiu uma contribuição importante. A análise dos livros da Décima Predial Urbana permitiu reunir informações referentes às três ruas que compunham a formação inicial do núcleo urbano, a Rua de Cima, atual Rua Pedro Celestino, a Rua do Meio, atual Rua Eng. Ricardo Franco, e a Rua de Baixo, atual Rua 7 de Setembro.Embora as lacunas e as condições de conservação dos documentos tenham limitado a continuidade de algumas séries, os resultados demonstraram a potencialidade da documentação fiscal para a construção de um panorama histórico da ocupação habitacional do Centro de Cuiabá. A pesquisa revelou, ainda, que o conjunto documental está longe de ter sido completamente explorado, abrindo possibilidades para o aprofundamento de análises sobre a configuração social e espacial da

cidade oitocentista.

As intervenções arqueológicas realizadas na Casa IPHAN e na Casa do Rosário/Casa da Isabel permitiram, por sua vez, trabalhar diretamente com contextos domésticos e com conjuntos de cultura material associados a diferentes períodos de ocupação. Na Casa IPHAN, a escavação iniciada em novembro de 2025 possibilitou investigar áreas do quintal da edificação e identificar diferentes contextos deposicionais, com destaque para a presença de cerâmicas artesanais, faianças finas, porcelanas e vidros. A análise demonstrou a importância dos vasilhames cerâmicos no cotidiano doméstico dos ocupantes da casa, tanto no século XIX quanto na primeira metade do século XX.

Na Casa do Rosário/Casa da Isabel, os materiais recuperados nas escavações foram associados às primeiras décadas do século XX, diferenciando-se cronologicamente da materialidade mais antiga identificada nas paredes de adobe da edificação. A análise dos níveis escavados registrou a presença de vidros, cerâmicas e faiança fina, com 47 fragmentos no primeiro nível e 50 no segundo. Também nesse contexto, as cerâmicas permaneceram como uma categoria material significativa, indicando a continuidade de sua presença no cotidiano doméstico mesmo diante da maior disponibilidade de produtos industrializados.

A análise comparativa das cerâmicas artesanais trouxe ainda elementos importantes para compreender transformações culturais ocorridas entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX. A menor diversidade decorativa observada nos contextos mais recentes, marcada principalmente por peças sem decoração e escovadas, foi interpretada em diálogo com processos de simplificação e abandono de determinados padrões decorativos identificados também em contextos rurais de Chapada dos Guimarães. A análise aponta, nesse sentido, para a possibilidade de relacionar essas transformações a mudanças na influência africana direta sobre a produção oleira e a processos de maior uniformização cultural entre as comunidades produtoras.

Os resultados alcançados reforçam, portanto, a importância da Arqueologia Histórica como campo capaz de produzir informações sobre dimensões da vida urbana que não estão integralmente registradas na documentação escrita. A cultura material permite acessar práticas cotidianas, padrões de consumo, formas de descarte, processos de produção e relações sociais que podem permanecer pouco visíveis nas fontes documentais tradicionais. Ao mesmo tempo, o trabalho desenvolvido demonstra que o potencial interpretativo desses vestígios é ampliado quando eles são analisados em conjunto com documentação histórica, cartografia e outras evidências.

Nesse aspecto, uma das principais contribuições do Núcleo de Arqueologia foi justamente avançar na direção de uma abordagem integrada entre fontes materiais e escritas. A pesquisa documental e as intervenções arqueológicas foram desenvolvidas como frentes complementares, permitindo aproximar diferentes escalas de análise, do contexto específico de uma unidade doméstica à dinâmica mais ampla da ocupação urbana. Essa perspectiva também possibilitou problematizar abordagens que restringem a análise arqueológica ao interior dos sítios e reforçar a necessidade de considerar os processos sociais e históricos mais amplos nos quais esses contextos estão inseridos.

Os resultados devem ser compreendidos à luz das próprias limitações identificadas pelo núcleo. As lacunas documentais, as condições de preservação de parte dos registros, a dificuldade de acesso a determinados materiais arqueológicos e a existência ainda reduzida de intervenções em contextos domésticos impõem limites às interpretações possíveis. Essas condições não constituem apenas obstáculos operacionais, mas também apontam para lacunas de pesquisa que precisam ser enfrentadas em investigações futuras.

Diante disso, o período de execução do projeto deve ser compreendido como uma etapa de construção e consolidação de uma base de investigação arqueológica para o Centro Histórico de Cuiabá. A sistematização da literatura arqueológica, o levantamento documental, a análise da Décima Predial Urbana e as intervenções realizadas em contextos domésticos ampliaram o conjunto de informações disponíveis e estabeleceram novas possibilidades de articulação entre cultura material e história urbana.

Por fim, os resultados do Núcleo de Arqueologia reforçam a importância de preservar, sistematizar e tornar acessíveis os dados arqueológicos produzidos sobre Cuiabá. Ao recuperar informações dispersas, produzir novos dados e estabelecer diálogos entre diferentes fontes, a pesquisa contribui não apenas para o conhecimento acadêmico, mas também para a valorização do patrimônio arqueológico como parte constitutiva da memória e da história urbana de Cuiabá.

Nesse sentido, a Arqueologia desenvolvida no âmbito do projeto contribui para conhecer o Centro Histórico para além de suas edificações preservadas e de seus registros documentais, incorporando ao patrimônio da cidade os vestígios materiais das populações que o habitaram e das práticas que participaram de sua construção histórica. A continuidade dessas investigações poderá ampliar ainda mais a compreensão dessas diferentes experiências e contribuir para que os vestígios arqueológicos sejam reconhecidos como parte fundamental da história e do patrimônio cultural de Cuiabá.

Referências

Processos IPHAN-MT

01425.000086/2019-61, Projeto Beco do Candeeiro: patrimonialização da memória de um espaço urbano em Cuiabá, Mato Grosso, através da Arqueologia.
01425.000502/2018-40, Projeto de mitigação de impactos, preservação e monitoramento arqueológico no casarão de Bem-Bem – Centro Cultural Nhô Nhô de Manduca, Cuiabá-MT.
01425.000796/2016-48, Projeto de Diagnóstico, Prospecção Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial nas Praças Caetano Albuquerque, Dr. Alberto Novis, Senhor dos Passos, Escadaria do Beco Alto e Largo Feirinha da Mandioca.
01425.000027/2025-31, Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Jazida de Cascalho para Obras de Pavimentação - Assunção 1.
01425.000397/2025-78, Arqueologia Histórica no Centro de Cuiabá: domínios urbanos na "Cidade Negra" entre os séculos XVIII e XIX.
01425.000380/2012-04, Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (Etapas Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento) – Sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) Cuiabá – Várzea Grande.

Bibliografia citada

Aitchison, K. (2010, Aug). Grey Literature, Academic Engagement, and Preservation by Understanding. *Archaeologies*, 6(2). 289–300.
Allen, S. (2016). Afrofatos. *Vestígios*, 10(1), p. 92-105. doi:10.31239/vtg.v10i1.10569
Almansa Sánchez, J. (2015). Trading Archaeology Is Not Just a Matter of Antiquities: Archaeological Practice as a Commodity. In Gnecco, C. & Lippert, D. (Org.) *Ethics and Archaeological Praxis* (141-157). Nova York: Springer.
Barreto, N. (2022). *Água de beber: abastecimento e uso no espaço urbano de Cuiabá, 1790-1886*. Cuiabá: Entrelinhas.
BRANCANTE, E. 1981 O Brasil e a Cerâmica Antiga. Cia Litográfica Ypiranga, São Paulo.
Carvalho, P. (2015). *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. (Unpublished PhD's thesis). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASIMIRO, T. M. Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. Revista Portuguesa de Arqueologia, v. 16(NA), p. 351-367, 2013.

Castrillon, M. (2024). Práticas Culturais Afro-Brasileiras na Festa de São Benedito em Cuiabá – 2020-2023. (Unpublished PhD's thesis). Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

century ceramics. In: Dickens, R. (org.) Archaeology of Urban America: the search for patterns and process. Nova York: Academic Press. p. 329-360.

Dans, E. (2009). El mercado del patrimonio: nacimiento, estructura y desarrollo de las empresas que gestionan el patrimonio arqueológico. *CAPA*, 21. 5-42.

Díaz del Río, P. (2000). Arqueología Comercial y estructura de clase. CAPA, 12: 7-18.

English ceramics from 1787 to 1880. Historical Archaeology, Rockville, v. 25, n. 1, p. 1-25, 1991.

Florence, H. (2007 [1875]). *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Brasília: Senado Federal. Retrieved from http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188906

Funari, P. (2022). *Arqueologia*. São Paulo: Contexto.

Harber, A. (2015) Archaeology and Capitalist Development: Lines of Complicity. In Gnecco, C. & Lippert, D. (Org.) *Ethics and Archaeological Praxis* (141-157). Nova York: Springer.

Jacques, C. & Carvalho, A. (2021). Campos de atuação e os desafios da arqueologia empresarial no Brasil. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, *9*(2), p. 252–268. doi:10.25160/bjbs.v9i2.122038

Joanoni Neto, V. & Guimarães Neto, R. (2019). Amazônia: políticas governamentais, práticas de "colonização" e controle do território na ditadura militar (1964-85). *Anuario IEHS*, 34(1). 99-122.

KOVELS 2026 Phoenix, Willow, and Geisha. Kovels Antique Trader. https://www.kovels.com/identification-guides/asian-pottery-andporcelain/phoenix-willow-and-geisha.html

Lima, T. (2022). No asfalto: arqueologia histórica urbana no Brasil. In Symanski, L. & Souza, M. (Org.) *Arqueologia Histórica Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LIMA, T. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 93-129, 1997.

LIMA, T. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. In: ZARANKIN, Andres; ACUTO, Felix (org.). Sed non satiata: Teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999. p. 189-238.

MARTÍNEZ-RUIZ, Bárbaro. Kongo graphic writing and other narratives of the sign.

Mendes, D. *et al.* (2005) Arqueologia e licenciamento ambiental no Centro-Oeste do Brasil: avaliação e notas políticas. In Wittmann, M. *et al.* (Org.) *Arqueologia no licenciamento ambiental: diagnósticos e perspectivas regionais*. São Paulo: Tiki Books/SAB.

Mendes, M. (2012). Festa de são benedito na igreja do rosário: materialidade territorial da devoção em Cuiabá-MT. *Revista Geoaraguaia*, 2(2), 2012. 164-187.

MILLER, G. A revised set of cc index values for classification and economic scaling of

MILLER, G. Classification and economic scaling of nineteenth century ceramics. Historical Archaeology, Rockville, n. 14, p. 1-40, 1980.

Orser, C. (1992). Introdução à Arqueologia História. Belo Horizonte: Oficina dos Livros.

Parga-Dans, E. (2009). El mercado del patrimonio: nacimiento, estructura y desarrollo de las empresas que gestionan el patrimonio arqueológico. *CAPA*, 21.

Pereira Dias, A. (2016) O viver escravo em Cuiabá: Relações Sociais, Solidariedade e autonomia. (Unpublished master's thesis). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

Philadelphia: Temple University Press, 2013.

Rosa, C. (1996). *Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vila urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*. (Unpublished PhD's thesis). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, V. (2001). *Missão, Aldeamento e Cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819 - 1901)*. (Unpublished master's thesis). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Silva, V. (2001). *Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*. (Unpublished master's thesis). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Siqueira, E. (2002). *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas.

Siqueira, E. *et al*. (2007). *Cuiabá – De vila a metrópole nascente*. Cuiabá: Entrelinas.

Souza, M. (2022). *Introdução ao estudo dos sítios arqueológicos históricos*. In Symanski, L. & Souza, M. (Org.) *Arqueologia Histórica Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, Marcos André Torres de; AGOSTINI, Camilla. Body marks, pots, and pipes: some correlations between African scarifications and pottery decoration in eighteenth- and nineteenth-century Brazil. Historical Archaeology, v. 46, n. 3, p. 102–123, 2012.

Stuchi, F. (2025). *Licenciamento ambiental, arqueologia e territórios indígenas em Mato Grosso: patrimônio cultural ou despojos de guerra?* (Unpublished PhD's thesis). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Symanski, L. & Hirooka, S. (2013). Engenho Bom Jardim: cultura material e dinâmica identitária de uma comunidade escravizada do Mato Grosso. *Vestígios*, 7(1), p. 23-72. doi:10.31239/vtg.v7i1.10613

Symanski, L. (2007) O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios*, 1(2), p. 09-36. doi:10.31239/vtg.v1i2.10728

Symanski, L. (2024). *Engenhos e escravidão em Mato Grosso: uma arqueologia das identidades*. Belo Horizonte: Caravanas.

SYMANSKI, L. Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

Tedesco, G. & Carvalho, H. (2022). Arqueologia histórica no Centro-Oeste do Brasil. In Symanski, L. & Souza, M. (Org.) *Arqueologia Histórica Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Tessaro, P. (2024). Arqueologia urbana (moderna) no contexto brasileiro: coleta de dados e análise inicial. *Moitará*, 12(11). 59-73.

Viotti, A. (2019). *Pano, pau e pão: escravos no Brasil Colônia***.** São Paulo: Editora UNIFESP.

Volpato, L. (1993). *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EDUFMT.

WORTHY, Linda. Classification and interpretation of late nineteenth and early Twentieth

Zorzin, N. (2015). Archaeology and Capitalism: Successful Relationship or Economic and Ethical Alienation? In Gnecco, C. & Lippert, D. (Org.) *Ethics and Archaeological Praxis* (141-157). Nova York: Springer.